

ESE

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

Walter Moreira Barcelos

**A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA
ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA
CIDADE DE UBERABA**

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS EM ADMINISTRAÇÃO
DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

junho

20**17**

Walter Moreira Barcelos

**A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA
ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA
CIDADE DE UBERABA**

Projeto submetido como requisito parcial para
obtenção do grau de MESTRE

Orientação

Prof. Doutor Fernando Luís Teixeira Diogo

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

junho

20**17**

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Antônio pelas vitórias mais incríveis que já tivemos e agora esta, conciliada com carinho, atenção, brincadeiras e sorrisos. Sem você nenhuma conquista valeria a pena.

Aos meus pais João e Vanilda e à minha irmã Tatiana, que dignamente me apresentaram à importância da família e ao caminho da honestidade e persistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade e força na conclusão deste trabalho.

Aos dirigentes do Insitituto Federal do Triângulo Mineiro e do Instituto Politécnico do Porto pela parceria, e em especial ao Reitor e Professor Roberto Gil Rodrigues Almeida.

À toda minha família pela confiança e incentivo de meu sucesso.

Aos colegas do Instituto Federal do Triângulo Minieiro que trabalharam em minha ausência para dedicar a esta dissertação.

Aos participantes das pesquisas e colaboradores do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, das Faculdades Associadas de Uberaba e da Universidade Presidente Antônio Carlos – Unidade Uberaba.

Ao Professor e Doutor Fernando Luís Teixeira Diogo pela orientação crucial para a elaboração e conclusão deste trabalho e que sempre me ajudou muito.

À Letícia Estrela Martins Sousa por me ajudar e apoiar de forma tão sincera e carinhosa.

Obrigado!

RESUMO

Este estudo tem como propósito investigar perspectivas que envolvem a autoavaliação na comunicação e divulgação dos resultados apurados no processo para comunidade acadêmica, correlacionando diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação das Instituições de Ensino Superior – SINAES/CONAES e as ocorrências práticas do processo de autoavaliação.

Primeiramente, iniciou-se um estudo dos principais conteúdos teóricos e sustentação das Comissões Próprias de Autoavaliação – CPA, o seu papel comunicativo e organizado do processo atrelado à identificação de dificuldades, facilidades e eficiência apontadas pelos membros que as compõe.

O estudo fundamenta-se em referenciais bibliográficos e pesquisa de campo exploratória desenvolvida em três instituições de ensino superior localizadas em Uberaba-MG. A técnica de coleta de dados foi análise de relatórios documentados de autoavaliação, inquéritos por questionários fechados com membros das CPA e entrevista semiestruturada, com os responsáveis pela coordenação e recepção dos processos de autoavaliação.

Com esta abordagem foi possível investigar autoavaliações institucionais realizadas pelas comissões associadas às perspectivas organizacionais e as formas de comunicação de divulgação e trabalho de melhoria dos processos.

Os resultados sugerem que o conhecimento da eficácia dos resultados dos trabalhos condicionam as conclusões do relatório e o plano de melhoria das instituições insuficientes.

Foram identificadas as principais dificuldades, facilidades e eficiências de articulação no trabalho desenvolvido pelas CPA e contribuição para a comunicação do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Autoavaliação. Comissão Própria de Autoavaliação. Comunicação.

ABSTRACT

This study aims to investigate perspectives that involve self - assessment in the communication and dissemination of the results obtained in the process for the academic community, correlating the guidelines of the National System of Evaluation of Higher Education Institutions - SINAES / CONAES and the practical occurrences of the self - assessment process.

Firstly, a study of the main theoretical contents and support of the Own Committees of Self-Assessment - CPA, its communicative and organized role of the process linked to the identification of difficulties, facilities and efficiency pointed out by the members that co-opted them.

The study is based on bibliographic references and exploratory field research developed in three higher education institutions located in Uberaba-MG. The data collection technique was the analysis of documented self-report reports, closed questionnaire surveys with CPA members and semi-structured interviews with those responsible for coordinating and receiving the self-assessment processes.

With this approach it was possible to investigate institutional self-assessments carried out by the commissions associated with organizational perspectives and the forms of communication of disclosure and process improvement work.

The results suggest that the knowledge of the effectiveness of the results of the work condition the conclusions of the report and the plan to improve the insufficient institutions.

The main difficulties, facilities and efficiencies of articulation in the work developed by the CPA and contribution to the communication of the process were identified.

KEYWORDS: Self-evaluation. Own Self-Assessment Committee. Communication.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – PROBLEMÁTICA	5
1.1. Questão de partida	5
1.2. Justificativa da escolha	5
1.3. Objetivos gerais	7
2. CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO-LEGAL	9
2.1. Conceitos e perspectivas de avaliações institucionais	9
2.1.1. Avaliação externa: modalidades e processos	12
2.1.2. Avaliação externa: modelo legal de avaliação no Brasil	19
2.1.3. Avaliação interna: modalidades e processos	21
2.1.4. Autoavaliação: modelos e processos	25
2.1.5. A autoavaliação e melhoria das instituições	32
2.1.6. O papel das comissões próprias de autoavaliação	38
3. CAPÍTULO III - METODOLOGIA	45
3.1. A investigação e seus objetivos	45
3.2. Estudo de caso	47
3.3. As técnicas de recolha de dados utilizados na Investigação	48
3.3.1. Inquérito por questionário	49
3.3.2. Entrevista	51

3.3.3. Análise documental	53
3.4. Público-alvo	55
3.4.1. Apresentação das instituições participantes	56
3.4.2. Critérios de inclusão e exclusão	62
3.5. Técnicas de segurança, sigilo e armazenamento	63
3.6. Técnicas de tratamento de dados utilizados.	65
3.7. Confiabilidade e validade	68
4. CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	71
4.1. Considerações preliminares	71
4.2. Apresentação dos resultados	72
4.2.1. Análise dos relatórios de autoavaliação	72
4.2.2. Inquéritos por questionário com membros das CPA's	76
4.2.3. Inquérito por entrevista com dirigentes e/ou coordenadores	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
5.1. Atendimento dos objetivos	101
5.2. Relação com o SINAES	103
5.3. Considerações gerais do estudo	104
5.4. Limitações do estudo	106
5.5. Sugestões para pesquisas futuras	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
APÊNDICES	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AMD - Auxílio Multicritério à Decisão

ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização

ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica

CAF - Common Assessment Framework

CIE - Núcleo Construção Local da Educação do Centro de Investigação e Intervenção Educativas

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

EFQM - European Foundation for Quality Management

ESE - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

CPC - Conceito Preliminar de Curso

FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES - Instituição de Ensino Superior

IGE - Inspeção Geral da Educação

IGEC - Inspeção Geral da Educação e Ciência

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPP - Instituto Politécnico do Porto

HGIOS - How Good is Our School

HMIE - Her Majesty's Inspectorate of Education

MEC - Ministério da Educação do Brasil

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OFSTED - Office for Standards in Education

PAEE - Programa de Avaliação Externa das Escolas

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PROUNI - Programa Universidade para Todos

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEF - Self-Evaluation Form

SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na
Administração Pública Portuguesa

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

ÍNDICE DE QUADROS

Gráfico 01 – Perfil dos participantes do inquérito por questionário.....	85
Gráfico 02 – Tempo de serviço em educação dos participantes do inquérito por questionário.....	86
Gráfico 03 – Tempo de serviço na Instituição dos participantes do inquérito por questionário.....	86
Gráfico 04 – Categorias do quadro efetivo entre os participantes.....	87
Gráfico 05 – Participantes que desempenham funções na IES.....	87
Gráfico 06 – Afirmação 2.1.....	88
Gráfico 07 – Afirmação 2.2.....	88
Gráfico 08 – Afirmação 2.3.....	88
Gráfico 09 – Afirmações 2.4 e 2.5.....	89
Gráfico 10 – Afirmações 2.6 e 2.7.....	90
Gráfico 11 – Afirmações 2.8 e 2.9.....	90
Gráfico 12 – Afirmação 2.10.....	91
Gráfico 13 – Afirmação 2.11.....	91
Gráfico 14 – Afirmação 2.12.....	92
Gráfico 15 – Afirmações 2.13 e 2.14.....	92
Gráfico 16 – Afirmações 2.15.....	92
Gráfico 17 – Afirmação 2.16.....	93
Gráfico 18 – Afirmação 2.17.....	93
Gráfico 19 – Afirmações 2.18 e 2.19.....	94
Gráfico 20 - Os meios de comunicação conhecidos na divulgação da autoavaliação.....	94
Gráfico 21 – Relatório de autoavaliação e a eficácia dos meios de comunicação para destacar as informações.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Coleta de dados do inquérito por questionários.....	50
Tabela 02 – Coleta de dados do inquérito por entrevistas.....	52
Tabela 03 – Categorias do inquérito por entrevistas.....	54
Tabela 04 – Categorias de estudo dos relatórios de autoavaliação.....	
Tabela 05 – Índices populacionais de Uberaba-MG.....	
Tabela 06 – Avaliação do relatório de autoavaliação da insituição 1.....	76
Tabela 07 – Avaliação do relatório de autoavaliação da insituição 2.....	78
Tabela 08 – Avaliação do relatório de autoavaliação da insituição 3.....	79
Tabela 09 – Categorias para análise do inquérito por questionário.....	81
Tabela 10 – Categoria 1 para inquérito por entrevista.....	91
Tabela 11 – Categoria 2 para inquérito por entrevista.....	92
Tabela 12 – Categoria 3 para inquérito por entrevista.....	93
Tabela 13 – Categoria 4 para inquérito por entrevista.....	94
Tabela 14 – Categoria 5 para inquérito por entrevista.....	96
Tabela 15 – Categoria 6 para inquérito por entrevista.....	97

INTRODUÇÃO

Administrar uma instituição de ensino com autonomia, nos dias modernos, é elevar esta instituição ao seu patamar principal na escala social. Os resultados desta administração, cercados por diversificadas linhas de sucesso ou insucesso dos alunos, fomentam principalmente o contexto moderno das prestações de serviços, significativamente para as relações de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, avaliar uma instituição de ensino vem protagonizando discussões fundamentais de construção de estratégias em meio à identificação de problemas, sempre conduzindo à mudança e à melhoria da qualidade do serviço de ensino.

De fato, a produção de informação em levantamentos estatísticos, provas e exames não tem “fornecido dados operativos com incidência seja no desenvolvimento do currículo, na superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos e na evolução das aprendizagens dos alunos, seja na diagnose de necessidades e implementação de programas de formação dos docentes” (Formosinho e Machado, 2004, p.19).

A melhoria eficaz das instituições de ensino atuais precisam convergir para uma autonomia das políticas de administração educativa; e progressivamente remeter para a escola um poder social de responsabilidades destinadas aos alunos.

A compreensão desta consideração social eleva esta razão de autoavaliar-se por meio de imposição fundamental e pragamática, principalmente para o Estado. No Brasil, esta imposição se deu com a criação dos processos de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior advindos da Lei nº 10.861, de abril de 2004.

Em Portugal, uma crescente evolução das ações dos administradores da educação alertou-se, não apenas com a publicação da Lei nº 31/2002 (Lei do Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino Não Superior), mas para se

construir, além de uma avaliação pública e externa, como também avaliações institucionais que conduzam reflexões mais próximas da identidade escolar.

A consciência para se fazer cumprir essas disposições de Lei, deduz pertinência de uma cultura própria de autoavaliar-se. Lideranças, estratégias e reflexões para composição de comissões atuantes e participativas surgem para avaliação de escolas.

O objetivo deste trabalho é investigar a concepção e dificuldades enfrentadas pelas comissões próprias de avaliação de instituições de ensino superior na cidade de Uberaba.

A avaliação de uma instituição de ensino, citada por Nóvoa (1995, citado por Souza, 2015, p.10) deve basear-se em “dispositivos simples e exequíveis e nesse sentido é importante que a avaliação respeite critérios de pertinência, de coerência, de eficácia, de eficiência e de oportunidade”.

Ao detectar nos relatórios apresentados a constituição de um desempenho coletivo mediante a formação de comissões, a administração educacional recebe resultados imparciais, sem tendências excessivas, já que o desequilíbrio unilateral é erradicado pela discussão e pelo debate democrático em meio à representação completa dos atores da comunidade institucional.

De acordo com Azevedo (2005, p. 4) as exigências sobre o tema remetem que:

A avaliação é instrumental, não substitui o debate sobre a escola, antes deve ser um instrumento para suportar e qualificar esse debate. Parece que quanto menos se está de acordo sobre o que se quer da educação e da escola, mais se receita a avaliação, como se dela viessem as respostas aos problemas centrais ou como se constituísse, em si, uma política ou um valor. No entanto, os processos de avaliação estão bem mergulhados no campo da política, implicando valores e aspirações da sociedade.

A criação das comissões com curto prazo para desenvolver pesquisas, construir modelos estruturados de consulta interna e apresentar resultados

próprios de avaliação, remete às instituições de ensino, meios adaptados e precários de consulta interna.

Outras dificuldades de um trabalho avaliativo que permite mudanças, consistem nas resistências e consequências para uma escala crítica do próprio resultado, o que não é uma tarefa simples para uma ação pragmática e instantânea.

As comissões devem se moldar em um pensamento livre, inspirado inclusive da sua autocrítica independente? Os mecanismos de percepção devem ser aleatórios e os líderes devem perceber que não se trata de um trabalho terminado, mas sim de um processo de construção variante e progressista.

Assim, a busca de caminhos escolhidos pela praticidade, mas pouco variável de pesquisa e chamamento da comunidade para a participação da autoavaliação, tem se concentrado exclusivamente em métodos rápidos e fáceis do ponto de vista aplicável.

Realizar consultas por meio de pesquisas eletrônicas destina a facilidade do acesso, mas também a simplificação do pensamento.

A comunicação virtual pode apresentar falhas? A desmotivação das respostas, bem como na deserção de interesse, razão inclusive que gera atos de autoridade da instituição para imposição de respostas sem os critérios que assegurem o propósito.

Os processos de pesquisa junto da comunidade escolar para autoavaliação devem desprender do comodismo eletrônico, não dito excluí-lo, contudo refletir no interesse participativo, elevado pelas comissões próprias, tratado e consolidado em trabalho eficaz e real.

No Capítulo I enuncia-se a problemática deste estudo, justifica-se a respectiva relevância e motivações da escolha e referem-se os objetivos traçados.

1. CAPITULO I – PROBLEMÁTICA

1.1. QUESTÃO DE PARTIDA

Os processos de autoavaliação junto da comunidade escolar, utilizados pelas comissões próprias de avaliação de instituições de ensino em Uberaba alcançam o resultado produtivo?

1.2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

As atuais vertentes para consistir pluralidade das políticas de administração educativa, remetem à escola um poder social de responsabilidades destinadas ao sucesso ou insucesso dos alunos.

Esta diversificação de políticas administrativas desencadeou formas de condução das gestões das organizações escolares, intensificando o resultado das atividades e sua perspectiva da missão social.

Na intensão de promover o conhecimento aberto sobre suas instituições de ensino e auto compreensão desta consideração social, o Estado brasileiro instituiu a criação dos processos de autoavaliação das instituições de ensino superior e advindos da Lei nº 10.861, de abril de 2004.

Porém, estes processos encontram intercorrências de seus formadores, pois autoavaliações não cabem receber um padrão pré-definido para um contexto reflexivo, e sim construir um processo identificado que, por fim resulte em conclusões significativas para divulgação.

As comissões próprias de avaliação formadas para avaliar as instituições de ensino enfrentam dificuldades para realizar os trabalhos de avaliação e concluir relatórios suficientes para a eficiência relacionada às atribuições que lhe foram conferidas.

Cada servidor docente, administrativo, e cada aluno formam a construção de uma história institucional, contribuindo cada um para a formação intelectual e cultural, que ampliam os parâmetros de avaliação.

Lehfeld et al. (2009, p.178) explica que:

“A comunidade que envolve a instituição no contexto social extrapola os limites de sua área física da escola, além das variáveis quantificáveis, situações polissêmicas, incertas e dinâmicas devem ser consideradas. Significa levar em conta as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos sujeitos, os elementos estruturais e conjunturais”.

Após a criação das comissões com curto prazo para pesquisa, construção de um modelo estruturado de consulta interna para avaliação e apresentação de resultados da avaliação própria, as instituições de ensino procuraram um meio adaptado de consulta virtual para esta consulta interna.

Diante da vultuosidade e diversificação de áreas de Instituições complexas, autoavaliar-se se tornou um processo sem propósito que culmina em uma pesquisa suscinta e inexplicável à comunidade acadêmica que não constrói com reflexão, pois os resultados não são apresentados.

Ademais, percebe-se inclusive que a pesquisa virtual pode apresentar falhas: tanto na desmotivação das respostas, bem como na deserção de interesse, razão inclusive que gera atos de autoridade da instituição para o bloqueio da atividade virtual e acesso a bancos de dados necessários aos participantes.

A razão dessa abordagem é a busca de um entendimento para padronizar ou constituir uma base mínima suficiente para abordar os trabalhos dessas comissões, afim de produzir eficiência das consultas à comunidade envolvida atingindo democraticamente o processo e o interesse dos atores.

1.3. OBJETIVOS GERAIS

A pretensão desta investigação é conhecer se a autoavaliação institucional, resultante dos trabalhos livres da comissão própria, contribui para a melhoria da qualidade da educação superior. Pretende-se ainda:

- Diagnosticar as principais dificuldades de articulação no trabalho desenvolvido pelas comissões próprias de avaliação.
- Identificar os procedimentos para projetar intervenções, campos de atuação e contribuições para que o processo de autoavaliação seja mais facilitado e eficaz.

No Capítulo II cuida-se do quadro teórico-legal do tema, com conceitos das avaliações institucionais, suas modalidades, modelos e processos, além da perspectiva da autoavaliação para melhoria das instituições e o papel das comissões próprias de autoavaliação.

2. **CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO-LEGAL**

2.1. **CONCEITOS E PERSPECTIVAS DE AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS**

A avaliação das escolas constitui uma problemática muito atual, existindo diferentes perspectivas sobre o conceito de avaliação da escola, que refletem diversas linhas ideológicas e influências políticas.

O desenvolvimento das organizações formou posições significantes nas sociedades em relação aos resultados qualitativos das organizações escolares, conforme reforça Coelho, Sarico e Rosa (2008, citado por Dias e Melão, 2009, (p. 194-195):

“A crescente autonomia das organizações escolares, a existência de alternativas e os maiores graus de exigência por parte de alunos, pais e da sociedade em geral, têm vindo a contribuir decisivamente para a emergência do ensino enquanto sector prioritário para aplicação de instrumentos, metodologias e práticas que visam a qualidade”.

A qualidade educacional tão almejada entre as prioridades sociais, envolvida na garantia de longo prazo para se acreditar, acaba por se tornar uma busca de padrões previamente estabelecidos por especialistas e pelos órgãos regulamentadores.

É fato que em geral a qualidade da avaliação tem prejudicado o exercício de uma autonomia das instituições, já que os conceitos e avaliações estão sendo determinados por especialistas externos e autoridades governamentais, que em geral, se limitam, segundo Dias Sobrinho (2008, p. 818-819), a controlar ao invés de contribuir para os processos participativos e de reflexão acadêmica.

Esta determinação de controle externo, não deve fazer parte da escola, ou seja, avaliar melhor simpatiza com a busca das possibilidades da escola e o

encontro da sua realidade. Esse significado faz pensar a avaliação como uma visão futura de explorar novas possibilidades e vontades humanas.

A princípio, a avaliação é como uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes de um processo, que permite, na regra, um auxílio para tomada de decisões sobre um futuro.

Uma das definições que merece análise atenta foi a fornecida por Carrasco (1989, citado por Marques, 2015, p.16). Para este autor, a avaliação é vista como sendo “um modo de expressar um juízo subjetivo sobre uma atividade complexa bem como os vários graus de apreciação para poder determinar com certa precisão os valores que atribuímos à realidade em causa”.

Somente a partir de um conceito amplo e rico, a avaliação de uma organização escolar pode ser melhor compreendida em suas modalidades que idealizam objetivos para diversificados processos e caminhos futuros.

As diferentes modalidades da avaliação escolar são distinguidas pelos autores Jorba e Sanmartí (2003, citado por Marques, 2015, p.25) como “objetivos que cada uma se propõe atingir do que pelos instrumentos que utiliza para alcançar determinada meta, sendo que o mesmo instrumento poderá ser relevante para diferentes modalidades”.

Acompanhar o desenvolvimento da organização escolar e avaliá-la conduz à reflexão, com base em dados e informações concretas sobre como a escola organiza-se para colocar em ação o seu projeto político-pedagógico munido de uma gestão democrática.

Para os liberais é um instrumento de seleção pelo mérito, centrando-se em questões como a produtividade e a prestação de contas.

Já os progressistas identificam a avaliação como um instrumento de exercício da democracia participativa e de desenvolvimento pessoal e coletivo.

Estas diversificadas perspectivas de ideais remetem para as escolas a conquista do seu direito à palavra, tornando-se organizações conscientes do futuro que querem construir, numa linha de participação democrática, refletindo e agindo sobre a sua realidade e utilidade social.

Dentre as utilidades sociais da avaliação destaca-se mencionar a importância externa da escola em informar sua qualidade à sociedade, bem como prestar contas sobre os seus resultados e ainda o custo e funcionamento, é o que leciona Refere Thélot (2006, citado e traduzido por Dias e Melão, 2009, p.195). Afirma também que, internamente, os interessados que formam a comunidade acadêmica também devem ser convocados à reflexão para melhoria e caminhos futuros da organização, lhe remetendo o poder de participar, opinar e cobrar melhorias na qualidade do serviço que oferecem à sociedade.

A dupla utilidade das formas de avaliação foram se moldando para um formato atual dividindo rumos e atores para um propósito de melhoria e atenção social.

Neste sentido, segundo Belloni (1995, citado por Bertelli e Eynng 2004, p.12) “o princípio da globalidade permitirá também, o autoconhecimento da instituição sobre si mesma em busca de melhor adequação ao cumprimento de suas funções científicas e sociais”.

Porém, desprendido dos conceitos institucionais do recolhimento de informações e preparações para prestações de contas, uma forma mais profunda da reflexão da avaliação está na autoavaliação.

Entre avaliação externa, avaliação interna e autoavaliação existe mais do que uma simples competição ou desencontro conceitual. Deve-se enfatizar o que significa diferentes formas de entender, preparar e avaliar, provocando resultados de naturezas distintas, mas, não distantes.

O alcance de um resultado produtivo para as faces das avaliações nas escolas que giram em torno deste complexo terminológico, deve ser significativo na expectativa da função social que uma organização educacional remete.

Diante de predefinições que em si constituem problemas na figura produtiva do resultado de avaliações, a escola é o melhor complexo organizacional justificável para praticar estas avaliações, na busca de

melhoria, mudança, avanço, reflexão e dentre todas concepções de aprendizado e modernização.

O estudo aprofundado destas avaliações possibilita o entendimento do papel de cada escola até convergir no propósito da autoavaliação conceitualizada e focada nos princípios de sua origem e propósito.

2.1.1. Avaliação externa: modalidades e processos

A apresentação de modelos e processos constituídos ao longo de gerações e décadas remetem uma concepção de uma formação mundial influente ao longo do tema das avaliações externas, a exemplo tanto para Portugal quanto para o Brasil.

Portugal, ausente de uma tradição em avaliação de escolas, plantou na década de 90, por influência de outros países europeus os primeiros programas e projetos de avaliação externa das organizações escolares.

Fialho (2009, p. 3) relata que “o programa Observatório da Qualidade da Escolas criado em 1992, no âmbito do Programa de Educação Para Todos do Ministério da Educação em 1999, concluía metas como fomentar escolaridade obrigatória com sucesso, de todos os alunos, até o ano 2000”.

Os autores Alaíz et al. (2003, citado por Fialho 2009, p. 3) contam que:

“A continuidade do projecto-piloto europeu Avaliação da Qualidade na Educação Escolar lançado em 1997-1998, referenciou para Portugal o projeto Qualidade XXI (1999-2002) da iniciativa do Instituto de Inovação Educacional para uma simplificação de procedimentos, introduziu uma perspectiva sistémica e reforçou o carácter participativo.”

Fialho (2009, p.04) reforça que:

“Entre 1999 e 2002, a Inspeção Geral de Educação (IGE) desenvolveu o programa Avaliação Integrada das Escolas e tratou-se de uma atividade direta de avaliação externa, com intervenção estratégica e integrada

(incluindo meios, processos, resultados e actores), convergência de interesses (interna e externa), intervenção intencional e com consequências.”

Por fim, Fialho (2009, p.4) indica que “ainda, no ano de 2000, surge o projeto Melhorar a Qualidade, desenvolvido pela Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), em parceria com a empresa QUAL – Formação e Serviços em Gestão de Qualidade ”.

O Programa de Avaliação Externa das Escolas - PAEE, instituído em Portugal desde 2006, sob a responsabilidade da Inspeção Geral da Educação - IGE, atual Inspeção Geral da Educação e Ciência - IGEC, visa resultados, prestação do serviço educativo, liderança e gestão.

O referencial do PAEE segundo Gonçalves, Leite e Fernandes (2015, p.292-293) “foca cinco domínios e assentou em uma escala de avaliação com os seguintes níveis de classificação: ‘Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente’”.

De 2011 a 2016, houve um reajuste, reduzindo-se o número de domínios para três, acrescentando-se, também, o nível Excelente.

Continuam Gonçalves et al.(2015, p.293) que:

“Cada um dos domínios é avaliado com base em um conjunto de campos de análise. Relativamente a equipe de avaliação é composta por dois inspetores da IGEC e um avaliador externo. Quanto ao procedimento, o primeiro passo do processo de avaliação passa pela solicitação às escolas, pela IGEC, de um conjunto de documentos, dentre os quais se destaca o documento de ‘apresentação da escola’, que é, propositadamente, preparado pela escola para o desenvolvimento do Programa de Avaliação Externa.”

Na formalização do documento de apresentação da avaliação externa, Gonçalves et al.(2015, p.293) diz que ao comparar as referências da avaliação externa da IGEC, a escola também possui informações sobre os resultados acadêmicos para comparação com a média nacional e de outras escolas individualmente.

No 2.º ciclo do PAEE, Gonçalves et al.(2015, 294) conta que a avaliação “passou, ainda, a incluir-se o ‘valor esperado’ (que é calculado pela Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência, a partir da técnica de regressão múltipla) na análise dos resultados escolares”.

Esta verificação do PAEE passa a ser composta definitivamente, por meio de regulamentação dos resultados das escolas em informações de contexto, a partir dos dados exportados para o sistema de informação (sistema MISI) do Ministério de Educação e Ciência. A equipe de avaliação ao final do processo, elabora um relatório para que a escola manifeste contraditório ou por sua aceitação.

Há uma importância das avaliações externas como ponto de apoio para o acompanhamento do desenvolvimento de alunos e escola e a tomada de decisões, inclusive com a participação dos diversos segmentos que compõem as escolas. De outro lado, não estão afastados os efeitos da adoção de políticas de avaliação, notadamente quando, ou transferem responsabilidades de gestores para professores ou se assentam em condições precárias de realização que, por sua vez, comprometem a própria qualidade de seus resultados.

Um dos objetivos da avaliação externa é fomentar a autoavaliação das escolas e proporcionar elementos com vista à elaboração e implementação de programas de desenvolvimento e melhoria organizacional, que podem ser objeto de negociação com a administração educativa e conduzir à celebração de melhoria.

Nevo (1998 citado por Oliveira, 2011, p. 137), destaca que:

“As avaliações externas parecem ter sido desenhadas muito mais para produzir informações para os gestores de redes educacionais do que para ajudar os professores a analisarem os resultados buscando rever seus métodos de ensino e práticas de avaliação. De acordo com a autora, as comunicações de resultados das avaliações com foco na escola devem promover uma articulação com o trabalho pedagógico escolar de maneira a aprimorá-lo.”

A crença perseguida pelas avaliações externas como a palavra final sustentada por resultados pode comprometer o debate da situação educacional e seus procedimentos, e ainda expor uma pressão aos professores ao negar-lhes uma autonomia profissional necessária ao serviço educacional produtivo com seus alunos, a exemplo, utilização de provas padronizadas pelo caráter político da Escola.

Nesta perspectiva, Alaíz et al. (2003, p.19) ensina que “segundo uma dinâmica de descentralização, de reforço da autonomia e de pressão social, as escolas tendem a desenvolver processos de autoavaliação e avaliação externa que lhes permitam dar resposta aos problemas e desafios que enfrentam e melhorar o seu desempenho”.

Uma política pública que trabalha com metas deve levar em consideração a situação social e econômica da sociedade para estipular resultados de acordo com a realidade e com as possibilidades concretas de enfrentamento dos problemas e superação das dificuldades.

Assim, é importante que a avaliação dos índices de desenvolvimento seja feita com muita cautela, com um olhar crítico sobre a sociedade e com os fundamentos teóricos e práticos que auxiliem na formação completa do cidadão.

Para Veloso, Abrantes e Craveiro (2011, p.71) a utilidade externa de uma avaliação constitui:

“Um processo social que é objeto de uma construção com diversas facetas e onde estão implicados vários agentes sociais. Na esfera do trabalho, a avaliação tem constituído um mecanismo considerado eficaz para controlar o desempenho de pessoas, equipas, empresas, constituindo-se como uma nova forma de gestão que se integra no quotidiano dos agentes”.

Os mesmos autores completam que:

A avaliação externa estrutura-se também com o objetivo de promover a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem e, assume-se ainda, uma relação estreita entre a avaliação e o processo de autonomia das

escolas, cujo desenvolvimento pressupõe a responsabilização, a prestação regular de contas e a avaliação. (p.72).

No Brasil, as avaliações externas da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vinculada ao Ministério da Educação (MEC), afim de promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia, segundo o Portal¹ do MEC, o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento.

O ENADE é um exame em larga escala conforme relata o Portal do MEC, e não avalia a ênfase do curso, mas sim, os itens que constam das diretrizes curriculares nacionais, comuns a todos os cursos e a partir dos quais os projetos são construídos. Compete ao avaliador de curso, na visita in loco, verificar a compatibilidade entre a ênfase, a realidade social e o perfil do profissional graduado pela instituição de ensino superior.

A avaliação estática do ENADE é composta por provas ou testes no estilo tradicional, nos quais as pessoas são solicitadas a resolver problemas escolares convencionais e é esperado delas que esses problemas também sejam resolvidos da forma convencional e sem feedback. O resultado final é, quase sempre, a soma da pontuação dos itens resolvidos corretamente, sendo comum o desconto de pontos (penalidade) nas questões cuja resposta o aluno não tem segurança (“chute”).

¹ <http://portal.mec.gov.br/enade> (recuperado em 04, fevereiro, 2017)

Contudo, ao longo do amadurecimento do ENADE, percebe-se uma conversão para uma avaliação dinâmica, em que os sujeitos aprendem durante o intervalo entre as testagens e com as provas.

A construção da prova é de importância fundamental neste modelo. Se um item é respondido de maneira incorreta, é possível dar feedback para o estudante, auxiliá-lo de modo a resolver o item e dominar o conteúdo relativo a ele. Busca avaliar a maneira como o conhecimento aprendido é trabalhado.

O interesse primordial é no processo, pois, em um mundo em constante transformação, o conhecimento deve ser uma ferramenta útil para o estudante, ele deve tornar-se capaz de dominar e transferir o aprendido para novas situações.

A nota final do estudante do ENADE é obtida pela média ponderada na qual as questões de formação geral respondem por 25% e a parte específica por 75%, conforme explica do portal do MEC.

Este modo de avaliação abrangente é interessante na influência para construção coletiva do projeto político pedagógico dos cursos superiores que imponha limites à uma extensão exaustiva de disciplinas, dedicando conteúdos específicos mais diretos de cada uma delas, com apresentação do egresso, descrição das habilidades acadêmicas e as competências profissionais que o estudante deva demonstrar.

Os resultados do ENADE são insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior brasileira: Conceito ENADE, Conceito Preliminar de Curso e o Índice Geral de Cursos Avaliados da instituição, conforme conclui informação do MEC.

O INEP (2017, p.2) também organiza o Conceito Preliminar de Curso (CPC):
“É um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme

orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).”

Para o INEP (2017, p.2) o CPC também mantém relação direta com o Ciclo Avaliativo do ENADE “sendo os cursos avaliados segundo as áreas de avaliação a ele vinculadas. Compreende a avaliação periódica, cursos de graduação, com referência nos resultados trienais de desempenho de estudantes. Os dados subsidiam atos de renovação de reconhecimento de cursos de graduação”.

Também sobre a competência do Inep (2017, p.1) o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) pode ser entendido como “um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente”.

Através dos últimos 03 (três) anos do CPC, segundo o site² do INEP, o IGC utiliza média dos cursos avaliados ponderada pelo número de matrículas por cursos computados em cada instituição de ensino.

Assim, o ciclo de avaliação externa de instituições de ensino superior, definido na Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, compreende a avaliação periódica dos cursos de graduação, com referência nos resultados trienais de desempenho de estudantes. Esses dados subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento de IES, e, para nortear políticas de expansão e financiamento da educação superior.

Na análise dos processos de avaliação externa, percebe-se que no Brasil é recente seu aprimoramento dentre um processo de fomento para tomada de decisões dentro dos sistemas de ensino superior. Compreende-se mais como um processo e uma condição capaz de estabelecer e direcionar metas qualitativas e quantitativas e o alcance destes resultados.

² <http://inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->

O movimento de valorização da avaliação externa, para Alavarse, Bravo e Machado (2013, p.25) “vem configurando-a hoje como um dos principais elementos das políticas educacionais no sentido da melhoria da qualidade na educação”.

2.1.2. Avaliação externa: modelo legal de avaliação no Brasil

Conforme o Censo da Educação Superior de 2012, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existem no Brasil 304 (trezentas e quatro) IES públicas e 2.112 (duas mil cento e doze) IES privadas, totalizando 2.416 (duas mil, quatrocentos e dezesseis) IES. As Instituições de Ensino Superior (IES) são prestadoras de serviços, desta forma a avaliação da qualidade do ensino oferecido por essas instituições é pautada na percepção dos avaliadores do Ministério da Educação (MEC) e na percepção dos seus alunos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais (Lei nº 10.861, 2004).

Em relação ao fomento das avaliações externas, prevê-se uma pontuação para cada indicador do documento Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior. Diretrizes e instrumento (BRASIL, 2005), em uma escala ordinal com cinco níveis, a nota 5 é o critério de excelência para cada um dos indicadores.

Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2005), normatiza-se critérios mínimos referentes a cada

indicador, equivalentes à nota 3, para obter aprovação pela avaliação externa (p. 9).

A ação deve ser normativa porque pontuações 1 ou 2 demonstram que os resultados não foram satisfatórios para determinado indicador, o que resulta na assinatura de termo de compromisso, aplicando sanções no caso do seu descumprimento, conforme define o artigo 10 da Lei 10.861.

Dessa forma, a lei intitula que os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação (MEC).

O Ministério da Educação, com intuito de regulamentar a avaliação institucional das instituições de ensino superior, de cursos e de desempenho de estudantes emitiu a Portaria nº 2.051. E, dentre as delegações mais importantes, a CONAES recebeu a incumbência para elaborar diretrizes para o processo avaliativo. O Inep será responsável pela avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, devendo instituir Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas para as diferentes áreas de conhecimento. No que concerne ao cumprimento dessa responsabilidade, o artigo 5 da referida portaria especifica que o Inep deverá designar Comissões Externas de Avaliação Institucional e Comissões Externas de Avaliação de Cursos.

As Comissões Externas de Avaliação das Instituições são compostas por um número de avaliadores compatível com o porte da instituição, podendo variar entre três (3) e oito (8) membros, sendo designado um dos membros como coordenador da Comissão.

As Comissões Externas de Avaliação de Cursos serão compostas por no mínimo dois (2) avaliadores, podendo variar o quantitativo de avaliadores considerando o número de cursos da IES a serem avaliados, sendo designado um coordenador da Comissão.

As avaliações externas *in loco* das IES e dos cursos de graduação, tecnológicos, sequenciais presenciais e a distância serão, nos termos da Portaria INEPn. 31 (2005) “realizadas por comissões de avaliadores,

designadas pela Coordenação Geral de Avaliação Institucional de Educação Superior e dos Cursos de Graduação para essa finalidade”.(Portaria INEP n. 31 2005).

As comissões são compostas por docentes, com vínculo empregatício (ativo ou inativo) com IES, que integram o Banco Único de Avaliadores da Educação Superior do Ministério da Educação, obedecendo à Portaria MEC nº 4.362, de 29 de dezembro de 2004 e à Portaria MEC nº 156, de 14 de janeiro de 2005.

Às Comissões Externas de Avaliação de Cursos compete examinar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI); projeto pedagógico do curso; perfil do corpo social do curso: docentes, discentes, egressos, técnicos e administrativos; dados sobre o ENADE; dados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral dos Cursos e os relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação, produzidos pela IES.

Para o alcance destas finalidades deve-se assegurar que a Avaliação institucional, interna e externa, analise globalmente as dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.

Por fim, a Lei nº 10.861 (2004) assegura “o caráter público de todos os procedimentos dados e resultados dos processos avaliativos devem ser garantidos, com respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos”. (Lei nº 10.861, 2004).

2.1.3. Avaliação interna: modalidades e processos

Uma comparação das avaliações interna e externa, tendo como objetivo a tomada de decisões para melhorar as condições institucionais, para Dias Sobrinho (2003, p.51) “prepara novas etapas da avaliação. Diante desta possibilidade, a atitude e as práticas de contínua reflexão sobre o processo avaliativo, é necessariamente coincidente no tempo com as outras etapas,

embora recomendável que lhe seja destinado um período próprio pós o cumprimento das avaliações interna e externa”.

Em muitos países a avaliação interna é obrigatória, porém realizada de modos diversos em função da escolha livre da escola, segundo Azevedo (2005, p.26). Ainda relata que avaliações internas obrigatórias são realizadas em alguns países sem a plenitude de liberdade, e que nos países que as recomendam, impõe-se condicionamentos que as tornam imprescindíveis. De uma forma ou de outra o autor chama atenção para o controle governamental das avaliações internas.

Em Portugal, Coelho, Sarrico e Rosa. (2008, p.59) escreve que:

“Alguns programas e projetos emergiram enquanto iniciativas e intervenções de avaliação junto dos estabelecimentos educativos, dos quais merecem ser destacados o Observatório da Qualidade da Escola (1992-1999), o Projecto Qualidade XXI (1999-2002), o Programa Avaliação Integrada das Escolas (1999-2002), o Projecto Melhorar a Qualidade (2000-2004), o Programa AVES – Avaliação de Escolas Secundárias (iniciado em 2000), e o Projecto de Aferição da Efectividade da Auto-avaliação das Escolas (2004-2006)”.

Para Bertelli e Eyng (2004, p.7) compreende-se que o processo avaliativo “requer a necessidade de articular a avaliação interna com a avaliação de outros pares, a comunidade acadêmica com outros participantes da sociedade civil, as instâncias institucionais com outras diferentes instituições, tanto de nível nacional, quanto internacional”.

A pluralidade de participação da avaliação interna é imprescindível para um resultado de decisão e garantia de interesses coletivos.

Bertelli e Eyng (2004, p.7) conceituam que:

“A avaliação interna da instituição é sempre projeto coletivo e como tal, supõe a adoção compartilhada de uma concepção que se fundamenta em uma visão epistemológica”.

Esta visão compreende o aspecto político da educação para negociar tomadas de decisões, envolvido também o interesse coletivo, e amplamente assegurando de garantias éticas com respeito aos sujeitos envolvidos.

Na prática, deixar de realizar uma avaliação interna transmite ao gestor da organização uma miopia institucional, desprodutiva, ainda a atender apenas apelos externos.

Bertelli e Eynng (2004, p.12), ensinam que a forma reflexiva da avaliação interna busca “obter diagnósticos que lhes auxiliarão nas tomadas de decisões, de externalizar seus pontos positivos ou pontos fortes, bem como, seus limites, deixando claras suas intenções, através do seu trabalho diário que envolve sua atividade”.

Um processo de melhoria é mais completo quando a avaliação é participativa desde o início. As escolhas de objetivos, dos critérios e dos procedimentos devem atender ao chamamento da comunidade, desde que o envolvimento caiba para o processo de consulta.

Contudo, a determinação de critérios e procedimentos da avaliação interna pode ser direcionada para uma tendência tecnicista ou administrativa, concentrando informações para proporcionar competências, e distanciando do fomento para um processo de melhoria da escola. O foco da avaliação passa a ser a mensuração dos produtos e outros valores, como a crença numa suposta neutralidade e independência dos resultados em relação aos processos que os produziram.

Outra predominância despolitizada conduz a avaliação interna diante de um equilíbrio no debate entre os atores políticos da educação e outros sujeitos inferiores na escala social, no meio em que as políticas educacionais não ganham espaço público.

A avaliação interna deve concentrar-se em responder a dois objetivos principais: prestar contas para melhoria da qualidade e enfrentar mudanças e dificuldades.

Outro objetivo complementar pode-se considerar a relação com a avaliação externa para completar um processo de avaliação institucional,

conforme reforça Bertelli e Eyng (2004, p.38), que a “relação dialógica dos dados provenientes da avaliação interna e externa são analisados como referência nas diferentes contribuições dos teóricos da avaliação educacional e da sua aplicação no âmbito da avaliação institucional”.

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (2003, p.105) emitiu relatório que faz referência a avaliação interna e externa observando que, ambos os modelos devem fazer parte do processo de avaliação institucional, pois “as ações combinadas de avaliação interna e externa são processos importantes de discussão e reflexão com respeito aos grandes temas de política pedagógica, científica e tecnológica, bem como para tomada de decisão, buscando o fortalecimento ou re-direcionamento de ações”.

Contudo, avaliar-se internamente consiste em um momento de reflexão de cada instituição sobre suas diversas dimensões.

No Brasil, conforme as Orientações Gerais da CONAES (2003, p.8), os requisitos da avaliação interna para o roteiro da autoavaliação das instituições são a “existência de uma equipe de coordenação; participação dos integrantes da instituição; compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES; informações válidas e confiáveis, e uso efetivo dos resultados”.

Na perspectiva mais aprofundada da doutrina Bertelli e Eyng (2004, p.12), expressam que a realização da avaliação está centrada nas seguintes categorias: “Avaliação de cursos; Avaliação de disciplina; Avaliação do desempenho docente; Avaliação do estudante; Avaliação do desempenho técnico-administrativo; Avaliação da gestão universitária”.

Mesmo assim, os processos de avaliação interna e autoavaliação são dois caminhos para o mesmo destino. Eles se encontram na descoberta elementar dos pontos fortes e das potencialidades da instituição de ensino, produzindo em si própria, uma cooperação para a melhoria da sua qualidade.

As concepções das Orientações Gerais do Ministério da Educação do Brasil não posicionaram a diferença desta interação reflexiva, e de fato, a avaliação interna e autoavaliação no Brasil são tratadas em um mesmo procedimento.

Em meios mais ilustrativos, a metáfora da composição de um Iceberg (figura 01) pode exemplificar a dinâmica entre uma avaliação interna e a autoavaliação.



Avaliação Interna basicamente subsidia informações e coleta para o fornecimento prestado às avaliações externas.

Autoavaliação deve buscar a transformação dos processos educativos para melhor prestar seus serviços e alinhar-se à missão da organização.

Figura 01 - Dinâmica entre uma avaliação interna e a autoavaliação. (Levitte. 2016, p.01) (disponível em: <https://dribbble.com/shots/2248420-Iceberg>)

2.1.4. Autoavaliação: modelos e processos

A autoavaliação parte do entendimento de um processo constante, de avaliação dos aspectos gerais da própria instituição para identificar os pontos positivos, metas de avanço e propostas para melhorar a qualidade de toda a estrutura e as ações vinculadas ao ensino e à aprendizagem da escola.

Para Pereira, Flores, Fernandes e Rodrigues (2010, p.334) o objeto de avaliação, o modelo, os instrumentos (a sua concepção e aplicação) e a observação devem ser “efetuados por uma equipe que seja conhecedora do contexto, da organização e das diferentes estruturas de funcionamento, e, sobretudo, participada democraticamente, através de elementos que representem diferentes níveis e estruturas da organização avaliada”.

A autoavaliação, todavia, tem sido concretizada, conforme Afonso (2010, p.349) “através de processos e modos muito heterogêneos, nomeadamente em termos de fundamentação e consistência teórico-metodológica”.

O que de fato, operar modelos de referências ou copiar metodicamente experiências realizadas noutros contextos, recriar ou adaptar modelos, assumem para as organizações apenas a exploração e o desenvolvimento de domínio de saberes e metodologias da autoavaliação.

Nessa concepção, Afonso (2010, p.349) explica que “não é de todo irrealista falar de um emergente e ainda incipiente mercado (e/ou quase-mercado) direcionado para a avaliação institucional e, mais especificamente, para a autoavaliação” (p. 349), na oferta de modelos ou adaptações de caminhos para metodologias prontas.

Dentre os modelos de auto avaliação Alaíz (2007, citado por Fialho, 2009, p.3), classificam como “fechados (ou estruturados) e abertos”. A escolha pelo modelo cabe à Instituição de Ensino, refletindo como organização, os serviços que presta, sua distinção em comparação as outras instituições e as realidades que a cercam.

Sobre os modelos fechados, Quintas e Vitorino (2013, p.22) contribuem que “iniciados no mundo empresarial, os modelos fechados integram um conjunto de indicadores de análise pouco alteráveis e pouco flexíveis. A sua utilização em organizações educativas dificilmente contruibui para a apreensão das características específicas da escola ”.

O modelo EFQM (da European Foundation for Quality Management) já foi experimentado em dezenas de escolas portuguesas. Recentemente, este modelo foi adaptado aos serviços públicos europeus, sob a designação de CAF (Common Assessment Framework) e está a ser aplicado, em Portugal, em articulação com o SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública Portuguesa).

No modelo CAF a posição se opõe, o que é preterido por boa parte de dirigentes escolares devido à sua articulação com o sistema de avaliação do desempenho e à relativa acessibilidade dos materiais e instrumentos em Língua Portuguesa através da Internet. A aceitabilidade neste modelo se dá pela utilização de critérios e na exigência da apresentação de evidências e na pontuação com critérios ponderados. Nesta ponderação uma grande

racionalidade atribuída pela organização, desestabiliza conclusões para elaboração de estratégias organizacionais. Evoca-se ainda a criação de uma linha sistêmica da estrutura organizacional, e a organização parece determinar significativamente os resultados.

Tecnicamente, estes modelos e seus resultados acabam por sobrepor uma comparação de produtos da avaliação, destinados a estimular a competição, que consideram um fator motivador dos dirigentes (e, em geral, dos membros) das organizações na busca da qualidade e da excelência.

Porém, os modelos que buscam os critérios da escola voltados para uma liberdade desprendida dos atores envolvidos diretamente e abertamente buscam caminhos uniformes e com referências próprias.

Afonso (2005, p.9) conceitua que os modelos abertos são aqueles que “permitem traçar caminhos únicos, construir referenciais próprios. Partem do princípio de que escolas são sistemas de ação concreta, com uma dinâmica organizacional e uma maleabilidade política que permite trabalhar internamente as reformas decretadas, adaptando-as e assimilando-as à sua lógica própria”.

Alaíz et. al. (2003, p.3) concluem que “nestes modelos a autoavaliação das escolas deve ser construída a partir da dinâmica dos professores e dos restantes membros da comunidade educativa (alunos, pais, etc.)”.

O Sistema como a ISO 9000 ou o Balanced Scorecard, para Alaíz (2007, citado por Fialho, 2009, p.3) como modelos abertos, destaca “o seu formato empresarial, e sofre repúdio de parte da camada do corpo docente; a questão financeira é primeiramente apontada em relação aos saberes e considerações profissionais da área da educação”.

Nos modelos abertos, continua Alaíz (2007, citado por Fialho, 2009, p.3) “a vantagem desloca-se para o papel principal dos próprios autores da autoavaliação que estão presentes na comunidade da organização escolar, que diante das múltiplas divergências de demandas, permitem alcançar diferentes concepções de escola”.

A Avaliação da Qualidade na Educação Escolar lançada em 1997-1998, pela comunidade europeia, criou as bases para o estabelecimento de práticas de auto-avaliação. Portugal foi o único país que lhe deu continuidade, através do projecto Qualidade XXI, entre 1999 a 2002, da iniciativa do Instituto de Inovação Educacional, que segundo Alaíz, Góis e Gonçalves (2003, citado por Fialho, 2009, p.4), resultou de uma “simplificação de procedimentos, introduziu uma perspectiva sistêmica e reforçou o carácter participativo tendo como suporte quatro temáticas fundamentais de política e estratégia educativa”.

Ainda nos modelos abertos Alaíz (2007, citado por Fialho 2009, p.3) destaca que “as desvantagens podem ser percebidas diante de ausência de cobranças externa nos envolvidos. Os atores influentes tais como docentes, inclusive diretamente envolvido nas decisões institucionais tendem a atribuir equilíbrios instituídos, estabilizar rotinas, e caminhando a autoavaliação um simbolismo esperado”.

O modelo escocês, HGIOS – How Good is Our School, formulado em 1991, revisto em 2002 e ainda utilizado, com sete áreas-chave, teve grande aceitação, chegando a ser traduzido em várias línguas. A HGIOS posiciona o inspetor como guias e capacitadores de processos de garantia de qualidade que são construídos e mantidos pela escola, usando a orientação do HMIE (Her Majest’y Inspectorate of Education). A autoavaliação, então, constrói para a grandeza do sistema através da inspeção.

As atividades de avaliação no HGIOS são às que se incentivam os alunos a participar como parte do seu próprio processo de aprendizagem, criando-se uma comunidade para este fim.

A autoavaliação sendo uma dimensão estruturante da avaliação institucional para Afonso (2010, p.17), “ela deve poder ser confrontada dialógica e criticamente com formas (complementares) de avaliação externa, apoiadas, neste caso, por equipes interdisciplinares, com grande autonomia relativa, e com valências e conhecimentos amplos e sólidos em termos metodológicos, científicos e pedagógicos”

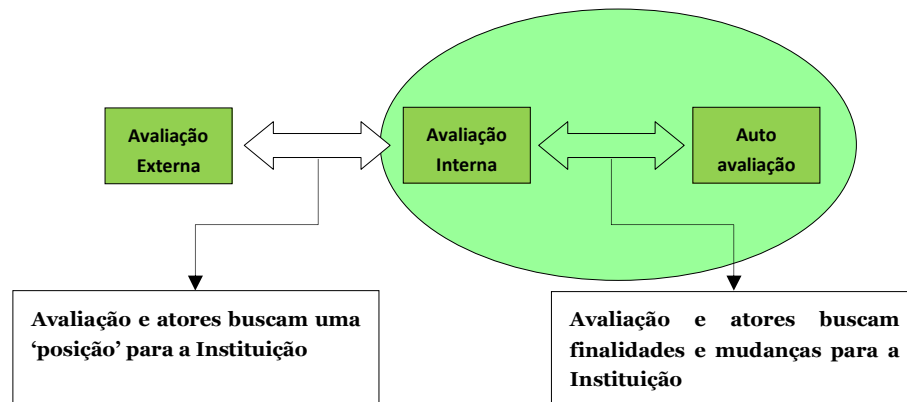


Figura 02 - Diagrama de comparação entre as avaliações realizadas nas instituições e a tendência descentralizada das tomadas de decisões.

No entanto, para Afonso (2010, p.16-17) “a autoavaliação não pode deixar de dar um contributo crítico para o melhor conhecimento dos fatores que podem explicar o valor acrescentado que o trabalho pedagógico de uma determinada escola deve necessariamente prosseguir ou alcançar”.

O principal objetivo da autoavaliação é a implementação de dispositivos para um processo rigoroso na sua medida, fundamental e consistente para a tomada de decisões sobre o futuro da escola, no caminho de sua melhoria.

Estes dispositivos se traduzem em conhecimento, seleção das metodologias, instrumentos e indicadores utilizados para recolher e analisar dados durante o processo.

Primeiramente, a proposta de autoavaliação sempre deve estar invariavelmente conectada à mudança e à melhoria da qualidade da educação. Acrescenta, ainda Belloni (2000, p. 12), que:

“Quando adequadamente desenvolvida, à medida que vai agregando novas dimensões da vida universitária, sem, contudo, abrir mão dos espaços já conquistados, seu poder de provocar mudanças aumenta. Desta forma, a avaliação institucional passa a ser sentida mais fortemente pelos envolvidos como necessidade, sobretudo, para aqueles que ocupam cargos de direção e precisam de referenciais para tomada de decisões.”

O processo, na etapa de preparação, progride com a formação da comissão própria de avaliação com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e, também, da sociedade civil organizada.

Neste relacionamento e distinções a autoavaliação na sua formação sob responsabilidade de comissões, é constituída de um processo interno com autoreferências conduzidas por atores interessados e integrantes da organização, o que lhes remetem ser avaliadores e também avaliados.

Neste processo é determinante a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e da sociedade civil, por meio de suas representações.

No Brasil, a Lei nº. 10.861 (2004) ainda especifica, para as Instituições de Ensino Superior, dimensões para autoavaliação das diferentes organizações acadêmicas objetivando a identificação do perfil e o significado de atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

- I) A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV) A comunicação com a sociedade;
- V) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII) Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII) Planejamento e avaliação, especialmente os processos, os resultados e a eficácia da auto-avaliação institucional;

IX) Políticas de atendimento aos estudantes;

X) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (Lei n. 10.861, 2004).

O planejamento com a elaboração do projeto de avaliação incluindo a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas é fundamental para a condução organizada do processo.

Nesta fase, o processo não compreende um segmentos de regras e etapas fechadas, segundo Guerra (2002, p.13), a autoavaliação deve:

“Ser contextualizada; considerar os processos e não apenas os resultados; dar voz aos participantes em condições de liberdade; focalizar a sua atenção na captação do valor educativo; ser educativa na sua forma de desenvolvimento; utilizar métodos diversificados para reconstruir e analisar a realidade; estar comprometida com os valores da sociedade; fornecer os dados e critérios e não os juízos; não se deixar arrastar pela mística dos números; utilizar uma linguagem sincera; ser da iniciativa da instituição escolar; ter como finalidade melhorar a prática educativa.”

Ainda em uma preparação para o início dos trabalhos, uma sensibilização deve buscar o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros.

A próxima etapa garante o desenvolvimento dos trabalhos e deve assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas,

a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Esta etapa consiste na concretização das atividades planejadas.

A realização de uma plataforma própria de questionário torna-se uma importante ferramenta para garantir realidade e coerência neste momento. O campo virtual interage mais democraticamente e de forma mais eficiente, aliando-se a facilidade e amplitude.

Métodos diversificados para reconstruir e analisar a realidade determina a criação de plataformas virtuais e de arranjo democrático e inclusivo da sociedade consultada.

A autoavaliação permite aos atores recuperarem sua qualidade de autores das práticas – extremamente relevante perante os sentimentos de despersonalização, expropriação e sobrecarga que habitam os professores.

O relatório da autoavaliação deve conter todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que as Instituições de Ensino Superior pretendem empreender em decorrência do processo de autoavaliação, identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.

Recepcionar os resultados de uma autoavaliação e praticá-los num processo de dentro para fora encerra o trabalho de contribuição verdadeira para a melhoria da Instituição de Ensino.

2.1.5. A autoavaliação e melhoria das instituições

A autoavaliação precisa articular um autoestudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo.

Segundo Guerra (2003, p.26) “a autoavaliação de escolas tem como finalidade compreender e valorizar as suas práticas”. Para articular uma melhoria é preciso defender uma avaliação que analisa a ação da escola em todas as suas dimensões (com enfoque no interior pedagógico do processo educativo da escola) e não apenas nos resultados dos alunos.

Em contrapartida, pesa negativamente para o processo o conflito com o corpo docente, desestimulante para um nível aceitável de equilíbrio progressista, e também quando o grupo discente não se envolve aos níveis de discussão para contribuir com a melhoria da qualidade educativa.

As organizações devem apelar para que interiormente a provocação de mudança atinja preferências acomodadas em toda a comunidade educativa. No mundo atual, o comprometimento participativo deve ser alcançado pelas vias eleitas nas tecnologias e vínculos de comportamento, principalmente entre os mais jovens.

Saber gerir a mudança para Cunha e Rego (2006, p.19) “surge como algo imprescindível dentro de cada organização. Trata-se de um processo de criação de espaços de aprendizagem e de desenvolvimento co-evolutivo entre a organização, os seus membros e o seu meio envolvente”.

A resistência à mudança pode surgir de duas fontes distintas: as individuais e as organizacionais. Assim, explica Robbins (1999, p.56):

“No caso das fontes de resistência individuais, estas estão diretamente relacionadas com as características humanas, tais como: hábitos adquiridos, segurança adquirida, fatores econômicos, medo do desconhecido e informação seletiva. No segundo caso, as fontes de resistência estão relacionadas com os seguintes fatores: inércia estrutural e de grupo, foco limitado de mudança e ameaça às relações e/ou recursos que podem vir a ser estabelecidos. Ambas as fontes de resistência têm que ser interpretadas e articuladas quando se pretende que ocorra na organização uma mudança eficaz.”

Nesses avanços de argumentos, o norte de pesquisa busca também uma premissa para somar aos esforços e resultados de uma avaliação externa, do modo como diz Sousa (2015) e também correlacionando a autoavaliação:

“Na avaliação externa, o acento é colocado na formulação de um juízo (visa controlar a qualidade dos resultados e a garantir que as medidas de melhoria são postas em prática); na autoavaliação, o acento é na mudança (alicerçada em estratégias e meios que potencializem a melhoria da situação diagnosticada)”.(Souza, 2015, p. 19).

Do ponto de vista da melhoria da qualidade e da inovação, é sem dúvida o grau de desenvolvimento da autoavaliação que vai determinar os contornos da avaliação externa.

Neste ponto, os processos de autoavaliação de uma organização devem consolidar os seguintes papéis de operação de seus atores:

- existência de uma equipe de coordenação;
- participação dos integrantes da instituição;
- compromisso explícito por parte dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior;
- informações válidas e confiáveis
- uso efetivo dos resultados.

Toda esta ação, segundo Guerra (2003, p.23) tem como finalidade “produzir linhas orientadoras e tomadas de decisão face à planificação e implementação de planos de melhoria de desempenho para essa organização escolar”.

Guerra (2003, p.23) defende também, que a avaliação de escolas é “um processo decisivo para a construção de um novo plano orientado e preciso que provoque a melhoria e o desenvolvimento da organização escolar: a avaliação das escolas deve ter condições para que, ela própria, seja realmente educativa”

O processo reflexivo provocado pela avaliação favorece em curto prazo e consolida em médio prazo a cultura de antecipação, em que a gestão

educacional deixa de ser reativa e passa a agir orientando-se em decisões e estratégias emancipatórias, passa a ser pró-ativa.

A mudança surge como algo imprescindível dentro de cada organização. Para Cunha e Rego (2006, p.21) “trata-se de um processo de criação de espaços de aprendizagem e de desenvolvimento co-evolutivo entre a organização, os seus membros e o seu meio envolvente”.

As comissões diretas de trabalho e as lideranças que atuam para providências precisam acreditar e legitimar a qualidade, o rigor e o uso da autoavaliação. Se remotos de desconfiança, os critérios e objetivos podem ser contaminados por direcionamentos e expectativas de resultados prontos. Não se contribui para a condução de conclusões produtivas sem efeito para o potencial de melhoria.

A questão da avaliação se relaciona diretamente à tomada de decisão no âmbito das organizações. Segundo Dias Sobrinho (2003, p.22-23) “a tomada de decisão requer diagnósticos pautados na análise de dados representativos do conjunto e atualizados que a subsidie adequadamente. O processo que permite recolher informações, elaborar juízos e tomar decisões de melhora se chama avaliação”

Nesta perspectiva Dias Sobrinho (2003, p.22-23) continua:

“A avaliação deve, pois, se orientar pela noção do tipo de decisão a que se pretende que ela sirva. As decisões a serem tomadas constituem, pois, o centro da avaliação. Por isso, avaliar as estruturas específicas de um programa é mais importante que fazer comparações com outras unidades externas; o processo interno é muito importante e as decisões de mudança podem ser tomadas durante o desenvolvimento, não necessariamente depois de terminado o programa ou curso.”

Uma avaliação integradora possibilita além de uma abordagem dinâmica que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico; tanto como alcançar todo o processo de planejamento e o desenvolvimento.

Para quem inicia a abordagem a esta temática ou para quem (como os responsáveis escolares) pretenda clarificar para outros as opções que têm de

ser tomadas, para Dias Sobrinho (2003, p. 22-23) “pode ser útil reduzir a multiplicidade de referenciais, de procedimentos e de práticas a dois grandes tipos de modelos de avaliação interna das organizações educativas.”

A distinção de tipos a que se refere o autor, está diretamente relacionado com o objeto da autoavaliação. Sendo a escola considerada uma organização empresarial, os modelos estruturados aplicados são os mesmos utilizados para avaliar indústrias e organizações empresariais similares, sem adaptações. Já se tratar a escola na sua peculiaridade organizacional, a autoavaliação é constituída por modelos abertos, diversificados até de outras escolas, fazendo do processo uma construção própria.

São exemplos da aplicação desta metodologia, segundo Alaíz et. al. (2003, p.3) “o Projeto Piloto Europeu, retomado no mais recente Bridges Across Boundaries, cujo modelo foi adaptado pelo Projecto Qualidade XXI e experimentado em muitas escolas portuguesas”.

Outra fonte portuguesa da autoavaliação pode ser encontrada no Projeto ARQME (Auto-Avaliação em Agrupamentos: Relação com Qualidade e Melhoria da Educação) colaborado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) por um período de três anos (Out. de 2007 – Set. de 2010) com operações no Núcleo Construção Local da Educação do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE).

No Brasil, as autoavaliações das organizações escolares ainda são agarradas ao incentivo modular do Ministério da Educação. As instituições universitárias são motivadas a desenvolver um mecanismo ou procedimento de auto-avaliação que contemple as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Segundo o portal³ do MEC, os aspectos a serem mensurados por este mecanismo são:

³ http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm

“A existência de órgão ou comissão permanente de avaliação, abrangência do projeto de auto-avaliação, participação da comunidade acadêmica nos processos de auto-avaliação, divulgação dos resultados da auto-avaliação, ações acadêmico-administrativas em função da auto-avaliação, articulação entre a interpretação dos resultados das avaliações realizadas pelo MEC, das avaliações realizadas por outros agentes externos e os da auto-avaliação da IES.”

Dentre as exemplificações, encontra-se um modelo de auto-avaliação institucional fundamentado nos princípios do Auxílio Multicritério à Decisão (AMD) associado aos conceitos da Qualidade que segundo Freitas (2004, p.5), “tem por objetivo avaliar e classificar a qualidade do ensino superior, a partir dos julgamentos fornecidos pelo corpo docente e pelo corpo discente da IES. Neste modelo, técnicas estatísticas devem ser utilizadas na análise dos dados coletados e resultados obtidos”.

No modelo proposto na referência acima, o problema de avaliação e classificação da Qualidade de Ensino pode ser definido como um problema decisório sob múltiplos critérios, envolvendo múltiplos avaliadores. Para Freitas (2004, p.5) implementar este modelo é necessário cumprir as seguintes etapas:

"Identificação do objetivo da avaliação: nesta etapa deve-se definir o Curso X que será avaliado. Se todos os Cursos forem avaliados, é possível estimar a Qualidade do Ensino de toda a IES. Entretanto, caso a Instituição de Ensino não tenha realizado nenhum procedimento de avaliação desta natureza, recomenda-se que inicialmente apenas um Curso seja avaliado.”

A melhoria implica principalmente definir uma orientação estratégica comum e perceptível para todos, articulando o envolvimento da liderança de topo no processo de mudança.

Maior envolvimento dos docentes no processo de mudança, mais autonomia por parte dos docentes com intervenção voluntária no planejamento e definições de processos dos cursos e na escola. Salienta-se ainda melhorar o plano de formação da instituição, com uma política de

recursos humanos mais adequada, ao final comunicando-se com mais eficiência e menos burocratização.

Comissões de Autoavaliação articuladas com os gestores da instituição assumem cada vez mais relevância nestas organizações escolares para um resultado potencialmente melhor da eficácia e eficiência, implicando ações no próprio processo de avaliação e resultado, ao mesmo tempo que se desenvolvem mecanismos de autoaprendizagem e formação contextualizada.

2.1.6.O papel das comissões próprias de autoavaliação

A Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004, determina que cada Instituição de Ensino Superior constitua a sua comissão própria de avaliação (CPA), com a finalidade de conduzir e sistematizar a autoavaliação institucional em forma de relatório e encaminhá-lo via sistema e-MEC à administração pública.

Conforme está expresso no art. 11 parágrafos I e II da Lei n. 10.861, a CPA poder ser constituída por:

Ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (Lei n. 10.861, 2004).

Neste princípio a autoavaliação realizada pela CPA possibilitará que Instituição de Ensino adquira maior conhecimento de si, identificando avanços, fragilidades e melhorias desde a estrutura física até o compromisso social, tendo como base as dez dimensões propostas pelo SINAES.

Para Sordi (2009, p.78) “a constituição de uma CPA implica assumir o princípio que o processo de avaliação é obra coletiva e descentralizada”. A

CPA é mista em sua composição, e requer que cada segmento da escola seja representado e tenha direito a voz e voto. Sordi (2009, p.84) ainda considera que dar voz às CPAs “insere-se em uma visão de avaliação formativa na qual se estabelecem atos de comunicação com e entre os atores envolvidos visando aprimorar avaliação instituído.”

O desafio do trabalho da CPA está na busca do bom desenvolvimento do trabalho avaliativo, especificando no estudo a distribuição do tempo e espaço da Instituição de Ensino. A participação de toda comunidade em variados segmentos, envolvendo discussão e reflexão sobre os problemas, demandas e avanços aprimora a proposição de ações destinadas à melhoria.

Os dados qualitativos gerados com o auxílio de pesquisadores institucionais tornam as diligências extremamente importantes para que as Comissões Próprias de Avaliação identifiquem, em cada caso, os responsáveis pela fonte e articulem a pesquisa.

Uma avaliação da qualidade gerenciada pela comissão conduz a inserção de processos de debate e decisão da escola para os atores usualmente afastados dessa discussão, tais como alunos e famílias.

Porém, facilmente é possível identificar que o corpo discente não se envolve no protagonismo do processo. A importância de experiências de participação e da negociação para que estes atores participem dos processos políticos que ocorrem no interior da escola devem sempre compor no diálogo para a formação dos estudantes, ou seja, dar voz e serem ouvidos.

A participação das famílias na escola varia quanto à forma e a frequência de acordo, principalmente, com a idade do aluno e com o nível sócioeconômico da família.

Um dos níveis de envolvimento se dá enquanto comprometimento com as tarefas educativas no contexto doméstico, seja no auxílio e acompanhamento das tarefas escolares como deveres de casa, ou enquanto responsáveis pela educação proveniente do contexto familiar, relacionadas principalmente a condutas e comportamentos dos alunos que devem ser ensinados pela

família. A presença dos pais nos espaços escolares se dá principalmente através de reuniões de pais.

O processo de avaliação da escola na perspectiva da CPA, requer que os pais e famílias sejam chamados a expressar seus valores e ideias a respeito da qualidade das escolas de seus filhos . Para Moraes (2010, p.104) “o conhecimento dos pais sobre o tema da qualidade da educação vem carregado de significado social, construído historicamente.”

Há outro fator relevante na atuação da CPA que compreende na parceria com outras instâncias institucionais para auxiliar e/ou desenvolver a autoavaliação.

Esta participação diligente de outras instâncias na autoavaliação conduz a comunidade acadêmica a envolver-se e comprometer-se. A integração desta participação envolve rotina e cotidiano no decorrer do trabalho, desde as ações administrativas e jurídicas até as pedagógicas, e tem na orientação da avaliação formativa a construção crítica do conhecimento que busca qualidade.

A tomada de decisões flexíveis e coletivas constrói uma credibilidade entre os atores na comparação do que foi planejado com o que está sendo executado.

Pode-se perceber segundo Bernardes e Rothen (2015, p.440) que a CPA:

“Tanto atende a avaliação regulatória, por meio da obrigatoriedade de confeccionar os relatórios de autoavaliação institucional, como também atende a avaliação emancipatória, na medida em que abrebrechas na regulação por meio da participação significativada comunidade acadêmica e de instâncias institucionais no desenvolvimento da avaliação. Isso quer dizer que os resultados das avaliações interna e externa podem exercer o controle e impor a autoridade do Estado dentro das IES, pois elas têm que seguir as normas e as regras estabelecidas nas regulamentações federais e, com esse conhecimento, o Estado pode implementar políticas de regulação.”

Entretanto, Afonso (2010, p.121) afirma que:

“É possível estabelecer o novo (des)equilíbrio entre a regulação e a emancipação. Esse (des)equilíbrio é a avaliação emancipatória/formativa e ocorre com a participação da comunidade, que se torna ativa no processo de avaliação educacional, pois pode abrir brechas na avaliação regulatória e assegurar a passagem do estado de ignorância e passividade para o estado de autonomia, de emancipação e de solidariedade entre os atores sociais na avaliação educacional; logo, pode romper com atitudes deterministas.”

Não aceitar de forma subserviente as normas/regulações impostas pelo Estado dentro da Instituição de Ensino para Bernardes e Rothen (2015, p.441), é “inicialmente obrigação para participar produtivamente, e não somente para preencher um instrumento avaliativo. O que de fato estabelece uma cultura de avaliação e de participação que implica conhecer e apreender as normas/regulações para construir práticas emancipatórias e formativas com base na avaliação”.

A construção de práticas emancipatórias e formativas nos processos avaliativos para Bernardes e Rothen, (2015, p.441) “conduz ao diálogo, à negociação e à tomada de decisão de acordo com a realidade institucional, pois os atores tornam-se conscientes de suas responsabilidades e compromissos. Com isso, a avaliação institucional se transforma em uma ferramenta valiosa para a gestão institucional.”

As Orientações Gerais para Avaliação Institucional da CONAES (2004, p.14) não devem ser consideradas um instrumento para mera checagem ou verificação ou, simplesmente, quantificação:

“Ao contrário, espera-se que esta seleção de temas seja vista como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais, permitindo o aprofundamento do conhecimento e compreensão sobre as mesmas. Muitos dos temas e das dimensões apresentados farão parte do instrumento de avaliação da instituição que será utilizado pelas Comissões

de Avaliação Externa, quando da avaliação in loco, o qual será disponibilizado oportunamente.”

O critério de escolha dos modelos não pode ser estático porque temos evidências de que, ao nível da autoavaliação, tem havido aprendizagem organizacional em muitas escolas.

Os padrões de qualidade da avaliação (a saber, utilidade, exequibilidade, legitimidade, exatidão), definidos pela comissão são critérios exemplificativos a serem utilizados pelos atores educativos, quer para fazer a escolha do modelo de autoavaliação, quer para o procedimento de pesquisa das práticas existentes numa perspectiva de avaliação e melhoria constantes.

Uma autoavaliação desenvolvida para regular ou emancipar os passos reflexivos da instituição de ensino demanda principalmente tempo e dedicação dos membros nomeados.

Durante a trajetória de atuação de uma CPA pode ocorrer oscilações na participação do processo de autoavaliação. Em alguns momentos pode-se perceber o grande envolvimento da comunidade, contudo, em outros pontos, a avaliação fica a cargo exclusivo da comissão e de alguns atores que compõem a instituição.

O conflito na avaliação, conforme já mencionado ocorre, principalmente, na consolidação da cultura de avaliação e oposição das escolhas de interesses para resultados de gestão em prol da qualidade institucional.

Conhecidas as orientações envolvente e como todos trabalho comissionado, o planejamento e transição de fases torna o percurso organizado e prático.

Durante a preparação da CPA, a elaboração do projeto de avaliação a ser aplicado na avaliação interna ramifica o segmento da ação, e ativa o trajeto a ser perseguido e construído.

Na etapa seguinte, o desenvolvimento das ações necessárias para aplicar a autoavaliação institucional, incorre nas diligências para levantamento dos dados e das informações da pesquisa.

A partir do relatório parcial, passa-se à fase da consolidação do relatório final, elaborado com todos os resultados da pesquisa e as considerações e análise crítica da instituição de ensino superior sobre os resultados.

Para tantos no processo de autoavaliação institucional, a divulgação dos resultados da pesquisa para a comunidade acadêmica concretiza umas das maiores importâncias do trabalho.

No Brasil, as informações consolidadas no relatório final da pesquisa de autoavaliação institucional devem ser repassadas para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) anualmente, até o dia 31 de março de cadaano, pelo portal do e-Mec, conforme diretrizes da Portaria nº 821, de 21 de agosto de 2009, do Ministério da Educação (MEC).

Após o cumprimento de todas essas etapas, a Instituição de Ensino Superior, para Silva (2010, p.27), deve se concentrar em seu planejamento estratégico. As mudanças de melhorias pretendidas em cada ciclo avaliativo são caracterizadas nos relatórios das comissões, com titulações das percepções apuradas na pesquisa sobre o potencial de desenvolvimento da escola e em que está mais frágil, concluindo com as propostas de ações de melhoria.

A partir da consolidação da cultura de autoavaliação e de participação da comunidade acadêmica, abrem-se brechas no processo regulatório para que os atores reincidam a prática.

A autoavaliação é, portanto, um processo realizado em ciclos, que por meio de criatividade e renova a análise, a interpretação e a síntese das características que definem a Instituição.

No capítulo III apresenta-se a metodologia da pesquisa, com descrição da a investigação e seus objetivos, o estudo de caso e as as técnicas de recolha de dados utilizados no inquérito por questionário, entrevista, análise documental. o público-alvo definido na apresentação das instituições participantes, seguindo critérios de inclusão e exclusão, técnicas de segurança, sigilo e armazenamento e as técnicas de tratamento de dados utilizados com confiabilidade e validade.

3. **CAPÍTULO III - METODOLOGIA**

3.1. **A INVESTIGAÇÃO E SEUS OBJETIVOS**

Investigar a educação é a busca para se alcançar uma resposta a uma questão ou problema. As reflexões abrem novos caminhos e indagações que possibilitam a construção da qualidade do ensino e prosperidade da educação.

Os processos de autoavaliação realizados nas instituições são de significável importância para a construção de pensamentos de melhoria e mudanças nestas organizações.

Dentre um dos objetivos desta pesquisa é estudar a condução dos trabalhos, escolha da metodologia e agrupamento dos resultados das avaliações que são conduzidos por atores das instituições, reunidos em comissões, envolvidos de incertezas, opiniões e escolhas direcionadas ou não a um propósito variável de conclusões.

As equipes de coordenação, ou seja, as comissões que conduzem o processo de autoavaliação estão conhecidas da eficácia dos resultados dos trabalhos já realizados? Essa premissa iniciou o princípio do diálogo para investigar o processo de autoavaliação atualmente praticado.

Outro objetivo desta investigação é identificar a participação dos atores no processo de autoavaliação. Entender como aplicam seus conceitos diante de escolhas nos caminhos abertos de autoavaliar suas escolas.

As composições são democráticas em relação à participação dos integrantes da instituição?

Qualificar essas informações e quantificar objetos da pesquisa objetiva também conhecer as formas de autoavaliação, similaridades, diferenças e opiniões daqueles que participam direto ou indiretamente do ciclo de avaliação.

As informações obtidas com a avaliação próprias são válidas e confiáveis para o uso efetivo dos resultados? Assim, a definição de categorias permitiu uma análise qualitativa dos processos pesquisados, fundamentada também em dados quantitativos dos relatórios e dos inquéritos por questionários.

Buscando delimitar os objetivos traçados neste processo de investigação define-se a metodologia necessária e adequada para se alcançar uma finalidade científica. É a direção do olhar do pesquisador, o que procura descobrir e a forma como estabelece o seu objeto de pesquisa que lhe permite debruçar sobre determinados pressupostos teórico-metodológicos mais ajustados aos seus objetivos, quer seja para uma abordagem no campo quantitativo ou qualitativo.

O objetivo qualitativo desta dissertação busca reunir situações da autoavaliação conhecidas pelos atores do processo, como pensam e decidem, como o processo é formado na instituição, sua condução e perspectiva do olhar de seus idealizadores.

E presente estas condições de qualidade, o estudo envolve quantidade de estatísticas e respostas de temas em comum do processo, em instituições que realizam este trabalho.

Conforme aponta Minayo e Sanches (1993, p. 239):

“Pode-se dizer que, por um lado, se os estudos quantitativos procuram seguir, com rigor, um plano prévio baseado em hipóteses e no controle de variáveis, a pesquisa qualitativa, de outro modo, é direcionada ao longo do seu desenvolvimento. Entretanto, a abordagem qualitativa não deve ser escolhida simplesmente porque é interessante, diferente e por não requerer análise estatística, mas sim deve priorizar e atender os objetivos da investigação.”

Para o estudo aqui desenvolvido, o interesse está em constatar a contribuição na melhoria da educação superior por meio da autoavaliação institucional, em específico, nas IES da cidade de Uberaba.

Dessa forma, esta pesquisa se caracteriza por ter uma abordagem quali-quantitativa, voltada tanto para a compreensão da autoavaliação de

instituições de ensino como um determinado processo social quanto para as relações estabelecidas entre as perspectivas deste processo e suas formas de elaboração e comunicação com a sociedade.

O trabalho das comissões e suas ponderações práticas serão utilizados a priori para argumentar o problema e clarificar a investigação que procederá nas técnicas de recolha de dados utilizados.

3.2. ESTUDO DE CASO

Um estudo de caso não procura explicações causais, utilizar grandes amostras, nem realizar complexas análises estatísticas, mas analisar com rigor científico os acontecimentos que têm lugar num contexto social dinâmico.

A análise exaustiva de um contexto social, num período de tempo delimitado e num contexto sociocultural e geográfico também definido pelo âmbito da investigação.

As perguntas de partida desta pesquisa se debruça sobre o “como ou porquê de um conjunto contemporâneo de acontecimentos, sobre o qual o investigador tem pouco ou nenhum controle” (Yin, 2001, p.28).

No método utilizado, presente o estudo de caso no excluiu o uso de procedimentos quantitativos, ainda que com uma finalidade descritiva e, por tanto, se utilizou-se dados e índices como um recurso mais no processo de investigação.

Nesta perspetiva, não constituiu para o método de investigação, uma técnica concreta, mas uma estratégia de investigação, que circunscreve o campo ou objeto onde vai decorrer a investigação.

O estudo de caso proposto nesta dissertação foi eleito para melhorar o objetivo de fornecer aos atores educacionais informações que os auxiliem a julgar méritos e valores de políticas e do desenvolvimento da autoavaliação das instituições.

O presente o estudo de caso visou identificar aspectos gerais e relacionar outras situações convergentes da autoavaliação e suas perspectivas dentro das Instituições. Sua conclusão conduziu para uma contribuição na elaboração das relações, dos conceitos e da realidade específica das comissões que pode ser generalizada quando observadas em um grupo único.

3.3. AS TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS UTILIZADOS NA INVESTIGAÇÃO

A investigação desenvolvida incluiu em primeiro lugar a revisão da literatura com leituras de obras de referência da área em estudo e a análise dos normativos legais, o que constitui o referencial teórico dos domínios a desenvolver e a administração dos inquéritos por questionários.

Para tanto, foram utilizadas ferramentas de busca e pesquisa em sítios eletrônicos que armazenam artigos revisados por especialistas (peer-reviewed), teses, livros, resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, universidades e outras entidades acadêmicas.

As principais palavras-chave para esta busca compreenderam: Autoavaliação das organizações, comissão permanente de avaliação, avaliação e qualidade – localizados nos sítios Google Acadêmico, Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto: ESSE, SciELO - Scientific Electronic Library Online, entre outras revistas e livros da área.

De acordo com Macedo (1994, p.13), a revisão da literatura é a que:

Procura identificar, localizar e obter documentos pertinentes ao estudo de um tema delimitado, levantando-se a bibliografia básica. Assim, torna-se importante para a definição do problema da pesquisa e, também, para o refinamento dos conceitos e diálogo com os dados, buscar a compreensão dos mesmos. Vale destacar que a escolha do referencial privilegiou a relevância das ideias dos autores para com o tema do estudo em questão”.

A leitura dos documentos e da bibliografia disponível aproximou as realidades escolares pesquisadas, bem como, motivou o estudo e aprofundamento de conceitos e princípios fundamentados na análise e interpretação dos processos pesquisados.

3.3.1. Inquérito por questionário

Segundo Marconi e Lakatos (2003), são várias as técnicas de coletas de dados que podem ser usadas em uma pesquisa, bastando ao pesquisador buscar a que melhor atenderá e traduzirá sua investigação. À vista disso, utilizando-se os processos quantitativos para estudo do padrão de trabalho das comissões e, principalmente, acrescer uma fonte de perspectiva qualitativa dentro da trajetória percorrida por determinado grupo isolado de trabalho, as comissões de avaliação própria, foi formulado o questionário (Anexo I) .

O questionário, de acordo com Gil (1987), “constitui umas das técnicas mais importantes, disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais”. Assim, o inquérito por questionário foi aplicado para inicialmente obter conhecimento de dados pessoais e profissionais dos participantes, características específicas dos sujeitos pesquisados.

Em seguida, com opções de quatro níveis de resposta, as questões foram respondidas de acordo com a nível de concordância ou discordância. Optou-se também pela identificação dos meios de comunicações conhecidos ou desconhecidos ou que não existem na divulgação dos relatórios. E por fim, sobre a eficácia da composição do trabalho em torno da comissão e seus resultados.

Abaixo informações sobre a coleta de dados do inquérito por questionário:

IES	Participante	Quantidade de Inquiridos	Duração	Consulta	Datas	Restrições
A	Membros da CPA	5	19min	Inquérito por questionário	11/09/2017 a 08/11/2017	Sem restrições
B	Membros da CPA	7	23 min	Inquérito por questionário	13/09/2017 a 08/11/2017	Sem restrições
C	Membros da CPA	6	23 min	Inquérito por questionário	11/09/2017 a 31/10/2017	Sem restrições

Tabela 01 – Coleta de dados do inquérito por questionários.

Quanto aos meios de divulgação do relatório, os participantes identificaram a opção que melhor identifique à pesquisa. E, por fim, sua satisfação com a formação da comissão própria de avaliação e dirigentes/coordenadores.

Desenvolvido em texto impresso e aplicado pessoalmente o inquérito por questionário, foi estruturado não disfarçado. Os inquiridos souberam qual é o objetivo da pesquisa, respondendo principalmente questões de múltipla escolha em relação às perguntas, e, oportunamente, permissões de respostas discursivas de contexto objetivo.

Os formulários foram encaminhados para resposta, destinados primeiramente apenas aos e-mails particulares dos participantes e também encaminhados fisicamente a estes, através de contato pessoal com o pesquisador, na residência do participante ou em local não identificado por terceiros. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes foram também encaminhados de forma eletrônica, ou fisicamente, aos participantes.

Os inquérito por questionário foram aplicados com reserva, discrição e segurança para preservar o conforto e a privacidade dos participantes durante as respostas. A duração média de resposta às questões foi de aproximadamente 20 minutos.

3.3.2. Entrevista

A entrevista foi outro instrumento utilizado nesta pesquisa, destinada apenas aos dirigentes (coordenadores/diretores) que recebem o relatório das Comissões Próprias de Avaliação. Justifica-se a busca pelo envolvimento dos dirigentes, em relação às instruções do SINAES (2009), sugestivo no processo avaliativo de forma legítima a avaliação e continuar sua construção no futuro.

Conforme pontuam Lüdke e André (1986) “na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.” (p.33). As questões foram flexíveis, permitindo que o diálogo e a explanação do inquérito por entrevista sobre o tema abordado ocorram mais livremente. Assim, este tipo de entrevista contribuiu na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos.

Os citados autores, Lüdke e André (1986), também destacam que “a entrevista semiestruturada permite ao entrevistador fazer adaptações necessárias no momento em que é realizada, fazendo com que o sujeito de pesquisa sinta-se mais à vontade” (p.33-34). E, para a realização desta, alguns cuidados foram necessários, tais como, planejá-la de acordo com os objetivos, buscar, se possível, algum conhecimento prévio do entrevistado, marcar dia e local e respeitar o que ficou agendado; o anonimato e sigilo do entrevistado; cuidado com o vocabulário; respeito a cultura e valores dos sujeitos; não forçar as respostas; e possibilidade de um clima de confiança.

Com a finalidade de ficarmos atentos e não perdermos detalhes importantes, a entrevista semiestruturada foi gravada em mídia digital. Posteriormente, as respostas foram transcritas de acordo com a ordem e o roteiro da entrevista (anexo II), com duração de aproximadamente 50 minutos.

Optou-se pela entrevista semiestruturada para que o planejamento do roteiro complete as interrogações com improviso do participante, dando-lhe

oportunidade de contribuir para outras questões que eventualmente surjam durante a entrevista.

As entrevistas foram agendadas previamente por e-mail pessoal ou telefone particular de forma que não identificar o entrevistado, e realizadas em locais privativos, na residência do entrevistado e com segurança, fora do horário de trabalho, para preservar o conforto, o sigilo e a privacidade dos participantes, com duração aproximada de 50 minutos.

As entrevistas foram aplicadas seguindo roteiro e formação de perguntas semiestruturadas. As respostas foram gravadas pelo Aplicativo Gravador de Voz, versão 1.4 1512124 (equipamento pessoal do pesquisador) e, posteriormente, transcritas de acordo com a ordem das questões, previamente, abaixo informações sobre a coleta de dados:

IES	Entrevistado(a)	Duração	Consulta	Datas	Restrições
A	Entrevistado(a) 1	30min	Entrevista	05/09/2017	Sem restrições, apresentou texto previamente elaborado para norteamento das respostas
B	Entrevistado(a) 2	42min	Entrevista	06/09/2017	Sem restrições
C	Entrevistado(a) 3	55min	Entrevista	06/09/2017	Sem restrições

Tabela 02 – Coleta de dados do inquérito por entrevistas.

Todas as informações que não se relacionaram à proposta da pesquisa (qualitativa e quantitativa) foram eliminadas, pois se tratavam de informações irrelevantes para o projeto.

Os elementos e palavras chave das entrevistas margeiam as seguintes categorias:

Categorias	Descrição
1. Dados pessoais e profissionais	Identificar e analisar o participante de acordo com sua experiência na participação da autoavaliação.
2. Participação no processo de autoavaliação	Identificar a participação do entrevistado no exercício de sua função no processo de autoavaliação.
3. Formação da CPA	Analisar como a formação da CPA é iniciada e a influência do

	entrevistado no exercício de sua função para essa formação.
4. Dificuldades relatadas pelos membros da CPA e ações de solução	Identificar a comunicação direta do entrevistado com os membros da CPA e quais os problemas centrais tratados.
5. Estrutura dos meios para divulgação do processo e dos resultados	Conhecer a posição do entrevistado sobre os meios de divulgação e como ele trata a importância da transparência e publicidade dos resultados da autoavaliação.
6. Recepção pela Instituição de Ensino Superior do relatório de avaliação	Conhecer os procedimentos e tratativas da Instituição com os resultados a partir do relato do entrevistado sobre a recepção dos relatórios construídos pela CPA.

Tabela 03 – Categorias do inquérito por entrevistas.

3.3.3. Análise documental

Os relatórios das Comissões de Avaliação das Instituições pesquisadas foram estudados e analisados para investigação da condução dos trabalhos e suas conclusões.

Na perspectiva quantitativa, as amostras e fatos colhidos dos dados e conclusões dos relatórios de autoavaliação das instituições estudadas proporcionaram um instantâneo alcance do estudo no tempo e fundamentação em quadro teórico mais rígido durante a pesquisa documental.

Bardin (1977, pg. 42) conceitua a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Os documentos pesquisados foram direcionados para os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, ou seja, um material já elaborado com conteúdo

seguro e confiável, em razão da sua estrutura e metodologia científica aplicada em uma formalidade institucional de cada organização.

Os documentos pesquisados têm fontes de construção diversificadas em razão de cada natureza e tipo de autoavaliação, portanto analisá-las em um contexto único tornou-se um desafio para esta pesquisa.

Para isso, foram categorizadas algumas relações de requisitos mínimos, como base sugerida pelo INEP na Lei nº 10.861, de 14/04/2004:

Categorias	Descrição
1. Caracterização da instituição avaliada	Identificar onde se apresenta a instituição, seu histórico, sua inserção na comunidade local e sua evolução no quadro social.
2. Apresentação da avaliação	Identificar relato do processo do trabalho desenvolvido, destacando, a metodologia, os instrumentos utilizados para operacionalizar a proposta de autoavaliação, as formas de análise e de tratamento dos dados, de acordo com a missão e os objetivos da IES, a divulgação e seus possíveis desdobramentos no âmbito institucional.
3. Desenvolvimento	Identificar as ações planejadas para a realização da avaliação institucional; as ações realizadas pela IES no decorrer do processo avaliativo; os resultados alcançados, destacando as fragilidades e as potencialidades; como são incorporados estes resultados no planejamento da gestão acadêmico-administrativa.
4. Aderência ao SINAES	Identificar se os relatórios contem a descrição das ações e resultados relativos a cada uma das dez dimensões contidas na Lei que institui o SINAES.

Tabela 04 – Categorias de estudo dos relatórios de autoavaliação.

A categorização com a base sugestiva de recomendações do INEP fortaleceu e justificou a estrutura de análise. Pois, não tratadas como uma obrigação, as sugestões norteiam o relatório e permitem neste momento identificar por meio desta pesquisa como se estruturam os relatórios e sua organização durante o processo de auto avaliação.

O estudo não identificou as Instituições justamente por não ser interessante para os resultados formas de comparação ou correção que esta pesquisa venha a julgar, e além proteger a confidencialidade do assunto de forma não denegrir ou prejudicar as Instituições participantes.

3.4. PÚBLICO-ALVO

Os sujeitos da pesquisa foram os membros de comissões de avaliação própria, para os inquéritos por questionário e os gestores responsáveis por recepcionar as informações dos relatórios emitidos nas entrevistas.

Dinamizar uma análise entre as complexas tarefas das comissões e os resultados recebidos pelos gestores, justifica a escolha destes atores para se promover melhores perspectivas e racionalidades para as ações reflexas dos resultados das autoavaliações.

O locus da pesquisa se constitui de três Universidades, sendo uma pública e duas privadas, da cidade de Uberaba, uma cidade do interior de Minas Gerais, pela perspectiva de estudar Instituições com estruturas diferentes em relação aos discentes, cursos e mercado diversificados envoltos para cada uma.

A cidade de Uberaba está localizada na região oeste do Estado de Minas Gerais, regionalmente conhecida como Triângulo Mineiro, em uma localização centro do território do Brasil. Sua população estima-se em 325.279 habitantes, conforme abaixo:

Índices	Unidade	Quantidade
População estimada 2016	Habitantes	325.279
População 2010	Habitantes	295.988
Área da unidade territorial 2015	km ²	4.523,957
Densidade demográfica 2010	hab/km ²)	65,43

Tabela 05 – Índices populacionais de Uberaba-MG (IBGE, censo 2010).

Em relação aos índices econômicos da população da região, em epígrafe, a distribuição da renda per capita obedece a seguinte ordem de R\$ 34.509,47 (trinta e quatro mil quinhentos e nove reais e quarenta e sete centavos) por pessoa (IBGE, censo 2013).

Como se percebe a renda per capita da cidade é elevada se comparada aos demais municípios do Estado de Minas Gerais, com média de média estadual foi de R\$23.646, inclusive de sua capital Belo Horizonte com R\$ 32.844,00, em 2013.

Destaca-se ainda que a região de Uberaba tem passado por profundas transformações estruturais resultado direto da ampliação da malha rodoviária o que permite rápido e fácil acesso da população, e principalmente com destaque para localização estratégica e central do território brasileiro, na região do Triângulo Mineiro.

Abriga também dois grandes centros de compras, shopping centers (Uberaba Shopping e Praça Uberaba Shopping) e hipermercados (Bretas, Mart Minas, Wal-Mart, Guarato, Zebu Carnes dentre outros) e uma vasta rede de serviços e comércios. A região destaca-se também como maior centro mundial de melhoramento genético de raças zebuínas; maior polo de fertilizantes fosfatados da América Latina e líder na produção de grãos do Estado de Minas Gerais (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE UBERABA, 2017).

Com relação às instituições de ensino superior no município segundo o censo do INEP do Ministério da Educação, Uberaba possui 8 Instituições de Ensino Superior em Uberaba e oferta de 59 cursos de graduação presencial e na modalidade EAD (INEP, 2013).

Desde o censo de 2013, Uberaba registrou 1.845 funções docentes, com ingresso de 1849 alunos na Rede Pública Federal e 4992 na rede Privada, num total de 6841 alunos e; concluintes em 2013, 4687 (INEP, 2013).

3.4.1. Apresentação das instituições participantes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei n. 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. No seu processo instituinte estão presentes na composição de sua estrutura organizacional uma Reitoria localizada em Uberaba, os Campi de Uberaba, Uberlândia e as Unidades de Educação Descentralizadas de Paracatu e de Ituiutaba que, por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição, passando a denominar-se respectivamente: Campus Uberaba, Campus Uberlândia, Campus Paracatu e Campus Ituiutaba. Posteriormente foram incorporados os Núcleos Avançados de Patrocínio e Uberlândia atualmente denominados Campus Patrocínio e Campus Uberlândia Centro respectivamente e criado os Campi de Patos de Minas, Campina Verde e Uberaba Parque Tecnológico. No imaginário das comunidades que compõem a nova instituição e nas práticas de seu cotidiano, estes componentes instituintes estão postos. Implica então, reconhecer que, como em toda organização, instituído e instituinte são aspectos de uma mesma realidade que, permanentemente, fazem trocas e assim, alteram e (re)configuram a Instituição numa totalidade em processo.

Sendo a avaliação institucional referente às Instituições de Educação Superior desde 2008 já vinha sendo conduzida no CEFET Uberaba.

Em 2009 após a constituição do IFTM, porém ainda em fase de estruturação, os dois únicos que atuavam no ensino superior eram os campi Uberlândia e Uberaba os quais já tinham cada um deles suas CPA's próprias e que consolidaram o relatório de avaliação institucional nesse ano. Tal procedimento se repetiu no ano de 2010.

Ao final de 2010, com a aprovação do Regimento Geral do IFTM o qual previa o caráter multicampi da CPA, paralelamente a consolidação da

implantação e funcionamento da educação em todos os níveis de ensino em todos os campi do Instituto a Avaliação Institucional passou a cumprir plenamente os objetivos propostos: identificar o seu perfil e o significado da atuação do IFTM, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC Uberaba

A UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos teve início em 1963, quando o deputado e professor Bonifácio Andrada apresentou um projeto de lei que aprovado deu origem à Fundação Universitária da Mantiqueira, em Barbacena, Minas Gerais. A instituição, por lembrança do deputado Hilo Andrade, passaria a se chamar Fundação Presidente Antônio Carlos. Era o nascimento da FUPAC, que mais tarde tornar-se-ia uma das maiores instituições universitárias do país.

O deputado Bonifácio Andrada transformou em realidade o seu intento em 1965. Coube a ele presidir a instalação das duas primeiras instituições universitárias em Barbacena.

Assim, em 1966, foram instaladas as duas primeiras faculdades: a Faculdade de Filosofia com os cursos de Letras, Pedagogia e História e a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas com o curso de Ciências Contábeis. O início destes cursos refletia a preocupação da Fundação Presidente Antônio Carlos em responder às expectativas na formação de professores e no setor da gerência empresarial, pois, desde aquela época, eram solicitados profissionais qualificados para estas áreas.

Sempre atenta às necessidades da comunidade, a FUPAC inicia, em 1968 o curso de Matemática. Em 1971, é criada a Faculdade de Medicina, hoje procurada por estudantes do Brasil inteiro. Três anos mais tarde, em 1974, a FUPAC cria a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais com o curso de Direito, e em 1975, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, com a graduação em Administração de Empresas, todas na cidade de Barbacena.

Em uma contínua expansão, a Fundação Presidente Antônio Carlos passa a estar presente na cidade de Ubá, em 1970; e em Visconde do Rio Branco, em 1975. A FUPAC chega também a Leopoldina no ano de 1991; a Ipatinga, em 1993; e a Juiz de Fora, em 1996. Em 1997, a Fundação instala-se ainda em Conselheiro Lafaiete; no ano seguinte (1998), em Bom Despacho; e em 2001, em Araguari. Hoje, estas cidades formam um conjunto de 9 campi , incluindo Barbacena.

Ao longo daqueles anos a FUPAC instalou também unidades em outras cidades de Minas Gerais, como Andrelândia, Campo Belo, Cataguases, Congonhas, Conselheiro Pena, Itabirito e Muriaé.

Aos 33 anos de atividade, em 1996, em reconhecimento à qualidade do ensino oferecido, os campi da Fundação Presidente Antônio Carlos transformam-se em Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e Portaria do MEC nº 366, de 12 de março de 1997.

A partir de 2002, o Reitor licenciado, professor Bonifácio Andrada, visando a melhoria da qualidade da educação de base no Estado e consciente da necessidade de capacitação do profissional pedagógico, criou a Rede de Ensino Normal Superior com as Faculdades de Educação e Estudos Sociais em mais de 130 cidades espalhadas por Minas Gerais, o que promoveu uma grande revolução educacional no interior mineiro. Tal iniciativa atendeu às necessidades de cada região e à exigência instituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que, a partir de 2006, a formação superior seja imprescindível para atuação dos professores em sala de aula.

Hoje, portanto, a FUPAC/UNIPAC está presente em mais de 100 cidades de Minas Gerais, subdivida em campi e Rede de Faculdades Isoladas de Educação e Estudos Sociais, com mais de 57 mil universitários, oferecendo mais de 200 cursos de graduação, e contando ainda com o Ensino Fundamental, Médio, pós graduação lato sensu , nas diversas áreas do conhecimento e stricto

sensu, em Administração, Comunicação e Tecnologia, Direito e Educação e Sociedade.

Faculdades Associadas de Uberaba- FAZU

A história da FAZU começa em 1973, quando a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) percebeu a necessidade da formação de profissionais especializados em Zebutechnia, e instituiu a Fundação Educacional para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias (FUNDAGRI), entidade sem fins lucrativos, destinada a criar e manter cursos superiores no setor das Ciências Agrárias. Em 1975, a FUNDAGRI criou a Faculdade de Zootecnia de Uberaba (FAZU).

Em 1975 foi criado o Curso de Zootecnia. Em 1989, Curso de Agronomia. Nesse ano, a Instituição passou a denominar-se Faculdade de Agronomia e Zootecnia de Uberaba – FAZU. Em 1997, Curso de Medicina Veterinária. Convênio entre a UNIUBE – ABCZ – FUNDAGRI – FAZU.

No ano 2000 iniciou-se o Curso de graduação em Engenharia, habilitação em Engenharia de Alimentos. E, em 2001 Licenciatura em Letras, Português/Inglês e Português/Espanhol; e Secretariado Executivo Bilingue. Os Cursos de Licenciatura em Computação foram abertos em 2002, quando A Faculdade passa a ser denominada FACULDADES ASSOCIADAS DE UBERABA – FAZU.

A Instituição recebeu em 2004, credenciamento do MEC para ministrar cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância e autorização para ministrar o curso de especialização em Manejo de Pastagem, a distância, com 80 vagas iniciais, conforme Portaria nº. 655, de 17/03/2004, publicada no Diário Oficial da União do dia 18/03/2004.

Entre os anos de 2005 e 2006 ocorreu a retificação de Portaria de Credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação em todas as suas áreas de competência acadêmica, conforme portaria nº. 2787, de 17/08/2005, publicada no Diário Oficial da União, em 18/08/2005, e a

implantação do Núcleo de Educação a Distância e da FAZU Virtual. E abertura dos Cursos de Sistemas de Informação e Protocolado no Sistema SAPIENS o Processo nº. 20060006084, solicitando credenciamento da FAZU como Centro Universitário.

Entre 2007 foi Protocolado no Sistema e-MEC, o Processo nº. 20076949, solicitando o Recredenciamento Institucional, e no Sistema SAPIENS, o Processo nº. 20080001105, solicitando o Recredenciamento para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu a distância.

Em 2009, a Avaliação Institucional Externa para fins de Recredenciamento. Obteve o conceito/nota 4 (quatro).

Entre 2010 e 2011 foram Protocolados no Sistema e-MEC, o Processo nº. 201011280, solicitando o Recredenciamento para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu a distância. O processo não pôde tramitar, pois é necessário a liberação para inserir novo PDI, vigência 2011 a 2015, e no Sistema e-MEC novo Processo, solicitando o Recredenciamento para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu a distância.

Autorizado em 2011 o Curso de Sistemas para Internet – Tecnológico. Portaria nº 326/2013. E o Curso Agronegócio – Tecnológico. Portaria nº 16/2013.

Em 2012 ocorreram as Renovações de Reconhecimento de Curso de Sistemas de Informação. Portaria nº 286/2012 e do Curso de Letras. Português e Respectivas Literaturas. Portaria nº 286/2012. Ainda neste ano foi Implantado oficialmente o Agrocurso. E, o Curso de Engenharia de Alimentos alcança nota máxima no ENADE. O curso de Secretariado Executivo Bilíngue passa a ser estrelado no Guia do Estudante. Alcança nota 4 no ENADE.

Em 2013, os cursos de Agronomia, Zootecnia e Secretariado Executivo Bilíngue foram estrelados no Guia do Estudante. Implantado o programa “Estude Fácil”. E, a Renovação de Reconhecimento do Curso de Secretariado Executivo – Portaria MEC 705/2013.

Em 2014 ocorre a renovação de Reconhecimento do Curso de Agronomia. Portaria nº 821/2014, e do Curso de Zootecnia. Portaria nº 821/2014.

Em 2015 a FAZU comemora 40 anos e promove 40 ações sociais, promocionais, esportivas e de sustentabilidade. O Brasil ganha 1º MBA agropecuário “dentro da porteira” em parceria entre ABCZ e FAZU. E em 2016 – Fazu recebe Selo de Instituição Socialmente Responsável.

Após a escolha das IES, foi realizado contato com os dirigentes/diretores das instituições, aos quais se enviou o projeto de pesquisa para que autorizassem a realização da mesma com as Comissões próprias de avaliação e os coordenadores/dirigentes responsáveis por receber os relatórios de autoavaliação.

Partindo do princípio de que “os investigadores qualitativos se encontram numa posição muito particular para negociar sua entrada, já que a maioria das pessoas não está familiarizada com este tipo de abordagem” (BOGDAN e BIKLEIN, 1999, p. 117), para não haver constrangimentos e, também, para a pesquisa não ser interrompida no meio do trabalho de campo.

Durante os desenvolvimentos da apresentação dos dados e dos resultados, as IES não foram diretamente relacionadas ou identificadas para proteger os participantes e suas posições durante as respostas.

3.4.2. Critérios de inclusão e exclusão

A principal característica da população alvo é a importância da correlação com o tema na tomada de decisões no processo de autoavaliação que foram identificadas durante o estudo.

Desse modo, os membros que formam as comissões próprias de avaliação e os gestores que se dedicam a receber as avaliações com mais atenção formam objetivamente a população investigada.

A escolha dos participantes foi realizada a partir da identificação dos membros da CPA e dirigentes/coordenadores relacionados nos relatórios de

avaliação institucional divulgados publicamente pela IES. O número de 19 participantes do inquérito por questionário e 3 entrevistados.

Dados colhidos de outros participantes não selecionados ou que espontaneamente apresentaram interesse em participar da pesquisa foram excluídos.

3.5. TÉCNICAS DE SEGURANÇA, SIGILO E ARMAZENAMENTO

Os instrumentos específicos para recolher de dados são a partida para se tornar possível uma análise propícia ao desenvolvimento de resultados. Técnicas de recolher dados de natureza qualitativa ou quantitativa são muito variáveis ao alcance da investigação de Educação. Foram adequadas respectivamente para alcançar ora a quantificação, ora os momentos em que se opta pelo conteúdo.

Os inquéritos por questionário e as entrevistas foram usados como instrumentos mais precisos para acessar com rapidez e eficácia as informações. Com estas técnicas e a interação vinculada permitiu-se considerar um agrupamento de dados básicos dos andamentos dos trabalhos realizados pelas comissões.

Para tanto, no questionário predominou a elaboração de perguntas objetivas, tais como se constitui a participação no processo de avaliação institucional; a formação da comissão própria de avaliação; quais as principais dificuldades dos membros da CPA no cumprimento da sua função; quais medidas de solução foram tomadas para ultrapassar essas dificuldades; como é a estruturação de meios para divulgação do processo de avaliação institucional e por fim; a recepção do relatório de avaliação construído pela CPA.

Para a pesquisa desta dissertação, utilizou-se a comunicação direta com os membros que compõem as comissões de avaliação identificando em discurso

aberto suas dificuldades e obstáculos aos trabalhos. Os conteúdos dos inquéritos por questionário abordaram amplamente o tempo de coleta de informações, o acesso aos documentos oficiais para legitimação dos atos e, por fim, o alcance da comunidade escolar, especificamente com a criação de acessos virtuais de pesquisa para consulta e os seus índices de resultado.

As respostas dos inquéritos por questionário e das entrevistas foram guardadas e mantidas com segurança desde a coleta dos dados, tanto na sua divulgação durante o tratamento dos dados quanto no seu armazenamento.

Todos os contatos para agendamento e participações nas pesquisas foram realizados de forma discreta e garantindo a segurança ao participante, sempre procurando por meios particulares, fora do local de trabalho e sem demonstrar a terceiros a participação ou posição dos envolvidos na pesquisa.

No desenvolvimento das considerações sobre o material colhido, os dados e informações dos participantes não foram divulgados, para preservar o sigilo e a posição das respostas.

As informações dos inquéritos por questionário não foram vinculadas de forma específica, ou seja, foram tratadas em conjunto, considerando o ambiente das Comissões de cada IES, e concluindo de forma generalizada para todas elas. As informações das entrevistas foram divulgadas com zelo para não transparecer a identificação do participante, apenas considerando trechos âncoras de determinado assunto. Os entrevistados foram titulados numericamente como: Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3, e inviabilizando de todas as formas reconhecimento destes.

Os dados coletados nos inquéritos por questionário, nas entrevistas e nos relatórios de autoavaliação foram digitalizados e armazenados com titulação em números, sem a identificação dos participantes. Ficarão pelo período de 05 (cinco) anos no HD (hard disk drive) do computador pessoal do pesquisador. Os documentos impressos ou transcritos em papel, após digitalização, foram imediatamente destruídos por meio de fragmentação irreversível, misturados e descartados para reciclagem.

Após 05 (cinco) anos citados acima, os arquivos digitais serão excluídos permanentemente, sem possibilidade de recuperação.

3.6. TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS UTILIZADOS.

Nas pesquisas qualitativas, os cálculos são substituídos por classificações e análises dissertativas. Para Fonseca (2002, p.20) “é o fenômeno que determina os métodos de pesquisa sem eliminar por completo os cálculos”. A pesquisa qualitativa se preocupa com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

O universo de significados e motivos que envolvem o trabalho das CPA, bem como a perspectiva de comunicação dessas comissões, com a finalidade de um relatório, constituem um espaço profundo das relações, dos processos e dos fatos que não podem ser operados por variáveis, abarcando na pesquisa um empirismo e envolvimento emocional do pesquisador e das pessoas pesquisadas.

A intenção de realizar a pesquisa de campo foi devido à observação de fatos e fenômenos que ocorrem nas Instituições de Ensino Superior, especificamente no desenvolvimento da autoavaliação institucional.

E, predominou-se a pesquisa de campo *ex-post-facto* partindo da investigação de fato ocorrido após o trabalho das Comissões Próprias de Avaliação das Instituições de Ensino Superior a serem pesquisadas, cujas apurações decorrem da conclusão dos relatórios de autoavaliação já divulgados.

A *ex-post-facto* tem por objetivo segundo Fonseca (2002, p.32) “investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente. A principal

característica da pesquisa *ex-post-facto* é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos”.

Outra característica da pesquisa de campo realizada foi do tipo survey, ou seja, abordado certo grupo dentro da Instituição de Ensino Superior que esteve envolvida diretamente ou indiretamente com os trabalhos da comissão própria de avaliação.

A pesquisa com survey pode ser referida, por Fonseca (2002, p.33) como sendo a “obtenção de dados ou informações sobre as características, ações ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizado um instrumento de pesquisa, usualmente questionário”.

Esta pesquisa do tipo exploratória aprofundou o conhecimento do pesquisador sobre a autoavaliação de Instituições de Ensino Superior na cidade de Uberaba. A elaboração de um inquérito por questionário e de entrevista objetivou formular hipóteses para enfim clarificar conceitos, ajudar no delineamento da discussão final sobre a perspectiva da comunicação da autoavaliação.

A consulta: aos dados de relatórios das comissões de avaliações próprias das três principais Instituições Públicas de Ensino; à legislação pertinente, bem como ao corpo didático das referências bibliográficas remontaram o acesso quantitativo de dados para o arcabouço de pesquisa pelo padrão e ideal de posições.

Nessa técnica, a análise objetiva dos relatórios e demais condições já preestabelecidas foram o ponto de partida para a investigação.

Contudo, a principal demanda de análises argumentativas, mediante questionários e relatos abertos dos membros, proporcionou uma condução de trajetória e capacidade de um meio de pesquisa destinada a qualificar a proposição.

Com a organização dos dados empíricos, coletados nos sítios das IES sobre a avaliação institucional, foi acrescida a comparação dos resultados colhidos nas entrevistas e nos inquéritos por questionário.

A escolha sobre se utilizar a entrevista semiestruturada deve-se ao fato de o modelo segundo Triviños (1987, p.146) que “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.”

A investigação social foi tratada de forma metódica, informações e testemunhos que apresentam certo grau de profundidade e de complexidade.

A análise dos dados foi baseada na “análise de conteúdo”. Salienta-se que muitos autores abordam a análise de conteúdos, utilizando diferenciados conceitos e terminologias para as diversas etapas da técnica.

No presente estudo, a associação da análise dos relatórios de autoavaliação a um tratamento estruturado seguindo as recomendações do INEP, determinou um conteúdo rigoroso e aprofundado de informações conclusivas sobre a composição destes documentos.

Bardin (1977) orienta que a organização da codificação envolve a escolha do recorte, ou seja, das unidades; a enumeração, isto é, a escolha das regras de contagem e a classificação e a agregação que consiste na definição das categorias.

Após a codificação, veio a categorização que consiste em:

Uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais para Bardin 1977, “reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (p.117).

As etapas supracitadas envolvem vários simbolismos que precisam ser decodificados. Para isso, de acordo com Triviños (1987, p.162), “o pesquisador precisa ir além do conteúdo manifesto, tentando desvendar o conteúdo latente”.

Nesse caminho, as entrevistas realizadas foram organizadas em categorias estabelecidas, selecionando os exemplos âncoras, ou seja, fragmentos das falas dos respondentes que se relacionavam a uma dada categoria de análise, para se proceder à análise dos dados.

Após a interpretação do sistema de categorias, a partir das questões da pesquisa e do referencial teórico estudado e levantamento empírico de campo, foram associadas conferências e comparações de relatórios emitidos pelas comissões com a intenção de memorizar, atualizar e destacar controvérsias e figuras deslocadas dos resultados.

Assim, as ferramentas e softwares de “homework” como: excel e word facilitaram a comparação e enfrentamento de gráficos e números a serem calculados da resultante de número de participações da comunidade escolar, custo operacional das comissões, métodos de consulta e acesso virtual aos compromissos e conclusões.

Portanto, na interpretação e análise dos dados obtidos nesta pesquisa, buscou-se, além de dialogar com os autores envolvidos com a temática, respeitar os sujeitos e os contextos nos quais se inserem, evitando fazer julgamentos e avaliações. Foi pesquisada, também, a possibilidade uma reflexão acerca das motivações e expectativas em relação às Comissões de Avaliação Própria e seus envolvidos.

3.7. CONFIABILIDADE E VALIDADE

O próprio pesquisador como provedor de instrumento da coleta de dados, remete a questão da confiabilidade na pesquisa qualitativa. O que pode se tornar uma questão difícil é quando este pesquisador julga importante em um número quase infinito de observações possíveis, bem como a maneira como ele avalia cada observação em relação às outras, dentro de um quadro de referência mais amplo, e determina a construção obtida.

A confiabilidade em pesquisas qualitativas por meio das articulações entre argumentos teóricos envolvem para Lapière (2008 citado por Ullrich, Oliveira, Bassoc, e Visentini 2012) “métodos e resultados fundamentados em um contexto de análise, onde a reprodução das considerações construídas nas pesquisas pode ser articulada em relação a situações analiticamente semelhantes”. (p. 23).

No presente estudo não se deve observar as condições de estabilidade, pois essa percepção acarretaria num sentido evolutivo e de duração do tempo nos estudos, uma simplicidade dos fenômenos ocorridos nos trabalhos das Comissões Próprias de Avaliação.

O objeto do estudo se relaciona à exploração das diversas faces das Comissões e aprofundamentos das análises dos fenômenos sociais, quais sejam:

- 1) Transparência intersubjetiva do processo que leva aos resultados;
- 2) Procedimentos indicados e adequados;
- 3) Construção e pesquisa da teoria ancoradas empiricamente aos trabalhos;
- 4) Limitação, isto é, definição das dificuldades e dos limites dos resultados;
- 5) Subjetividade refletida; coerência da teoria e relevância da pergunta de pesquisa e desenvolvimento da teoria.

Para Ullrich et al. (2012) a validade é um “processo interativo entre o pesquisador, o pesquisado, e os dados coletados que auxilia o alcance de um alto nível de certeza e consenso, por meio de fatos revisitados, sentimentos, experiências, e valores ou crenças coletados e interpretados”. (p.26).

A pesquisa realizada neste estudo envolve uma validade aparente, ao basear-se na evidência dos dados da observação dos relatórios finais das CPA's, mas insuficiente se considerada isoladamente, pois, na prática, a validade dos dados ou das medidas raramente é identificável.

Portanto, agrega-se uma validade instrumental manifestada nesta pesquisa ao demonstrar que as observações recolhidas são semelhantes às reais,

comprovando-se isso através dos procedimentos de inquéritos por questionário e entrevistas.

Por fim, conclui-se por uma validade teórica para indicar claramente que o quadro teórico adotado corresponde efetivamente às observações coletadas para as considerações finais.

A análise e a discussão dos resultados da pesquisa estão dispostos no capítulo IV considerando, a análise dos relatórios de autoavaliação, os inquéritos por questionário com membros das comissões próprias de avaliação e os inquéritos por entrevista com dirigentes e/ou coordenadores.

4. CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O propósito central que fundamentou o trabalho foi analisar se a autoavaliação institucional, resultante dos trabalhos livres da CPA nas Instituições de Ensino Superior de Uberaba, contribui para a melhoria da qualidade da educação superior.

Destes trabalhos foram analisadas as possibilidades comunicativas das comissões de avaliação institucional para validar a discussão dos resultados. As pesquisas de campo exploratórias, qualitativas com técnica de inquérito por questionário fechado com os membros das comissões foram obter as informações necessárias ao estudo. Obteve-se também coleta de informações detalhadas pelas entrevistas semi estruturadas com os responsáveis pelo recebimento dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Ensino estudadas.

Buscou-se investigar a prática da avaliação institucional em três Instituições de Ensino Superior na cidade de Uberaba, identificando preliminarmente as instituições que poderiam contribuir para a discussão para linear os sentidos das questões da entrevista com os argumentos teóricos, principalmente, sobre a avaliação institucional e a comunicação organizacional.

Com a identificação de palavras principais das questões que nortearam as entrevistas de forma categorizadas, associadas à análise dos relatórios de autoavaliação, buscou-se a identificação dos processos, tipos de avaliação e

metodologias que a autoavaliação promove com a comunicação, as quais começaram ser desvendadas quando se procedeu à aproximação entre as teorias que se relacionam à temática e a praticada pelas comissões de avaliação.

A perspectiva é que esta pesquisa desencadeie significativas contribuições à reflexão sobre o processo de absorção e construção da autoavaliação nas Instituições de Ensino Superior estudadas.

4.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.2.1. Análise dos relatórios de autoavaliação

O conteúdo desta pesquisa documental, referente aos relatórios de autoavaliação, evidenciou localizar durante a leitura destes, uma dinâmica ou padrão que identificasse na elaboração das autoavaliações realizadas nas instituições de ensino estudadas.

O relatório da Instituição 1, realizado para o biênio 2015 e 2016, está divulgado publicamente em seu site institucional, com acesso fácil, prioritário e identificação destacável no início do Menu Principal com a Sigla: CPA.

Durante a análise deste relatório, em relação às categorias de análise foram identificados os seguintes resultados:

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO - INSTITUIÇÃO 1				
Nº	Categorias	Análises	Resultados	Pg.
01	Caracterização	Apresentação da instituição ✓	No início do documento identifica-se: Código e-MEC, Nome da Instituição, Caracterização de IES e localização.	04
		Histórico ✓	Relato Institucional de início e continuidade de suas atividades.	08/10

			Inclui ainda Histórico da autoavaliação na Instituição.	
		Inserção na comunidade local ✓	Constituiu breve resumo no item Inserção Regional, e realizou avaliação da responsabilidade social da instituição na 3ª Dimensão.	29
		Evolução no quadro social X	Não se identificou evolução do quadro social	-
02	Apresentação da avaliação	Metodologia ✓	Identificada metodologia e suas explicações	04
		Instrumentos de Operação ✓	Foram identificados 03 instrumentos de operação: Avaliação de docente, Avaliação Geral e Análise de Documentos.	05
		Análise e tratamento de dados ✓	Foram identificados na seção de metodologia as formas de análises e tratamento de dados.	05
03	Desenvolvimento	Ações planejadas ✓	Plano de melhorias formado a partir do relatório 2015	12
		Ações realizadas ✓	Metas de ações realizadas tabuladas	14
		Incorporação dos resultados no planejamento ✓	Os resultados encontrados foram apresentados no relatório com cumprimento de cronograma (anexos)	68
04	Aderência ao SINAES	Ações e resultados relativos a cada uma das dez dimensões ✓	Todas as Ações e Resultados estão diretamente vinculados ao plano das 10 dimensões SINAES	14

Tabela 06 – Avaliação do relatório de autoavaliação da instituição 1.

O relatório destaca na metodologia, as seguintes etapas: a) coleta de informações acerca de diferentes aspectos da realidade com a finalidade de perceber a Instituição na sua globalidade; b) reflexão crítica da realidade institucional, identificando avanços, potencialidades e fragilidades; c) proposição de alternativas para o aperfeiçoamento dessa realidade.

As considerações dos quadros docentes, colaboradores e técnico-administrativos foram indicadas no relatório a partir da página 29, contudo não demonstrou critérios de evolução ou contratação comparada ou aprimorada por meio de capacitações.

O relatório da Instituição 2, realizado para o biênio 2015 e 2016, está divulgado publicamente em seu site institucional, com acesso discreto e identificação destacável a partir do quinto Link do Menu Principal da página inicial do Site, com a Sigla: CPA.

Durante a análise deste relatório, em relação às categorias de análise foram identificados os seguintes resultados:

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO - INSTITUIÇÃO 2				
Nº	Categorias	Análises	Resultados	Página
01	Caracterização	Apresentação da instituição X	No início do documento identifica-se uma apresentação destinada aos propósitos da Autoavaliação na Instituição, sem referência à sua identidade.	-
		Histórico ✓	Relato Institucional de início e continuidade de suas atividades. Inclui ainda Histórico da autoavaliação na Instituição.	09
		Inserção na comunidade local X	Durante o texto de apresentação não foi identificado critério para destacar a inserção da Instituição na comunidade local.	-
		Evolução no quadro social X	Não se identificou evolução do quadro social	-
02	Apresentação da avaliação	Metodologia ✓	Identificada metodologia e suas explicações	12
		Instrumentos de Operação ✓	Foram identificados elaboração de questionários e software para sua aplicação.	14
		Análise e tratamento de dados ✓	Foram identificados na seção de metodologia que a Instituição separa análises crítica de discentes, docentes e técnico-administrativos.	15
03	Desenvolvimento	Ações planejadas ✓	Plano para implementação da cultura avaliativa	18
		Ações realizadas X	Não se localizou informação sobre as ações durante o processo avaliativo.	-
		Incorporação dos resultados no planejamento ✓	A interpretação dos resultados foi apresentada destacando a separação da pesquisa pelas 09 Unidades descentralizadas da instituição.	21

04	Aderência ao SINAES	Ações e resultados relativos a cada uma das dez dimensões ✓	Todas as Ações e Resultados estão diretamente vinculados ao plano das 10 dimensões SINAES	23
----	---------------------	---	---	----

Tabela 07 – Avaliação do relatório de autoavaliação da instituição 2.

O relatório destaca-se na metodologia a elaboração de software para aplicação do questionário, sendo um diferencial construtivo da instituição a capacidade técnica de criação de sua metodologia.

A caracterização da instituição deixa a desejar por não destacar e não enfatizar critérios sobre sua participação social e informações sobre sua natureza social.

Outra crítica pode ser encontrada na ausência de cronogramação de suas ações durante o processo, sendo impreciso o tempo gasto na aplicação da metodologia e aplicação de resultados.

O relatório da instituição 3, realizado para o ano de 2016, está divulgado publicamente em seu site institucional, com acesso discreto e identificação indireta a partir do quinto link do Menu Principal da página inicial do Site, com a Sigla: CPA – comissão própria de avaliação.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO - INSTITUIÇÃO 3				
Nº	Categorias	Análises	Resultados	Página
01	Caracterização	Apresentação da instituição ✓	Na introdução do documento identifica-se os dados da instituição e a formação da CPA.	07
		Histórico ✓	Identificado ao final do Relatório	107
		Inserção na comunidade local X	Apesar da demonstração de missão, visão valores não se identifica diretamente o direcionamento da inserção da comunidade local.	-
		Evolução no quadro social X	Não se identificou evolução do quadro social	-
02	Apresentação da avaliação	Metodologia ✓	Identificada metodologia e suas explicações	10
		Instrumentos de Operação ✓	Identificação de três fases: planejamento, desenvolvimento e consolidação. Operado pela aplicação de questionário.	14

		Análise e tratamento de dados ✓	Critérios de análise entre 04 níveis: Manter, desenvolver, pontos críticos e ações urgentes, a depender todos da classificação da avaliação.	12
03	Desenvolvimento	Ações planejadas ✓	Desenvolvida em quadro durante o planejamento em quadro para cada eixo de pesquisa.	98/106
		Ações realizadas ✓	Desenvolvida em quadro durante o planejamento em quadro para cada eixo de pesquisa, com indicação de cronograma.	98/106
		Incorporação dos resultados no planejamento ✓	Desenvolvido cronograma para o processo, indicou no resultado questões de fragilidade, potencialidades e recomendações para o planejamento acadêmico.	98/106
04	Aderência ao SINAES	Ações e resultados relativos a cada uma das dez dimensões X	Algumas dimensões não receberam fundamentação de argumentos no relatório.	107

Tabela 08 – Avaliação do relatório de autoavaliação da instituição 3.

O relatório desta Instituição não relata pontos de sua caracterização, como a inserção na comunidade local, e também em relação à evolução do quadro social, similar também aos demais relatórios.

Percebe-se que mesmo não relacionando o quadro social de profissionais as Instituição avaliam seus trabalhadores, e no caso de docentes em pesquisa separada.

Em relação à aderência SINAES, a instituição 3 foi sucinta e por sua vez não considerou fundamentada as recomendações de todas as dimensões do MEC, omitindo as de números: 6, 7 e 8.

4.2.2. Inquéritos por questionário com membros das CPA's

Os inquéritos por questionários, assim considerados nessa pesquisa como o método mais agregador para receber informações de grupos específicos,

foram aplicados para pessoas designadas para composição das Comissões Própria de Avaliação.

Durante a aplicação, os inquiridos foram procurados de forma discreta, para que pudessem responder com segurança as questões e conforto para destacar suas opiniões durante as respostas.

Os 19 (dezenove) participantes não serão identificados, e também as instituições envolvidas desvinculando propósitos comparativos entre si, e o mais importantes preservar a identidade dos participantes e suas opiniões, de forma segura e contributiva para a confiabilidade da pesquisa.

O inquérito por questionário aplicado foi categorizado para identificação das seguintes palavras chave e interesse de conhecimento:

Categorias	Descrição
1. Dados pessoais	Informações dos participantes como : Sexo, Tempo de serviço na área de Educação, Tempo de serviço na instituição de Ensino, Categoria Profissional e se Desempenha função(s) na IES.
2. Mensuração de temas do Processo de Autoavaliação	Destacar o quanto concorda ou discorda das afirmativas ou negativas apresentadas.
2.1 As prestações de contas da gestão e dos processos educacionais	Identificar opiniões sobre se CPA são uma exclusividade e domínio de participação de profissionais de gestão e administração, e o quanto interessa à CPA ser composta por outros profissionais de ensino.
2.2 Preparação para avaliação externa	Identificar opiniões sobre o que representa os resultados do processo de autoavaliação para a avaliação externa.
2.3 Participação de Profissionais de Gestão e Administração	Identificar opiniões sobre se CPA devem participar professores, pais, alunos e pessoal não docente.
2.4 Participação de professores, pais, alunos e pessoal não docente	Identificar opiniões sobre o trabalho da comissão de autoavaliação em relação aos atos de gestão da IES.
2.5 A CPA e os atos de gestão	Identificar opiniões sobre as considerações e interferências das prestações de contas da gestão e os processos educacionais sobre a autoavaliação.
2.6 A CPA e os requisitos para autoavaliação	Identificar opiniões sobre os requisitos para autoavaliação, se a CPA deve ser proativa nesta questão.
2.7 Participação da comunidade	Identificar opiniões sobre a participação da comunidade em reuniões, se é uma situação contributiva.
2.8 A cooperação entre os membros da CPA	Identificar opiniões sobre uma eventual dificuldade no trabalho da CPA.
2.9 Acumulo de atividades dos membros da CPA	Identificar opiniões sobre uma eventual dificuldade no trabalho da CPA.
2.10 Meios de divulgação dos resultados	Identificar opiniões sobre uma eventual dificuldade no trabalho da CPA.
2.11 Pressão por resultados positivos	Identificar opiniões sobre uma eventual dificuldade no trabalho da CPA.
2.12 Autoavaliação anteriores	Identificar opiniões sobre uma eventual facilidade no trabalho da CPA.

2.13 Instrumentos e procedimentos padronizados	Identificar opiniões sobre uma eventual facilidade no trabalho da CPA.
2.14 Uniformização dos documentos da IES.	Identificar opiniões sobre uma eventual facilidade no trabalho da CPA.
2.15 Diretrizes da Autoavaliação	Identificar opiniões sobre uma eventual eficácia e melhoria do trabalho da CPA.
2.16 Atendimento à Lei do MEC	Identificar opiniões sobre o cumprimento a rigor das exigências da Lei disposta pelo MEC ou se a CPA pode inovar ou tratar apenas o que entre seus membros consideram importante para o processo.
2.17 Atendimento à comunidade	Identificar opiniões sobre o atendimento da comunidade da IES ou se a CPA pode inovar ou tratar apenas o que entre seus membros consideram importante para o processo.
2.18 Divulgação da autoavaliação à sociedade	Identificar opiniões sobre a amplitude da divulgação da autoavaliação.
2.19 Eficiência da divulgação da autoavaliação	Identificar opiniões sobre a eficiência da divulgação da autoavaliação.
3.1 Meios de Divulgação do Processo de Autoavaliação	Banners, Cartazes, Faixas ou Folders, Informes, Fóruns, Jornais, Informes ou Periódicos, Rádio, Reuniões ou TV, Blog, E-mail, Internet (site) e Redes Sociais.
3.2 Eficiência do Processo de autoavaliação.	A composição da CPA, os parâmetros e indicadores, os instrumentos de pesquisa e coleta de dados utilizados, as conclusões do relatório e por fim as ações do plano de melhoria.

Tabela 09 – Categorias para análise do inquérito por questionário.

Os resultados obtidos na aplicação do inquérito por questionário percebem-se na Categoria 1 (um), a classificação dos dados pessoais dos participantes das Instituições de Ensino estudadas:

Os inquiridos foram selecionados e dentre eles uma mediana entre os sexos, questão 1.1, sendo 09 (nove) do sexo masculino e 10 (dez) do sexo feminino para que a visão reflita igualdade na composição do resultado.

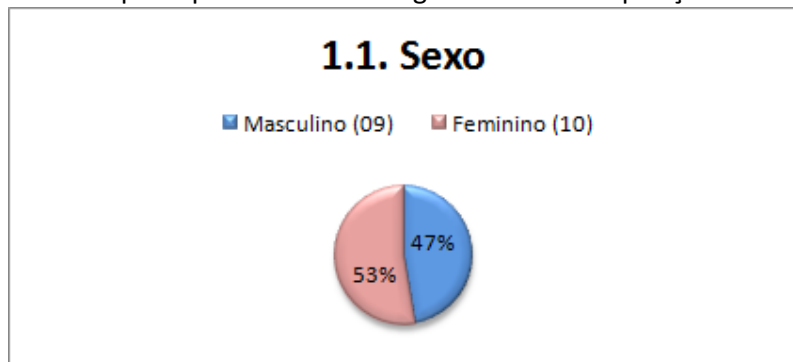


Gráfico 01 - Perfil dos participantes do inquérito por questionário.

Na questão 1.2, reflete que a pesquisa foi apoiada por inquiridos com mais de 20 (vinte) anos de tempo de serviço na área de educação, somando 42%

dos participantes e mais 58% dentre aqueles que trabalham na educação entre 5 (cinco) até 20 (vinte) anos. Não se isolou neste detalhes priorizar apenas a experiência dos participantes, para que jovens profissionais também pudessem expressar sua posição sobre o tema.

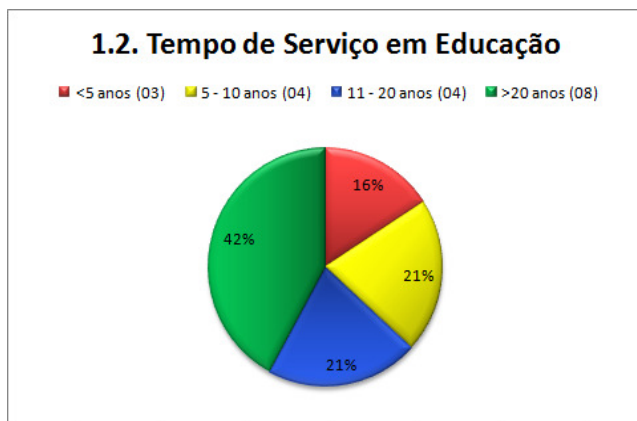


Gráfico 02 – Tempo de serviço em educação dos participantes do inquérito por questionário.

Na questão 1.3, identifica-se que os 58% participantes do inquérito questionário, trabalham na atual Instituição de ensino há mais de 10 (dez) anos, os demais inferior a 10 (dez) anos mas todos superiores a 01 (um) ano.

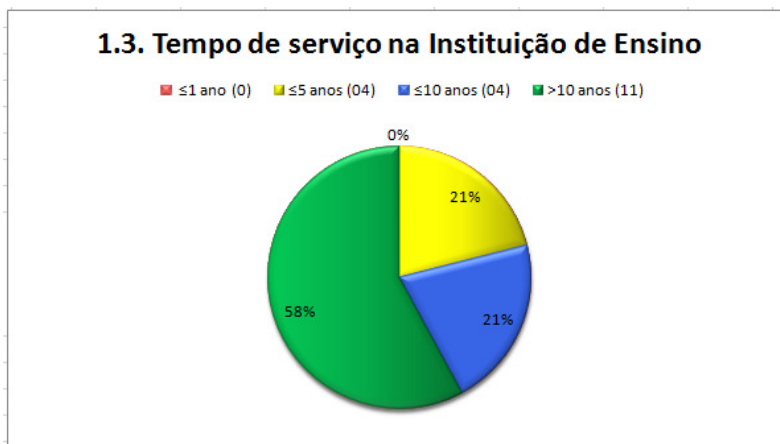


Gráfico 03 – Tempo de serviço na Instituição dos participantes do inquérito por questionário.

Nas questões 1.4 e 1.5 destaca-se por fim o perfil dos participantes, equalizando a categoria profissional entre 58% de professores efetivos e 42% de técnicos administrativos, que dentre todos 63% exercem funções de gestão ou coordenação na instituição.

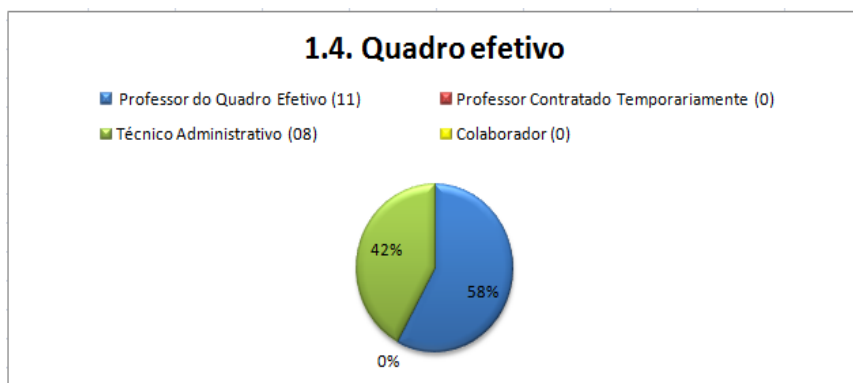


Gráfico 04 – Categorias do quadro efetivo entre os participantes.

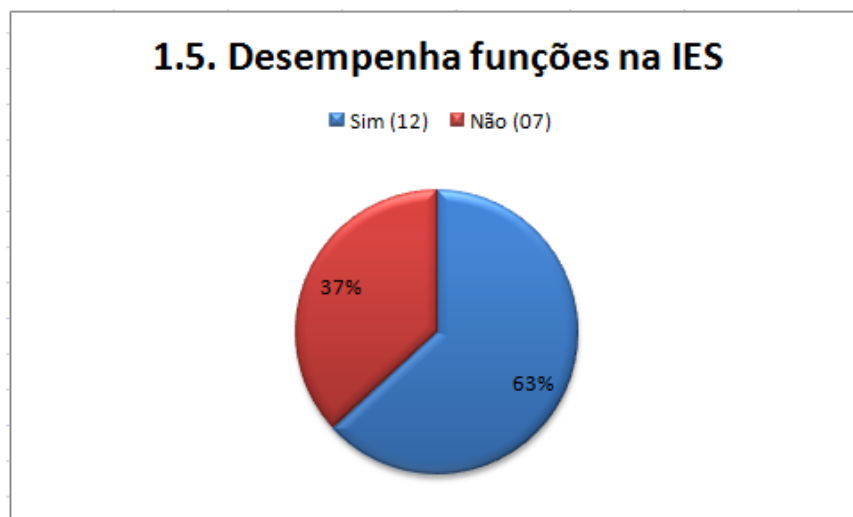


Gráfico 05 – Participantes que desempenham funções na IES.

Verificada uma conclusão de perfis dos entrevistados para que na Categoria 2 (dois) as questões sejam respondidas de forma confiável, e a validade dos resultados alcance um propósito equilibrado e real da pesquisa.

Dentre os níveis da Categoria 2, escolhidos em 04 (quatro) graus de avaliação sobre discordância da e concordância, e considerados as escolhas parciais como tendência de incerteza sobre a afirmação, e refletida como uma eventual capacidade de mudança.

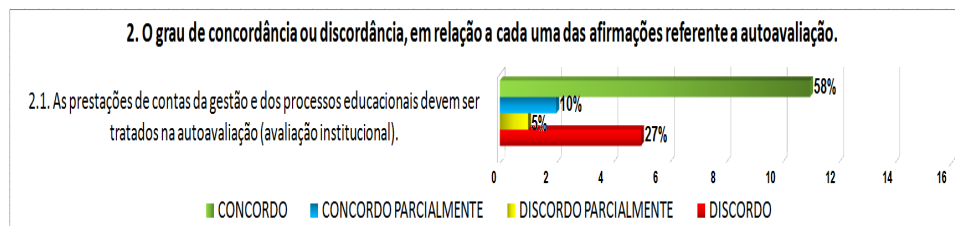


Gráfico 06 – Afirmação 2.1.

Na primeira afirmação 2.1, extrai-se que sobre as prestações de contas da gestão e dos processos educacionais devem ser considerados para a maioria na autoavaliação, porém há uma disposição de incerteza sobre o tema, além de 27% não concordar com essa consideração. Deste fato, extrai-se dos participantes que o processo de autoavaliação também deve envolver questões de gestão e dos processos educacionais.

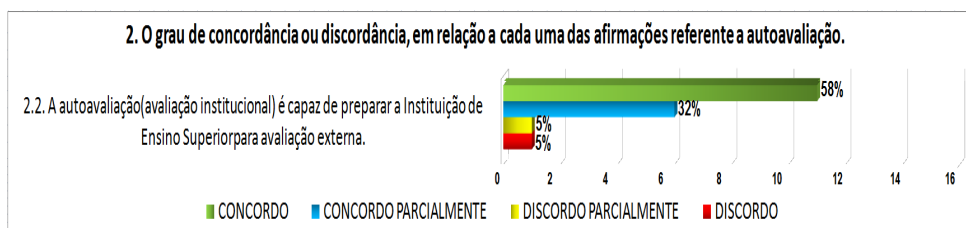


Gráfico 07 – Afirmação 2.2.

Para os inquiridos, os resultados do processo de autoavaliação, na questão 2.2 estão preparando as Instituições envolvidas para a avaliação externa, conforme 58% dos participantes e; 32% concordam com esta preparação, mas entendem achar necessárias melhorias para esta conclusão.

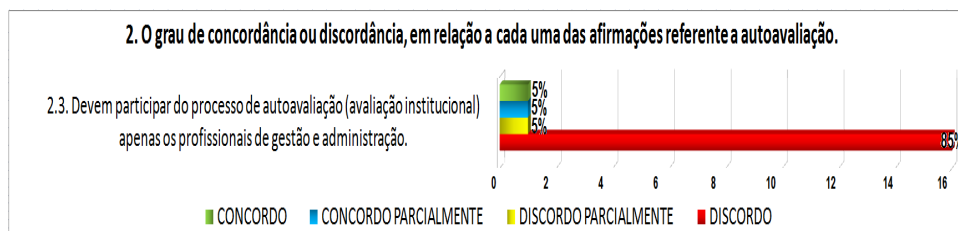


Gráfico 08 – Afirmação 2.3.

Em relação aos membros que participam da CPA, as respostas indicam que é destacável posição de democratização da participação de mais profissionais no processo de autoavaliação, representando 85% dos entrevistados não concordam com a participação exclusiva de profissionais ligados apenas com a gestão e administração da instituição, para a questão 2.3.

Neste ponto da pesquisa destaca-se que apesar de significativo perfil administrativo dos participantes identificado nas questões 1.4 e 1.5, estes profissionais não se deixam influenciar pela função ou área profissional, e sim abarcam um resultado independente e de conteúdo original para a autoavaliação.

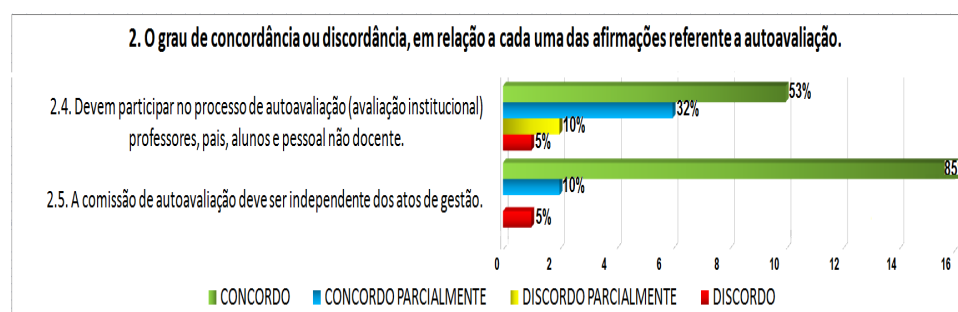


Gráfico 09 – Afirmações 2.4 e 2.5.

Ademais, a questão 2.5 confirma esta posição, esclarecendo que dos atos de gestão não podem interferir no processo de autoavaliação, ratificado por 85% dos participantes.

Em relação ao perfil dos membros da CPA, 53% das respostas indicam concordância para participação de professores, pais, alunos e pessoal não

docente no processo, vez que o critério democrático de participação da comunidade deve ser vasto, e que os demais 32% parcialmente entendem essa idéia na categoria 2.4.

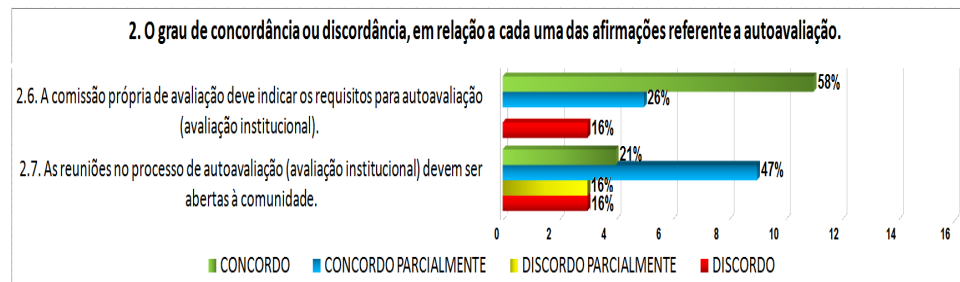


Gráfico 10 – Afirmações 2.6 e 2.7.

Contudo, esta ampla democracia é limitada em certos atos dos trabalhos na opinião dos participantes, já que não se formou convicta na questão 2.7 para a maioria dos participantes que as reuniões da CPA sejam abertas à sociedade. Variavelmente 45% concordam com essa idéia, sendo 22% contrários e 11% conducentes a discordar parcialmente desta idéia.

Outro indicador refere-se à independência da CPA e o quanto seus membros são proativos na condução dos trabalhos. Ao identificar opiniões sobre os requisitos para autoavaliação, se a CPA deve ser proativa, a questão 2.6 extrai a maioria dos participantes (58%) acordo sobre a CPA ofertar requisitos próprios no processo de autoavaliação.

A condução dos trabalhos da CPA por seus membros envolvem uma série de atos e formalidades construídas durante o processo. E estas atividades promovem várias dificuldades e facilidades para seus membros que foram avaliados como sugestão desta pesquisa.

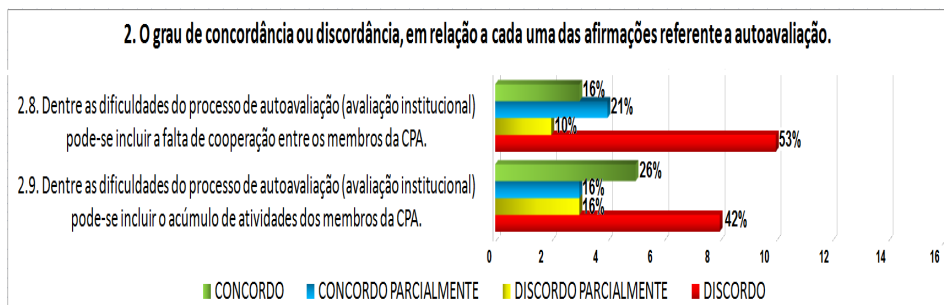


Gráfico 11 – Afirmações 2.8 e 2.9.

Primeiramente, a maioria (53%) discordou que a falta de cooperação entre os membros seja uma dificuldade para o processo, na questão 2.8. O que pode ser associado com a questão 2.9, inçando que mesmo não a maoria, o acúmulo de outras atividades não interfere no processo de autoavaliação.

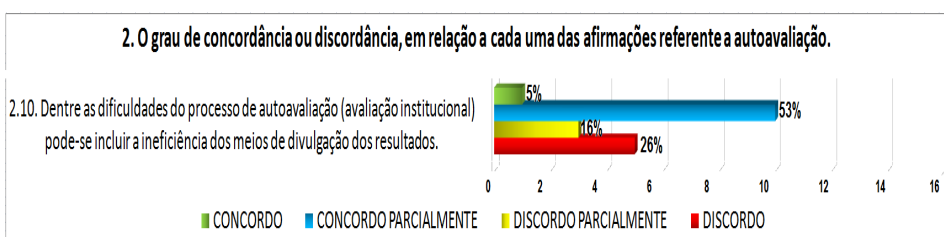


Gráfico 12 – Afirmação 2.10.

Em outra perspectiva, os resultados da autoavaliação divulgados de forma ineficiente se tornam uma dificuldade para a CPA, porém certos que 53% pactuam parcialmente com essa afirmação 2.10, os demais, 26% não vêem a divulgação ruim dos resultados como uma dificuldade e 16% podem chegar a esta conclusão.

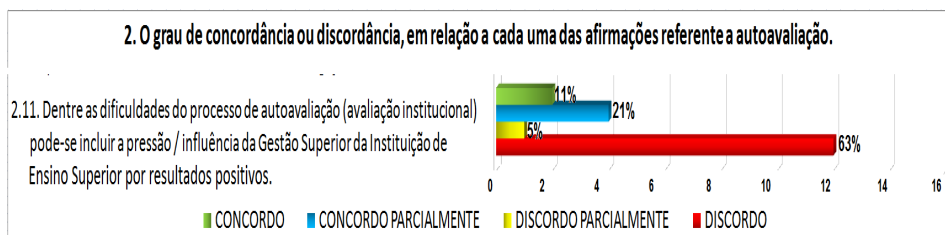


Gráfico 13 – Afirmação 2.11.

Outro ponto favorável desta pesquisa demonstra que a influência da ou pressão da gestão superior da instituição não interfere na CPA, indicado por 63% dos participantes na questão 2.11, demonstrando que os trabalhos são livres, e a comissão independente para construir uma autoavaliação real.

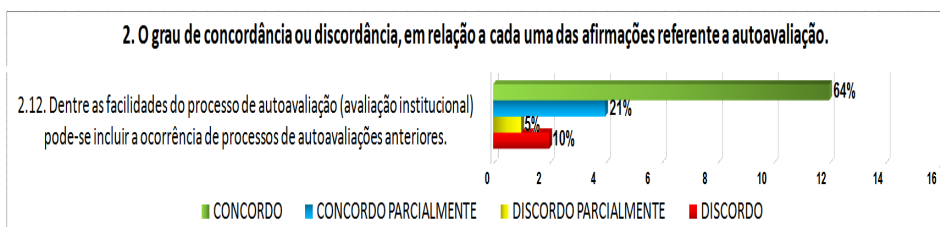


Gráfico 14 – Afirmação 2.12.

Neste aspecto, torna-se positivo o respaldo para avaliar a questão 2.12, pois a unanimidade dos participantes não discorda que a existência de processos anteriores facilita a construção da autoavaliação envolvida, certos de que uma experiência anterior bem constituída e independente favorece a continuidade dos processos seguintes.

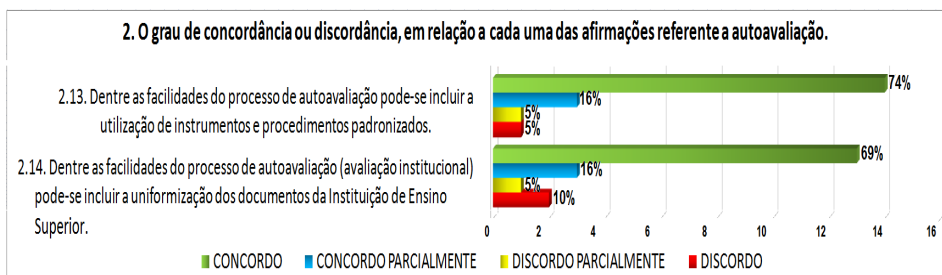


Gráfico 15 – Afirmações 2.13 e 2.14.

Outra facilidade garantida pela maioria dos entrevistados está em 74% das respostas da questão 2.13. Os instrumentos de pesquisa quando padronizados são produtivos para aperfeiçoarem a demanda da CPA. Da mesma forma o resultado da categoria 2.14 que esclarece a importância de uniformizar e identificar os documentos institucionais.

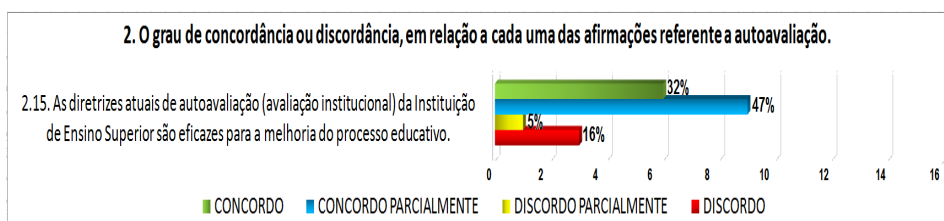


Gráfico 16 – Afirmação 2.15.

Quando a CPA identifica pontos de dificuldades e facilidades de seu trabalho, metas e organizações são importantes para formarem as diretrizes da autoavaliação. Desta forma na questão 2.15, pensam 32% dos entrevistados, e 47% tendentes a melhorar a eficácia das diretrizes que constituem os processos de autoavaliação de suas Instituições.

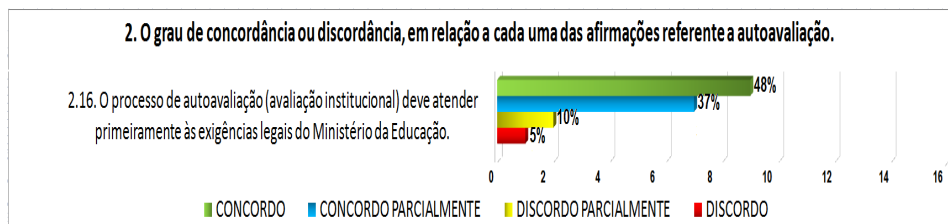


Gráfico 17 – Afirmação 2.16.

Retroagindo no contexto da proatividade da CPA na questão 2.6 e na eficácia de diretrizes da questão 2.16, intriga entender que boa parte das opiniões, remete ao cumprimento a rigor das exigências da Lei disposta pelo MEC. Ou seja, entra em conflito para os membros ater-se à legalidade ou se a CPA pode inovar ou tratar apenas o que entre seus membros consideram importante para o processo.

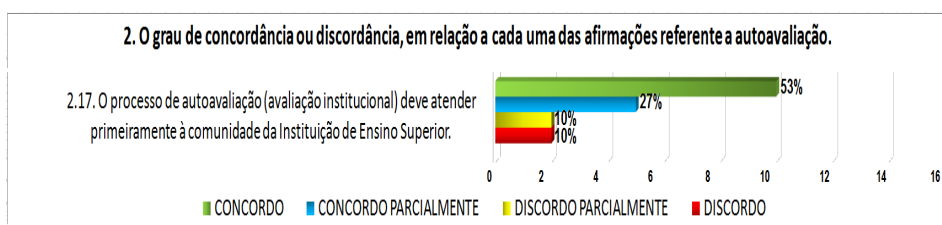


Gráfico 18 – Afirmação 2.17

O que é libertado em seguida pela questão 2.17 onde é favorável ou propenso para os entrevistados, que a autoavaliação deve ser atender à comunidade, desvinculando em tese um conceito legalista da condução do processo.

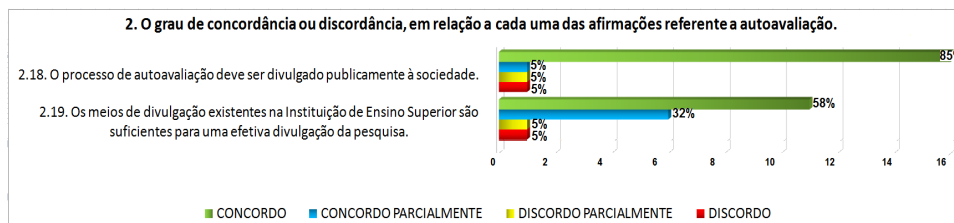


Gráfico 19 – Afirmações 2.18 e 2.19.

E por fim, a grande maioria 85% dos pesquisados concordam em divulgar a autoavaliação para a sociedade, na questão 2.18 e não havendo oposição de discordância de que os meios para esta divulgação ao mesmo tempo são eficazes na questão 2.19.

Neste raciocínio, a categoria 3 relaciona estes aspectos de meios comunicação e conhecimento pelo público entrevistado.

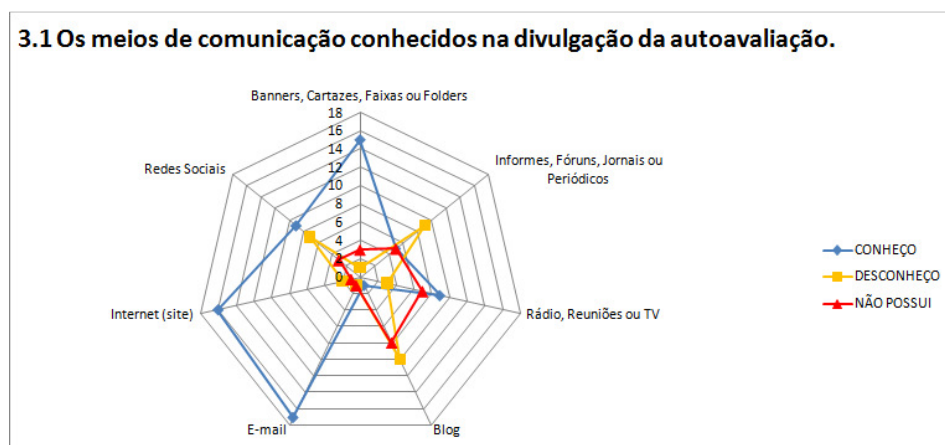


Gráfico 20 - Os meios de comunicação conhecidos na divulgação da autoavaliação.

Percebe-se pelo gráfico acima que dentre os meios mais divulgados, o site institucional é unânime em relação à sua participação e divulgação da autoavaliação. Sendo o meio mais acessível e prático para esta finalidade.

Os sites consultados pela pesquisa foram relatados no subtítulo 4.2.1 deste Capítulo, identificando para acesso ao Relatório das autoavaliações das três Instituições estudadas variáveis de acessibilidade desde acessos prioritários na apresentação no menu principal, ou até caminho mais discreto de localização.

Salienta-se ainda que a questão 3.1 não se prendeu apenas na divulgação dos resultados, a forma como é divulgado o processo em si, também foi considerada. E, portanto, outras formas de chamamento e publicidade do andamento do processo são importantes.

Outros meios que se destacam são e-mail e mídias visuais impressas (cartazes, folders, faixas e banners), demonstrando que as comissões utilizam de comunicação variada para chamar ao processo a comunidade alvo.

As redes sociais apresentaram meio termo em relação ao conhecimento dos participantes, podendo concluir que a divulgação acontece por meio

deste recurso, mas talvez o acesso dos participantes desta pesquisa ou sua intenção em fazê-lo ainda esteja tímido ou se presumirmos que a faixa etária dos 42% por cento que estão trabalhando na educação a mais de 20 anos (gráfico 01 da questão 1.3) não é um hábito para eles o acesso a este tipo de mídia.

Já meios de publicação como jornais, publicações em periódicos (revistas), informer e jornais, além de vinculação à jornais, TV e reuniões, não têm uma recepção plena, demonstrado pelos entrevistados que poucos conhecem, alguns desconhecem e contraditoriamente já afirmam nem possuir. Estes resultados podem ser entendidos pelo custo de realizar esta divulgação, e que o para a instituição divulgá-los por estes caminhos não sejam compensadores.

Por fim, o Blog como uma ferramenta virtual, não demonstrou interesse dos entrevistados, e nos últimos tempos este mecanismo tem perdido espaço para as redes sociais.

A comunicação da autoavaliação é talvez o procedimento mais determinante para o sucesso do processo. Para esta perspectiva, a questão 3.2 buscou identificar como é eficaz essa comunicação entre a comunidade interessada e os resultados do processo de autoavaliação.

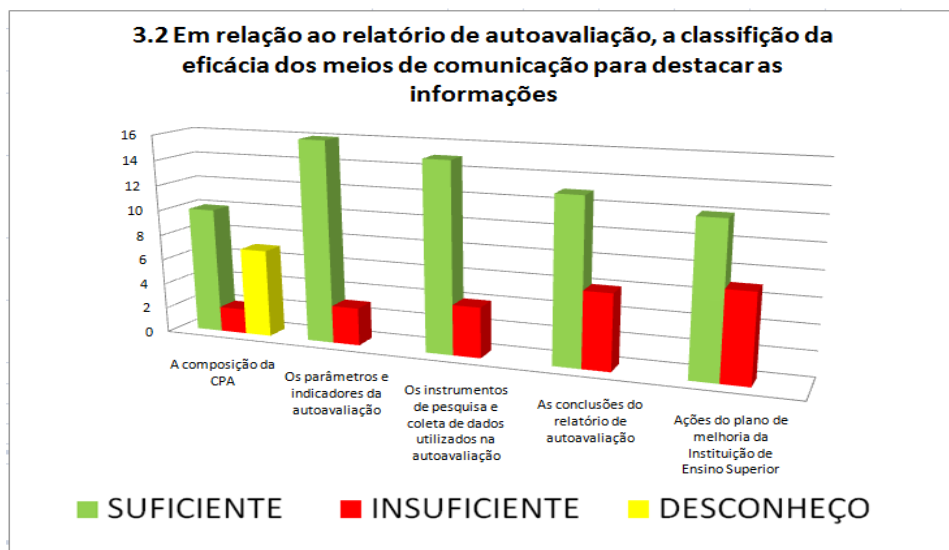


Gráfico 21 – Relatório de autoavaliação e a eficácia dos meios de comunicação para destacar as informações.

Na pesquisa da questão 3.2, os participantes foram indagados sobre a eficácia dos meios de comunicação ao divulgarem informações nos relatórios de autoavaliação.

A primeira informação foi sobre a eficácia da divulgação da composição da CPA, e 07 (sete) participantes responderam desconhecer esta formação no resultado. Deste dado, extrai-se que, apesar dos relatórios apresentarem esta informação, os meios que comunicam os resultados não demonstram como a CPA é formada.

A pesquisa revelou que em relação aos parâmetros e indicadores da autoavaliação, bem como os instrumentos de pesquisa e coleta de dados, são os focos principais da eficácia dos meios de comunicação para divulgar o resultado do processo. Quase unânimes, os participantes corroboram com o conhecimento destas informações perante os meios que são utilizados nesta divulgação.

Em relação às conclusões e o plano de melhoria para propostas de atendimentos dos anseios da comunidade pesquisada, têm se revelado conhecidos, mas que por ser um foco tão importante deve perceber por que alguns participantes ainda não completam essa perspectiva de conhecimento.

Ao final da exposição dos resultados dos inquéritos por questionário apresentados, é conclusiva a análise de construção atualmente de processos de autoavaliação sólidos e produtivos pelas CPA das instituições estudadas.

A eficácia e os pontos de melhoria devem ser compatibilizados com a posição dos gestores (Diretores e Coordenadores) envolvidos no processo e que representam a gestão da instituição competente para aplicar ações e políticas de resultados conquistados na autoavaliação.

4.2.3. Inquérito por entrevista com dirigentes e/ou coordenadores

As entrevistas realizadas apresentaram favorável contribuição para o relato qualitativo deste trabalho, ou seja, o ambiente pesquisado foi narrado com plena liberdade pelos envolvidos. Os entrevistados contribuíram de forma confortável sobre o tema e destacaram propósitos, dificuldades e problemas significativos para a instituição envolvida no processo de autoavaliação.

Com a identificação das palavras-chave das questões que guiaram a entrevista, associado à análise dos documentos, objetivou-se a identificação das conexões que o processo de autoavaliação promove com a comunicação da análise, as quais revelaram o estreitamento entre as teorias da temática e as práticas das comissões de avaliação.

Durante as entrevistas, a compreensão e sintonia dos participantes com o pesquisador promoveram uma qualidade digna e fiel para pesquisa, importante para que seus resultados proporcionassem o devido discernimento dos aspectos relevantes para o estudo.

Contudo, o tema foi previamente preparado pelos entrevistados que informaram dados dos relatórios de autoavaliação e construíram diálogos prévios para demonstrar a confiabilidade e segurança das respostas. As respostas das entrevistas foram enriquecidas com informações fundamentadas pelos entrevistados disponíveis no sítio da IES que tratava do tema, tais como acesso ao sistema, layout, relatórios preliminares e relatos fotográficos.

Diante do exposto, inicia-se a discussão com base nas categorias selecionadas, tendo como base os relatórios, o referencial teórico e as entrevistas realizadas com os responsáveis por recepcionar os resultados da autoavaliação:

Categoria	Descrição
1. Dados pessoais e profissionais	Identificar e analisar o participante de acordo com sua experiência na participação da autoavaliação.
Questões: Qual o seu Sexo? Qual o Tempo de serviço na área de Educação? Qual o Tempo de serviço na instituição de Ensino? Qual a sua categoria profissional? Qual função Desempenha na estrutura da instituição de ensino superior?	

Tabela 10 – Categoria 1 para inquérito por entrevista.

A Entrevistada 01 é do sexo feminino. Está a mais de 20 (vinte) anos atuando na área de educação e na instituição estudada a mais de 10 (dez) anos como professora do quadro efetivo e, também como Técnica Administrativa, desempenhando ainda função de Diretora acadêmico-pedagógica.

A Entrevistada 02 é do sexo feminino. Está na área de educação assim, como na Instituição estudada há quase 05 anos, como técnica administrativa, desempenhando a função de supervisora pedagógica.

O Entrevistado 03 é do sexo masculino. Na área de educação completará 20 (vinte) anos, em 2018, destacando ainda que: “trabalhei a vida inteira como professor e como gestor educacional. Na instituição estudada há mais de 10 anos como Professor do Quadro efetivo e atualmente como Pro Reitor de Desenvolvimento Institucional, que é uma Pro Reitoria de apoio às áreas finalísticas.

Dos perfis selecionados, percebe-se que a pesquisa teve respaldo versado de gestores educacionais experientes e também de novas práticas profissionais para dinamizar as respostas em relação ao estudo, buscando o conhecimento e oportunidade para enriquecer e aprimorar o tema.

Categoria	Descrição
2. Participação no processo de autoavaliação	Identificar a participação do entrevistado no exercício de sua função no processo de autoavaliação.
Questão: Como se constitui sua participação no processo de avaliação institucional da instituição de Ensino?	

Tabela 11 – Categoria 2 para inquérito por entrevista.

Na categoria 2 da entrevista a identificação dos entrevistados no processo mostrou-se uma variável de funções, atribuídas diretamente na participação do processo como outras ações indiretas.

O entrevistado 3 relata que: “A minha participação, eu enquanto gestor e apoio a todos as ações estruturantes da instituição, eu tenho um papel de motivar as comissões, de gerenciar todas as composições das comissões [...] E além disso, é instruir essas comissões para que eles possam divulgar a importância da CPA em toda a comunidade acadêmica. Tanto os discentes, docentes, gestores, é mostrar a importância da avaliação institucional para a gestão”.

A entrevistada 02 expõe que: “[...], eu trabalho com toda a comissão elaborando o questionário, programando o processo de conscientização e divulgação da autoavaliação, análise de dados e elaboração de relatórios”.

A entrevistada 03 destaca em sua resposta que: “Antes de assumir o cargo de Diretora Acadêmica fui membro da comissão própria de avaliação (CPA) no período de 2010 a 2012, como representante do corpo técnico administrativo”.

Nestes relatos, pode-se compreender que as gestões de duas das Instituições interferem de forma moderada nos compromissos da CPA, buscando auxiliar de uma forma mais motivacional e indireta no processo ou até formulando atos do processo. Diferente de outra instituição cuja gestão apesar de reconhecer experiência como membro, não relata interferir nos trabalhos da CPA.

Categoria	Descrição
3. Formação da CPA	Analisar como a formação da CPA é iniciada e a influência do entrevistado no exercício de sua função para essa formação.
Questão: Qual a sua participação na formação da comissão própria de avaliação? Você faz algumas indicações?	

Tabela 12 – Categoria 3 para inquérito por entrevista.

Na categoria 3 das entrevistas, a pesquisa busca entender como a Gestão autua na formação da CPA.

A entrevistada 2 conversa que dá “sugestões de nomes de profissionais da instituição de ensino que podem dar contribuição, observando no decorrer dos anos pessoas ativas e proativas”.

A entrevistada 1 relata que: “Em 2010, com o processo de migração para o Sistema Federal de, foi instituída a primeira comissão própria de avaliação – CPA. Portanto esta comissão foi pioneira na implantação da Avaliação Institucional na nossa faculdade. Sempre trabalhamos com empenho para o fortalecimento do processo de autoavaliação, para que esta fosse considerada um instrumento para uma gestão democrática, legítima e transparente”.

O entrevistado 3 destaca que: “a minha participação na formação é mais motivacional mesmo. [...] Então nós enquanto gestão aqui temos um papel importante de trazer o aluno, trazer o docente, trazer o administrativo para envolver eles nesse processo avaliativo. E na realidade nós vamos fazer com que eles possam desenvolver um diagnóstico, importante para a gestão” .

Em relação a esta categoria, nota-se que apenas um entrevistado reporta indicar nomes para a formação da comissão. Quanto aos outros, o processo de formação se dá pela continuidade e autonomia da comissão de selecionar e compor a equipe da CPA.

Categoria	Descrição
4. Dificuldades relatadas pelos membros da CPA e ações de solução	Identificar a comunicação direta do entrevistado com os membros da CPA e quais os problemas centrais tratados.
Questão: Quais as principais de dificuldades dos membros da comissão própria de avaliação no cumprimento da sua função? Quais medidas de solução foram tomadas para ultrapassar essas dificuldades?	

Tabela 13 – Categoria 4 para inquérito por entrevista.

A categoria 4 destaca a busca pela comunicação realizada entre a CPA e a gestão da instituição de forma a evidenciar suas dificuldades, a repecção e apreciação, bem como o tratamento dado com soluções no processo de autoavaliação.

O entrevistado 3 reporta que “umas das maiores dificuldades, é o envolvimento, o comprometimento, porque a comissão própria de avaliação tem um papel importante mas nem todas as pessoas conseguem absorver isso”. Continua ainda destacando que “envolve muito trabalho, e ele (membro da CPA) tem que conseguir conciliar as aulas, trabalho de pesquisa, trabalho de extensão e o trabalho da comissão. Nem todos os docentes conseguem encarar isso como um fator motivacional, o corpo administrativo nem tanto, a dificuldade em envolver docentes para compor as comissões para que elas possam trabalhar nos questionários da autoavaliação”.

Por sua vez, a entrevistada 1 diz que a maior dificuldade foi: “na sua (CPA) implantação e no primeiro ciclo avaliativo, tivemos que executar várias ações e procedimentos metodológicos para assegurar a integridade desta avaliação, desde sua concepção até seus resultados”.

A entrevistada 2 indaga: “nunca encontrei dificuldade com os membros da comissão, pois organizamos todo o trabalho com pessoas que trabalham no regime de 40 horas na Instituição, e as mesmas se dedicam na elaboração de material e relatório, sendo as funções dos membros apenas de aprovação”.

As dificuldades trazidas pelos entrevistados convergem uma análise interessante e enriquecida do assunto. Enquanto a motivação e disponibilidade de tempo são fatores de dificuldade para os membros, a ausência de procedimentos anteriores de autoavaliação desfavorece o trabalho da CPA.

Em relação às soluções para as dificuldades apresentadas, o entrevistado 3 destaca que fez algumas ações acertivas em função de tentar para colocar as responsabilidades para o presidente da CPA. “Ele tem que se envolver mais, se responsabilizar mais no papel dele enquanto presidente, e ele tem que se planejar [...]medidas são: reuniões sistemáticas, realização de um plano de

trabalho, acompanhar o plano de trabalho, executar o plano de trabalho, medir se realmente está realizado”.

A entrevistada 1 relata pontos de estratégia conclusiva ao acentuar que criaram “a meta-avaliação referente ao ciclo avaliativo 2010-2012 por meio de reuniões, seminários, revisão e reformulação das questões a serem aplicadas na comunidade acadêmica. Fizemos a revisão do projeto de autoavaliação”. A partir de então as medidas de ações passaram a ser: “sempre que termina um ciclo avaliativo a CPA reuni-se para discutir o processo e os resultados alcançados. Nesta mesma reunião programada, um seminário com a participação de toda a comunidade acadêmica é realizada para apresentar uma síntese do relatório final”.

Em contraponto, a Entrevistada 2 como não havia relatado dificuldades nos processos de autoavaliação, contribuiu informando que “Contratamos uma pessoa exclusivamente dedicada para organizar pautas, atas e relatórios”.

Categoria	Descrição
5. Estrutura dos meios para divulgação do processo e dos resultados	Conhecer a posição do entrevistado sobre os meios de divulgação e como ele trata a importância da transparência e publicidade dos resultados da autoavaliação.
Questão: O(a) senhor(a) conhece ou participou da estruturação de meios para divulgação do processo de avaliação institucional da instituição de ensino superior?	

Tabela 14 – Categoria 5 para inquérito por entrevista.

Os meios de divulgação de todo o processo de autoavaliação é uma das atribuições mais importantes para o trabalho. Esta categoria 5 quer conhecer a posição do entrevistado sobre estes meios de divulgação.

O tratamento e a importância da transparência e publicidade dos resultados da autoavaliação caracteriza uma contribuição melhor dos participantes e interessados.

A entrevistada 2 reporta que conhece e participa dos meios de divulgação através do departamento de marketing da instituição.

Já a entrevistada 1 esclarece que “atualmente nas avaliações, um mês antes de começarmos os procedimentos, são fixados flyers e banners informativos e divulgação pelo site e portal universitário.

Na sua perspectiva o entrevistado 3 relata que tiveram “uma experiência interessante com o um dos Campus que colocou um painel, para divulgação dos dados, pontos positivos e pontos negativos. [...] dois momentos é você antecipar o mecanismo de comunicação para que até a própriacomunidade possa participar deste processo [...] essa comunicação antecipada, do que é a CPA? Qual a importância dela para a gestão? O que ela promove? É o momento do aluno se colocar frente a um instrumento avaliativo da instituição que ele se insere, não só o aluno, mas o docente e o administrativo também. Sobre a divulgação dos relatórios finais vejo com muita falha [...] A gente teria que olhar para a CPA como instrumento avaliativo da gestão, precisamos aprimorar muito. A CPA não pode ser apenas um instrumento formal que mede, e a gente não olhe para ele depois, ele trás muitas coisas interessantes que a gestão tinha que estar atenta. A gente tenta assim promover uma discussão, mas ainda precisamos melhorar muito. Os relatórios são divulgados no site, mas não com a intensidade como eu gostaria. Outro ponto negativo a alta gestão precisa participar mais”.

Nesta categoria 5 analisa-se de fato uma perspectiva distinta entre os participantes entrevistados.

Fato que todos conhecem o papel dos meios de comunicação como fundamentais neste processo, porém percebe-se que há de certo modo satisfação ou predominância acomodada na divulgação dos resultados apenas pelo site insitucional, com exceções para divulgação do painel e detalhes sobre a necessidade de melhoria da divulgação por um dos participantes.

Categoria	Descrição
6. Recepção pela instituição de ensino superior do relatório de avaliação	Conhecer os procedimentos e tratativas da instituição com os resultados a partir do relato do entrevistado sobre a recepção dos relatórios construídos pela CPA.
Questão: Como é recepcionado pela instituição de ensino superior o relatório de avaliação construído pela comissão própria de avaliação?	

Tabela 15 – Categoria 6 para inquérito por entrevista.

Na categoria 6 a recepção da instituição no sentido dos procedimentos e tratamento dos resultados dos relatórios é a intenção da questão. Extrair do entrevistado a visão da instituição como organização sobre um documento que pesquisou a ela mesma e qual o caminho daí em diante.

A entrevistada 1 informa que “o trabalho realizado tem como características fundamentais a participação da comunidade acadêmica, a transparência, a fidedignidade e, como essência do diálogo. Particularmente considero a autoavaliação institucional, um processo que nos convida a refletir sobre nossa participação na melhoria do ensino e na Instituição como um todo”.

Na sua instituição, a entrevistada 2 indaga que “assim que é concluído o relatório é encaminhado para a Direção Acadêmica e Administrativa, o material é lido junto, e levantado as necessidades para passarmos para cada departamento o que precisa ser melhorado. Depois enviamos para cada departamento o relatório para que cada chefe de setor leia e discuta com os seus funcionários para que tenham conhecimento e possam sugerir melhoras ou mudanças”.

O entrevistado 3 contribui relatando que “a alta gestão, depois da avaliação pelo questionário, deveria fazer reuniões, porque em uma reunião você não consegue terminar todas as discussões e verificar ponto a ponto, fazer reuniões nos Campus pontualmente, fazendo uma análise de todo o relatório, classificando quais são os pontos forte e quais são os pontos fracos, e depois verificar o que nós precisamos melhorar, aonde nós precisamos pontuar para onde nós precisamos crescer mais em meio à expectativa

daquele aluno, a gente tem que dar tratativa, nós estamos pecando nesse aspecto que é fundamental para a gestão”.

Em síntese esta categoria remete muita importância para todo o processo, apenas uma entrevistada reporta que os procedimentos e tratativas do resultado da autoavaliação é recepcionado gerencialmente pela instituição. Outro participante destaca que esta recepção deixa a desejar e que precisa de melhorar este passo do processo de autoavaliação.

No capítulo V, conclui-se as considerações finais do trabalho, com atendimento dos objetivos e as relações com o SINAES. Por fim, expoe-se as indicações gerais do estudo e suas limitações, e sugere-se pesquisas futuras sobre o tema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS

De um modo geral, as perspectivas encontradas nesta dissertação indicam um bom trabalho e consistente da autoavaliação nas instituições que participaram da pesquisa. A condução do processo de autoavaliação é realidade para todos os envolvidos.

A perspectiva mais intrigante remete ao conhecimento da eficácia dos resultados dos trabalhos já realizados. Pelo gráfico 04 percebe-se que quase a metade dos inquiridos consideram as conclusões do relatório e o plano de melhoria das instituições insuficientes.

Esta conclusão remete para as instituições estudadas que este ponto de melhoria deve ser olhado com mais atenção, contudo considerando serem momentos finais da autoavaliação, alguns argumentos durante o início do processo devem ser reavaliados.

Dentre eles, as principais dificuldades de articulação no trabalho desenvolvido pelas Comissões Próprias de Avaliação podem ser enxergadas no gráfico 02, medições 2.9 e 2.10 como acúmulo de funções dos membros da CPA e a necessidade de divulgação dos resultados e da condução do processo.

De fato, o trabalho de autoavaliação demanda tempo, planejamento, execução e pesquisa para a conclusão da metodologia em um relatório fundamentado.

Pelo gráfico 01 questão 1.4 pode ser identificado que a maioria dos membros da CPA exercem funções de gestão além das atividades primárias de seus contratos de trabalho. Portanto, as respostas de acúmulo das atividades dos membros da CPA em outras funções podem estar comprometendo o processo.

A participação dos atores no processo de autoavaliação e sua motivação compreende para os gestores uma principal perspectiva de atuação no processo. O princípio motivacional talvez não esteja surtindo efeito em razão do comprometimento deste aspecto por resultados positivos.

Em outra face, as escolhas nos caminhos abertos de autoavaliar suas escolas são uma perspectiva dos membros das CPA, conforme gráfico 02 na aferição 2.5, 2.17 em relação à independência dos atos de gestão, 2.6 para que a comissão indique os próprios requisitos para a autoavaliação e; 2.17 expressando acordo para atendimento primário da instituição de ensino.

Contudo há um contraponto contraditório entre estas aferições e no gráfico 02, 2.14 e 2.16, os membros ainda entendem que um instrumento padronizado para autoavaliação e atendimento às exigências do Ministério da Educação são necessários.

Dos procedimentos identificados nos relatórios de autoavaliação destaca-se melhorar trechos da caracterização da instituição como a evolução no quadro social, apresentação da instituição e sua Inserção na comunidade local.

Evolução no quadro social é outro fator importante para destacar dentro do quadro de carreira da instituição a composição dos profissionais que atuarão no processo educativo. Ocorre que contratações de profissionais e apresentação de seus currículos podem ser comprometedores no aspecto econômico da instituição em relação ao mercado de oferta de Ensino, portanto estes dados podem ser limitados a fim de preservar a conclusão de dificuldade para contratar ou aprimorar seu quadro de profissionais.

Outro indicador é a apresentação de ações realizadas nos relatórios. Apenas um dos relatórios não identificou esta informação, indicando que não houve cronogramação formal do trabalho da CPA, de certa forma não propõe muita transparência para o processo de autoavaliação.

As composições podem até figurar uma posição democrática em relação à participação dos integrantes da instituição. Escolhidos entre todos os segmentos da instituição, docentes, docentes, técnico administrativos e

membros da sociedade. Porém pelo gráfico 04 a maioria dos entrevistados informam desconhecer como é feita esta escolha de pessoal para composição da comissão. Portanto, tornar esta escolha justificada pode contribuir para uma legitimidade eficaz do processo de autoavaliação.

O objetivo de pesquisar a divulgação do processo de autoavaliação envolve uma das perspectivas para este trabalho. No gráfico 03 foi identificado os meios de comunicação mais utilizados nos processos de identificação, sendo emails e os sites institucionais os mais lembrados pelos inquiridos.

Os meios virtuais são na preferência das instituições envolvidas os mecanismos para divulgar o processo. Porém, a necessidade de expandir este conteúdo de informações poderia ser melhor ampliado não somente na prestação de contas ou publicidade dos atos praticados. Seminários e palestras que introduzam os conceitos e a importância da autoavaliação poderiam ampliar esta perspectiva e participação da comunidade envolvida.

As perspectivas da autoavaliação são conhecidas pelos dirigentes e coordenadores das instituições que recebem os relatórios e conduzem as ações de mudanças e seus efeitos. Nas entrevistas foram narrados como pensam e decidem, como o processo é formado na instituição, sua condução e perspectiva do olhar de seus idealizadores.

O interesse final desta dissertação foi a contribuição formada na identificação de perspectivas analisadas e indicar aos gestores uma melhoria da educação superior por meio da autoavaliação.

5.2.RELAÇÃO COM O SINAES

Embora o estudo envolva perspectivas de melhoria e análise, com o seu resultado é possível desenvolver uma compreensão geral da comunicação entre a CPA e a instituição na autoavaliação

Esta compreensão valida os diretrizes sugeridas pelo SINAES como: emancipação, democracia, ética e identidade.

As pesquisas levam a observar que quando o processo de autoavaliação fundamenta-se na comunicação dos membros da CPA e a direção da instituição contribui diretamente, para a liberdade dos atores envolvidos, incentiva a democracia e subsidia os 'avaliadores' com ferramentas comunicativas eficientes, além de promover a identidade institucional, pois a comunidade acadêmica passa a conhecer a instituição de modo crítico e cívico.

As 10 dimensões são padrões utilizados pelas três instituições em seus relatórios, porém em uma delas nem todas as dimensões foram caracterizadas, o que não desmerece o trabalho já que em todos os relatórios foram aprimorados outras concepções de avaliação, tais como avaliações de professores e matérias.

Pelos conceitos sugeridos do SIANES a autoavaliação deve transformar as ações educacionais de uma comunidade acadêmica. Portanto, este processo de transformação deve ser premeditado por um autoconhecimento realizado com efetividade enraizado em um processo metodológico e construtivo em valores e compromissos na busca do bem comum.

A autoavaliação é a reflexão sobre a realidade da instituição nas suas ações educacionais e administrativas, promovendo mudanças e melhorias que nascem da própria natureza comunitária, de dentro da escola para fora.

5.3. CONSIDERAÇÕES GERAIS DO ESTUDO

O envolvimento da comunidade acadêmica com as perspectivas que envolvem uma autoavaliação da instituição de ensino é o principal objetivo do estudo aqui desenvolvido. O trabalho das comissões neste processo e como os membros que a compõe pensam é a estratégia de conclusão da pesquisa.

No entanto, o estudo revelou que as instituições agrupam perspectivas ainda muito alinhadas a um processo de formalização de metodologia sugerida e não encorpam uma autoavaliação construída na originalidade de cada realidade das respectivas comunidades.

Apenas um entrevistado e gestor das instituições assumem a preocupação de tornar o processo mais adequado e contributivo para formar uma escola valorizada e balizada nos seus princípios e anseios de sua comunidade.

O aprimoramento da escolha de membros da CPA e a formação de um trabalho mais comprometido com a melhoria e o debate corajoso de novas perspectivas é uma análise conclusiva do tema aqui proposto.

O tratamento do processo de autoavaliação não deve ser embarcado em uma formalização de questionários e dedicação de prazos para cumprimento de regulamentos ministeriais a princípio, a essência de trabalho deve vir da comunicação e conscientização da importância e benefícios que o conhecimento sobre o que as avaliações da comunidade acadêmica fornece para os seus líderes e o que estes retornar para a formação de uma organização forte e satisfatória.

Com os resultados, as análises e discussões, observou-se que um processo criado e não copiado nas formações seguintes deve ser a melhor opção para a instituição, levando em consideração planejamento, desenvolvimento, tempo razoável e conclusões executadas e fundamentadas.

O desafio de alinhar esta conscientização da comunidade não é tão simples. A comunidade escolar é ciclo variável de ingressos e egressos, tanto para profissionais quanto para seus alunos. Os meios de comunicar esta perspectiva deve ser contínuo, frequente e insistente, a fim de promover sempre a condução da mudança. As comissões devem conhecer em profundidade as mediações, as motivações e hábitos comunicativos de sua comunidade acadêmica.

Uma comissão preparada com instrumentos, capacitação e comprometimento gera um processo de autoavaliação consistente e dedicado

para o que realmente é o caminho que a comunidade acredita da organização que frequenta e ajuda a construir.

O estudo permite afirmar que comissões preparadas e dedicadas ao comprometimento com esta perspectiva pode encaminhar a autoavaliação para o que realmente este propósito serve.

Os diretores e coordenadores encarregados de supervisionar a autoavaliação devem legitimar suas comissões dando-lhes autonomia de ação e 'livre' arbítrio para gerir o processo, pois a análise evidencia que as comissões que gozam de autonomia apresentam resultados e relatórios coerentes.

E por fim, os relatórios devem ser a base de estudo e plataforma para a condução da organização no seu planejamento e decisões gerenciais tomadas por aqueles que a lideram.

5.4. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As informações obtidas com as pesquisas são válidas e confiáveis para o uso efetivo dos resultados, mas alguns pontos são notórios entre os entrevistados, como a participação de maioria de técnicos administrativos em razão da disponibilidade de tempo e estabilidade contínua dos contratos de trabalho.

Alguns impeditivos tornaram-se evidentes e merecem destaque, para que os futuros pesquisadores dessa área possam prever no planejamento.

Conforme segue:

- a) Escassez de bibliografia que trata da comunicação relacionada à autoavaliação;
- b) Resistência das instituições de ensino em participar do estudo;
- c) Informações incompletas publicadas pelas instituições de ensino.

d) Indisponibilidade de alguns e-mails para respostas dos inquéritos por meio eletrônico e a necessidade de aplicar o questionário em papel impresso.

5.5.SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A autoavaliação ainda é um tema limitado de pesquisas, atual e necessário para o contexto organização das instituições de ensino, portanto sugere-se para os futuros pesquisadores as seguintes investigações:

- a) Analisar a autoavaliação a luz da motivação organizacional;
- b) Correlacionar a comunicação das avaliações interna e externa;
- c) Fomentar planos de ações para capacitação dos membros das comissões para o processo de autoavaliação.

Dentro destas perspectivas, o alcance de um processo livre de autoavaliação é o destino da proposta para que as comissões fortifiquem o interesse de melhorias e continuidade de realizar esta reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A., J. (2005). Política Educativa, Administração da Educação e Auto-avaliação das Escolas. In J. MacBeath, D. Meuret, M. Schratz & L. B. Jakobsen (Eds.), *A história de Serena. Viajando rumo a uma escola melhor*. (pp. 4-32). Porto: Edições ASA.
- Afonso, A., J. (2010). *Políticas educativas e autoavaliação da escola pública portuguesa: apontamentos de uma experiência*. p. 01-19. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/viewFile/2016/1976>
- Alaíz, V., Góis, E. & Gonçalves, C. (2003). *Auto-avaliação de escolas – pensar e praticar*. (1ª ed.). Porto: Edições Asa.
- Alavarse, O. M., Bravo, M. H. & Machado, C. (2013). Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. *Estudos em avaliação educacional*, 24 (54), 12-31. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/download/1900/1882>
- Azevedo, J. M. (2005) Avaliação das escolas: fundamentar modelos e operacionalizar processos. p. 1-99. Disponível em: www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/AvaliacaoEscolas/4-Estudo.pdf
- BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. (1ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- BELLONI, I. (2000) Universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. *Avaliação*. 1 (2), 6-14. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/731/743>

- Bernardes, J. S & Rothen J. C. (2015). Comissão Própria de Avaliação: dois lados de uma mesma moeda. *Estudos em avaliação educacional*, 26 (62), 420-446. doi: <http://dx.doi.org/10.18222/ae266202966>
- Bertelli, E. M. & Eyng A. M. (2004). Avaliação institucional: a relação dialógica dos dados da avaliação interna e externa na melhora institucional. In *IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 8-10 Dezembro 2004* (pp. 1-18). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35670/Eliseu%20Miguel%20Bertelli%20-%20Avalia%20a7%20a3o%20Institucional.pdf?sequence=4&isAllowed=y>
- BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S. K. (1999). *Investigação qualitativa em educação. Uma intrusão à teoria e aos métodos*. Disponível em: https://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao?auto=download
- Brasil. Ministério da Educação. (2004). *Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf
- Coelho, I., Sarrico, C. & Rosa, M. (2008). Avaliação de escolas em Portugal: Que futuro? *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 7(2), 56-67. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpbg/v7n2/v7n2a07.pdf>
- Cunha, M., Gomes, J. & Rego, A. (2006). *Comportamento organizacional e gestão-21. Temas e debates para o século XXI*. (1ª ed.). Aveiro: Editora RH.
- Dias, N. F. C. & Melão, N. F. R. (2009). Avaliação e qualidade: dois conceitos indissociáveis na gestão escolar. *Revista de Estudos Politécnicos*, 7(12), 193-214. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n12/n12a11.pdf>

- Dias Sobrinho, J. (2003). *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. (1ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Dias Sobrinho, J. (2008). Qualidade, avaliação: do sinais a índices. *Avaliação*, 13 (3), 817-825. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219114874011>
- Fialho, I. (2009). A qualidade de ensino e a avaliação das escolas em Portugal. Contributos para a sua história recente. *Educação. Temas e problemas – avaliação, qualidade e formação*, 7 (4), 99-116. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/5088/1/Artigo%20Fialho%20Rev%20Temas%20e%20Problemas.pdf>
- FONSECA, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA(1).pdf)
- Formosinho, J. & Machado, J. (2004). Evolução das políticas e da administração da educação em Portugal. In: *Administração educacional : revista do fórum português da administração educacional*. (1ª ed.). Lisboa: Fórum português da administração educacional. Disponível em: http://www.fpae.pt/wp/wp-content/uploads/2004/11/Administracao_Educacional_2004.pdf#page=9
- Freitas, A. L. P. (2004). *A auto-avaliação de instituições de ensino superior: uma importante contribuição para a gestão educacional*. Disponível em: <http://rieoei.org/deloslectores/660Policani.PDF>
- Gil, A. C. (1987). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (1ª ed.). São Paulo: Atlas. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Gonçalves, E., Leite, C. & Fernandes, P. (2015). Avaliação externa e autoavaliação das escolas: que influências? In: *Avaliação externa de escolas*

do ensino não superior - coordenadas e processos de um projeto de investigação. (1ª ed.). Braga: CIIE. Disponível em: http://www.aevt.pt/files/Documentos/Avaliacao%20da%20escola/AVALIA CAOESCOLA_2014_2015/Ebook_AEEENS.pdf

Guerra, A. S. (2002). *Entre bastidores. O lado oculto da organização escolar.* (1ª ed.). Porto: Edições Asa. Disponível em: https://prezi.com/boxfphyr_of/copy-of-entre-bastidores-o-lado-oculto-da-organizacao-escolar/

Guerra, A. S. (2003). *Tornar visível o quotidiano: teoria e prática de avaliação qualitativa das escolas.* (1ª ed.). Porto: Edições Asa.

INEP. (2017). Cálculo da nota final do Exame nacional de Desempenho de Estudantes. *Nota Técnica nº 12/2017/cgcqes/Daes.* Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2017/Nota_Tecnica_CGCQES_n12_2017_Calculo_da_nota_final_do_Enade.pdf

Lehfeld, N. A. S., Gabarra, M. H. C., Costa, C. & Sousa, Y. T. C. S. (2009). Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. *Avaliação*, 15(1), 177-194. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a10.pdf>

Lordêlo, J. A. C. & Pontes, M. (2009). *Poder, representação, participação, conhecimento e decisão: a cpa da UFBA.* (1ª ed.). Salvador: EDUFBA. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/wd/pdf/lordelo-9788523209315.pdf>

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.

Marconi. M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica.* (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas. Disponível em:

http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/at_download/file

MACEDO, N.D. (1994). *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. (2ª ed.). São Paulo: Loyola.

Marques, R. O. (2015). A autoavaliação como instrumento de autorregulação dos progressos dos alunos. *Relatório de Estágio*. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29859/1/Relat%C3%B3rio%20Vers%C3%A3o%20publicar.pdf>

Minayo. M. C. S. & Sanche. O. (1993). Quantitativo-qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Caderno Saúde Pública*, 9 (3), 239-262. Disponível em: <http://www.ufjf.br/especializacaofisioto/files/2010/03/Quantitativo-qualitativo-oposi%C3%A7%C3%A3o-ou-complementaridade1.pdf>

MORAES, M. C. M. (2010). A avaliação da escola pelos pais. *Tese de doutorado pela Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação*. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251424/1/Moraes_MonicaCristinaMartinezde_D.pdf

Oliveira, A. P. M. (2011). A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado pela Universidade de Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9334/1/2011_AnaPauladeMatoSOliveira.pdf

Pereira, G., Flores, M., Fernandes, A. & Rodrigues, A. (2010). Construindo um modelo de auto-avaliação de escola: relatos de uma experiência no agrupamento de escolas do pico de regalados. *Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda*, 1 (17), 331-340. Disponível em: <https://view.publitas.com/28959/231725/pdfs/0303089af0d1a32bcd79832efcf5ecadd477058c.pdf>

Quintas H. & Vitorino T. (2013). *Escolas e avaliações externas*. (1ª ed.). Lisboa: Editora Mundos Sociais. Disponível em: http://www.mundossociais.com/temps/livros/11_01_13_41_escolasavalexternafftindiceintrod.pdf

Robbins, S. (1999). *Comportamentos Organizacionais*. (11ª ed.). Rio de Janeiro: LTC. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/NiloCorra/comportamento-organizacional-stephen-p-robbins-livro>

SILVA, C. M. (2010). Panorama Comunicational da Avaliação Institucional nas IES do ABC Paulista. *Dissertação de mestrado pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul*. Disponível em: <http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/174/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PMC%20-%20Claudemir%20Martins%20da%20Silva.pdf>

SORDI, M. R. L. (2009). Comissão Própria de Avaliação: uma estratégia para a mobilização dos atores da escola e a construção de um pacto de qualidade negociada. In Sordi, M. R. L. & Souza, E. S. (Orgs.), *A avaliação como instância mediadora da qualidade da escola pública. A rede municipal de Campinas como espaço de aprendizagem*. (pp. 75-80). Campinas: Millennium Editora.

Sousa, V. E. C. P. (2015). Autoavaliação das organizações escolares: articulação da equipa de autoavaliação com as lideranças intermédias. Dissertação de Mestrado pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Disponível em: http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7757/1/DM_VitorSousa_2015.pdf

Veloso L., Abrantes P. & Craveiro, D. (2011). A avaliação externa de escolas como processo social. *Educação, Sociedade & Culturas*, 1(33), 69-88. Disponível em: http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC33/ESC33_Artigos_Veloso.pdf

Triviños, Augusto N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. (1ª ed.). São Paulo: Atlas.

Ullricha, D. R., Oliveira, J. S., Bassoc, K. & Visentini, M. S. (2012). Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. *Análise*, 23(1), 19-30. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/11329/9676>

APÊNDICES

APÊNDICE I
CONSENTIMENTO INFORMADO

Nome do participante da pesquisa:

Nome do responsável (quando aplicável):

TÍTULO DO PROJETO: “A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA”

Instituição onde será realizado:

Pesquisador Responsável: Walter Moreira Barcelos

Telefone- (34) 988610433 / (34) 33147972

E-mail: walter_barcelos@hotmail.com

Assistente em Administração (Siape nº 1814268), telefone e e-mail: CEP-UNIUBE: Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro: Universitário – CEP: 38055-500-Uberaba/MG telefone: (34)3319-8816/8950 e-mail: cep@uniube.br

O presente estudo denominado “A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA”, realiza-se no âmbito do Mestrado em Educação Especialização em Administração das Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Portugal, e é orientado pelo Prof. Doutor Fernando Luís Teixeira Diogo.

Este estudo tem como objetivo: verificar o conhecimento, a qualidade e a eficiência da comunicação da análise da autoavaliação de Instituições de ensino Superior na cidade Uberaba-MG, Brasil.

Caso aceite participar, será convidado para um responder a um inquérito por questionário com perguntas fechadas, sobre a dinâmica da comissão própria de avaliação e terá duração de aproximadamente de 20 minutos. Você não receberá nenhum pagamento e nem terá custos para participar desse estudo.

Sua participação não implica em desconforto ou risco significativo. O risco existente é a perda da confidencialidade, porém seu nome, imagem, sua voz ou qualquer outra identificação jamais aparecerá e os resultados obtidos apenas serão divulgados em revistas, congressos, sites, sem a identificação

dos participantes. As informações serão trabalhadas metodologicamente, garantindo a privacidade e o anonimato pessoal de todos os participantes.

Sinta-se à vontade para solicitar os esclarecimentos que julgar necessários e a qualquer momento poderá interromper sua participação sem nenhum tipo de prejuízo. Os seus dados são confidenciais e serão utilizados apenas com fins científicos, tais como a apresentações em congressos e publicação de artigos científicos.

Este estudo não trará benefícios diretos para os participantes. Esperamos que este estudo traga informações e benefícios importantes sobre a autoavaliação das instituições de ensino superior de Uberaba, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para benefícios sociais e de perspectivas para o CEP, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, garantindo, no entanto, a confidencialidade dos participantes.

Você receberá uma cópia deste termo, assinada pelo pesquisador, onde constam a identificação e os telefones do pesquisador, caso você queira entrar em contato com ele.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE UBERABA, telefone e e-mail: CEP-UNIUBE: Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro: Universitário – CEP: 38055-500-Uberaba/MG, telefone: (34)3319-8959 e-mail: cep@uniube.br

Declaro que li o presente Consentimento Informado e que aceito participar voluntariamente no estudo.

Data: ____ / ____ / _____

Participante: _____

Investigador: _____

Walter Moreira Barcelos. Telefone: (34) 988610433 / (34) 33147972

E-mail: walter_barcelos@hotmail.com

APENDICE II
INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. DADOS PESSOAIS/ PROFISSIONAIS

1.1 - Sexo: Fem. Masc.

1.2 – Tempo de serviço na área de Educação (em ____/____/17): <5 anos
 5 - 10 anos 11 - 20 anos >20 anos não se aplica

1.3 – Tempo de serviço na Instituição de Ensino (____/____/17): ≤1 ano
 ≤5 anos ≤10 anos >10 anos não se aplica

1.4 - Categoria Profissional: Professor do Quadro Professor Contratado Temporariamente (Experiência ou Tempo Determinado) Técnico Administrativo Colaborador / Membro da Sociedade

1.5 – Desempenha função(s) nas estruturas da INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: Sim Não

2. AUTOAVALIAÇÃO (Avaliação Institucional)

(Assinale com um X o seu grau de concordância ou discordância, em relação a cada umas das afirmações).

	DISCORDO	DISCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	CONCORDO
As prestações de contas da gestão e dos processos educacionais devem ser tratados na autoavaliação (avaliação institucional).				
A autoavaliação (avaliação institucional) é capaz de preparar a Instituição de Ensino Superior para avaliação externa.				
Devem participar do processo de autoavaliação (avaliação institucional) apenas os profissionais de gestão e administração.				

Devem participar no processo de autoavaliação (avaliação institucional) professores, pais, alunos e pessoal não docente.				
A comissão de autoavaliação deve ser independente dos atos de gestão.				
A comissão própria de avaliação deve indicar os requisitos para autoavaliação (avaliação institucional).				
As reuniões no processo de autoavaliação (avaliação institucional) devem ser abertas à comunidade.				
Dentre as dificuldades do processo de autoavaliação (avaliação institucional) pode-se incluir a falta de cooperação entre os membros da CPA.				
Dentre as dificuldades do processo de autoavaliação (avaliação institucional) pode-se incluir o acúmulo de atividades dos membros da CPA.				
Dentre as dificuldades do processo de autoavaliação (avaliação institucional) pode-se incluir a ineficiência dos meios de divulgação dos resultados.				
Dentre as dificuldades do processo de autoavaliação (avaliação institucional) pode-se incluir a pressão / influência da Gestão Superior da Instituição de Ensino Superior por resultados positivos.				
Dentre as facilidades do processo de autoavaliação (avaliação institucional) pode-se incluir a ocorrência de processos de autoavaliações anteriores.				
Dentre as facilidades do processo de autoavaliação pode-se incluir a utilização de instrumentos e procedimentos padronizados.				
Dentre as facilidades do processo de autoavaliação (avaliação institucional) pode-se incluir a uniformização dos documentos da Instituição de Ensino Superior.				
As diretrizes atuais de autoavaliação				

(avaliação institucional) da Instituição de Ensino Superior são eficazes para a melhoria do processo educativo.				
O processo de autoavaliação (avaliação institucional) deve atender primeiramente às exigências legais do Ministério da Educação.				
O processo de autoavaliação (avaliação institucional) deve atender primeiramente à comunidade da Instituição de Ensino Superior.				
O processo de autoavaliação deve ser divulgado publicamente à sociedade.				
Os meios de divulgação existentes na Instituição de Ensino Superior são suficientes para uma efetiva divulgação da pesquisa.				

3. MEIOS DE COMUNICAÇÃO E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO

3.1. Qual(is) meio(s) de comunicação que você conhece, mais utilizado(s) na divulgação da autoavaliação (avaliação institucional) da Instituição de Ensino Superior?

	CONHEÇO	DESCONHEÇO	NÃO POSSUI
Banners, Cartazes, Faixas ou Folders			
Informes, Fóruns, Jornais, Informes ou Periódicos			
Rádio, Reuniões ou TV			
Blog			
E-mail			
Internet (site)			
Redes Sociais			

Outros:

3.2 Em relação ao relatório de autoavaliação classifique a eficácia dos meios de comunicação para destacar as informações listadas abaixo:

	SUFICIENTE	INSUFICIENTE	DESCONHEÇO
A composição da CPA			
Os parâmetros e indicadores da autoavaliação (avaliação institucional)			
Os instrumentos de pesquisa e coleta de dados utilizados na autoavaliação (avaliação institucional)			
As conclusões do relatório de autoavaliação (avaliação institucional)			
Ações do plano de melhoria da Instituição de Ensino Superior			

Na oportunidade, caso queira apresentar alguma sugestão que vise à melhoria do processo de autoavaliação (avaliação institucional) da Instituição de Ensino.

Uberaba, ____ de _____ de 2017.

APENDICE III
GUIÃO DAS ENTREVISTAS

Prezado Entrevistado(a). Estou desenvolvendo esta entrevista com dirigentes (coordenadores/diretores) que recepcionam o relatório das Comissões Próprias de Avaliação, para levantar dados e informações sobre a perspectiva da comunicação da análise da autoavaliação de instituições de ensino superior na cidade de Uberaba, com finalidade exclusiva e confidencial para tese de mestrado que estou escrevendo. A entrevista seguirá um roteiro e será semi-estruturada, e terá duração de aproximadamente 50 minutos, há alguma dúvida?

1. DADOS PESSOAIS/ PROFISSIONAIS

1.1 - Sexo: Fem. Masc.

1.2 – Tempo de serviço na área de Educação (em ____/____/17): <5 anos 5 - 10 anos 11 - 20 anos >20 anos não se aplica

1.3 – Tempo de serviço na Instituição de Ensino (____/____/17): ≤1 ano ≤5 anos ≤10 anos >10 anos não se aplica

1.4 - Categoria Profissional: Professor do Quadro Professor Contratado Temporariamente (Experiência ou Tempo Determinado) Técnico Administrativo Colaborador / Membro da Sociedade

1.5 – Qual função Desempenha na estrutura da Instituição de Ensino Superior:

2. AUTOAVALIAÇÃO (Avaliação Institucional)

2.1 Como se constitui sua participação no processo de avaliação institucional da Instituição de Ensino?

2.2 Qual a sua participação na formação da comissão própria de avaliação?

2.3 Durante o processo de avaliação institucional, qual a sua participação no processo como dirigente/coordenador?

2.4 Quais as principais de dificuldades dos membros da comissão própria de avaliação no cumprimento da sua função?

2.5 Quais medidas de solução foram tomadas para ultrapassar essas dificuldades?

2.6 O(a) senhor(a) conhece ou participou da estruturação de meios para divulgação do processo de avaliação institucional da Instituição de Ensino Superior?

2.7 Como é recepcionado pela Instituição de Ensino Superior o relatório de avaliação construído pela comissão própria de avaliação?

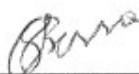
APENDICE IV
CARTAS DE ANUÊNCIA PARA A PESQUISA

**Projeto de Investigação – A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA
AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA**

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins, que AUTORIZO o pesquisador WALTER MOREIRA BARCELOS desenvolver o seu projeto de pesquisa a partir de 01/07/2017 com o Instiuto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, para a realização do Projeto de Pesquisa intitulado “**A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA**”, cujo objetivo é cumprir o requisito de qualificação no mestrado em Educação: Especialização em Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação (ESSE) do Instituto Politécnico do Porto. A autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador em utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

Uberaba, 08 de junho de 2017.



Assinatura/Carimbo do(a) Diretor/Reitor(a)


Paulo Roberto Bessa
Reitor Substituto IFTM
Portaria nº 284 de 17/02/2017

**Projeto de Investigação – A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA
AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA**

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins, que AUTORIZO o pesquisador WALTER MOREIRA BARCELOS desenvolver o seu projeto de pesquisa a partir de 01/07/2017 com a Faculdade UNIPAC de Educação, Estudos Sociais e Ciências Jurídicas de Uberaba, para a realização do Projeto de Pesquisa intitulado **“A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA”**, cujo objetivo é cumprir o requisito de qualificação no mestrado em Educação: Especialização em Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação (ESSE) do Instituto Politécnico do Porto. A autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador em utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

Uberaba, 12 de junho de 2017.


Assinatura/Carimbo do(a) Diretor/Reitor(a)

Maria Antonia Borges
Diretora Acadêmico - pedagógica
FUPAC - Uberaba / MG

**Projeto de Investigação – A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA
AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA**

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins, que AUTORIZO o pesquisador WALTER MOREIRA BARCELOS desenvolver o seu projeto de pesquisa a partir de 01/07/2017 com a Faculdade Associadas de Uberaba - FAZU, para a realização do Projeto de Pesquisa intitulado “**A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA**”, cujo objetivo é cumprir o requisito de qualificação no mestrado em Educação: Especialização em Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação (ESSE) do Instituto Politécnico do Porto.

A autorização está condicionada ao cumprimento do pesquisador em utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

Uberaba, 26 de Junho de 2017.



Assinatura/Carimbo do(a) Diretor/Reitor(a)

Carlos Henrique Cavallari Machado
Diretor Acadêmico – FAZU
CPF 13114120857

APENDICE V
TERMOS DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO –

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS
EM PESQUISA DE MESTRADO

Eu, José Antônio Bessa, Vice-Reitor, CPF nº 323.331.106-00, AUTORIZO Walter Moreira Barcelos, RG nº 13.394.364, CPF nº 080006704694, cargo Assistente em Administração – *Reitoria*, a utilizar os dados da Pesquisa sobre autoavaliação de instituições de ensino superior na cidade de Uberaba relativos ao IFTM. Os referidos dados serão utilizados para compor a dissertação sobre **A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA** Mestrado em Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.

A mestranda se compromete a assegurar a identidade e a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garante que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS nº 466/2012 e na Resolução CNS nº 510/2016, obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Uberaba – MG, 08 de junho de 2017.

José Antônio Bessa

Vice Reitor

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

José Antônio Bessa
Reitor Substituto IFTM
Portaria nº 284 de 17/02/2017

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS
EM PESQUISA DE MESTRADO**

Eu, Maria Antonia Borges, CPF nº 301 485 496 04, AUTORIZO Walter Moreira Barcelos, RG nº 13.394.364, CPF nº 080006704694, a utilizar os dados da Pesquisa sobre autoavaliação de instituições de ensino superior na cidade de Uberaba relativos à Faculdade UNIPAC de Educação, Estudos Sociais e Ciências Jurídicas de Uberaba. Os referidos dados serão utilizados para compor a dissertação sobre **A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA** Mestrado em Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.

O mestrando se compromete a assegurar a identidade e a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garante que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS nº 466/2012 e na Resolução CNS nº 510/2016, obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Uberaba – MG, 12 de junho de 2017.




Maria Antonia Borges
Diretora Acadêmico - pedagógica
FUPAC - Uberaba / MG

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS
EM PESQUISA DE MESTRADO**

Eu, Carlos Henrique Cavallari, CPF nº 131141208.57, AUTORIZO Walter Moreira Barcelos, RG nº 13.394.364, CPF nº 080006704694, a utilizar os dados da Pesquisa sobre autoavaliação de instituições de ensino superior na cidade de Uberaba relativos à Faculdades Associadas de Uberaba - FAZU. Os referidos dados serão utilizados para compor a dissertação sobre **A PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO DA ANÁLISE DA AUTOAVALIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE UBERABA** Mestrado em Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.

O mestrando se compromete a assegurar a identidade e a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garante que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS nº 466/2012 e na Resolução CNS nº 510/2016, obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Uberaba – MG, 26 de junho de 2017.



Carlos Henrique Cavallari Machado
Diretor Acadêmico – FAZU
CPF 13114120857